

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

ANDRÉ MOBIGLIA MESQUITA

**QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES**

Goiânia

2018

ANDRÉ MOBIGLIA MESQUITA

**QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha de Pesquisa de Gestão Integrada de Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Alcido Elenor Wander

**Goiânia
2018**

Catálogo na fonte: Biblioteca FADISP

M582q Mesquita, André Mobiglia

Qualidade dos gastos públicos em educação e saúde nos municípios Mato-Grossenses. / André Mobiglia Mesquita – 2018.

148 fls; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria – (UNIALFA) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração – Linha de Pesquisa de Gestão Integrada de Finanças – Goiânia, 2018.

Orientador (a): Prof. Dr. Alcido Elenor Wander

Inclui bibliografia

1. Gestão pública - eficiência. 2. Gasto público - Qualidade. 3. Serviços públicos. I. Mesquita, André Mobiglia. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 658

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ MOBIGLIA MESQUITA

QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE
NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES

AVALIADORES

Prof. Orientador Dr. Alcido Elenor Wander
Centro Universitário Alves Farias - UNIALFA

Prof. Dr. Paulo Cesar Bontempo
Centro Universitário Alves Farias - UNIALFA

Prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha
Universidade Federal de Goiás - UFG

Goiânia
Agosto de 2018

Dedico este trabalho ao meu filho, a quem
tenho muito amor, e rogo para que viva em um
país melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, meu filho, esposa e pais, irmãos e demais familiares, os quais contribuíram com a minha formação pessoal, acadêmica e profissional, que me auxiliam em todos os momentos e fazem a vida ter propósito, que proporcionam e compartilham de alegrias, orgulhos, lições e esperança ao longo dos anos, todos são muito importantes, em todos os aspectos, em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Dr. Alcido Elenor Wander, que lutou junto comigo para que este meu trabalho se tornasse possível, da sua concepção a conclusão.

Aos demais docentes da UNIALFA que transmitiram muitos conhecimentos e aos discentes da turma 2017/1 do Mestrado em Administração, com os quais pude compartilhar bons momentos de alegrias e conhecimentos.

*“A beleza de ser
Um eterno aprendiz”*
(Gonzaguinha)

RESUMO

MESQUITA, André Mobiglia. QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES. 2018. 148 f. – **Dissertação**. Mestrado Profissional em Administração. Centro Universitário Alves Farias - UNIALFA, 2018.

A gestão pública deve primar pela eficiência, utilizando os recursos de maneira mais econômica possível e gerando o máximo de serviços a sociedade, bem como em níveis adequados de qualidade. Neste sentido, buscando avaliar a gestão municipal, esta pesquisa lançou a seguinte questão problema: os recursos aplicados em educação, ensino fundamental, e saúde pela gestão pública dos 141 municípios mato-grossenses têm sido aplicados de maneira eficiente? Para obter tal resposta adotou-se como objetivo geral da investigação avaliar a qualidade dos gastos públicos dos municípios mato-grossenses nas áreas de educação, ensino fundamental, e saúde. Já os objetivos específicos do estudo foram: identificar os indicadores de desempenho dos serviços públicos prestados por cada município nas áreas da educação, ensino fundamental, (122 municípios) e da saúde (141 municípios); calcular o índice de qualidade dos gastos; analisar o desempenho relativo de cada município e verificar a ocorrência de ganhos de qualidade nos gastos ao longo do período investigado, sendo de 2009 a 2015 para a área de educação, ensino fundamental, e de 2008 a 2016 para a área de saúde. Para tanto, utilizou-se metodologia com viés descritivo, utilizando pesquisas bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa de dados secundários obtidos em sítios públicos. A amostra válida correspondeu a 141 municípios para o Índice de Qualidade do Gasto Público da Saúde, e de 122 para a Educação, de um total de 141 municípios que compõem o estado de Mato Grosso. Os resultados evidenciaram que a qualidade do gasto público dos municípios mato-grossenses, em sua maior parte, é ineficiente na educação, ensino fundamental, na qual 53% dos municípios, no ano de 2015, apresentaram desempenho insatisfatório; e eficiente na saúde, abrangendo 52% dos municípios com bom desempenho em 2016. Identificou-se também piora na qualidade do gasto público em educação, ensino fundamental, em 52% dos municípios, no decorrer do período investigado, e uma melhora na função saúde ao longo do período, em 52% dos municípios.

Palavras-chave: Eficiência; Qualidade do Gasto Público; Serviços Públicos.

ABSTRACT

MESQUITA, André Mobiglia. QUALITY OF PUBLIC EXPENDITURES ON EDUCATION AND HEALTH IN THE MUNICIPALITIES OF MATO GROSSO STATE. 2018. 148 p. **Master Thesis**. Professional Master in Business Administration. Centro Universitário Alves Farias - UNIALFA, 2018.

Public management must be based on efficiency, using resources in the most economical way and generating maximum services to society, as well as at adequate levels of quality. In this sense, seeking to evaluate municipal management, the research has posed the following problem question: Did the resources applied in education, elementary school, and health by the public management of the 141 municipalities of Mato Grosso been applied efficiently? In order to obtain such an answer, it was adopted as a general objective of the investigation to evaluate the quality of the public expenditures of the municipalities of Mato Grosso in the areas of education, elementary school, and health. The specific objectives of the study were: to identify the performance indicators of public services provided by each municipality in the areas of education, elementary school, (122 municipalities), and health (141 municipalities); to calculate the expenditure quality index; to analyze the relative performance of each municipality and to verify the occurrence of quality gains in expenditures during the investigation period, from 2009 to 2015 for education, elementary school, and from 2008 to 2016 for health. For that, a methodology with a descriptive bias was used, considering bibliographical and documentary research, with quantitative approach to analyze secondary data obtained in public sites. The valid sample corresponded to 141 municipalities for Health Public Expenditure Quality Index, and 122 for Education, out of 141 municipalities that make up the state of Mato Grosso. The results showed that the quality of public expenditure in the municipalities of Mato Grosso is mostly inefficient in education, elementary school, in which 53% of municipalities in 2015 had an unsatisfactory performance; and efficient in health, covering 52% of municipalities with good performance in 2016. It was also identified a worsening in the quality of public expenditure on education, elementary education, in 52% of municipalities during the period investigated, and an improvement in health function over the period, in 52% of municipalities.

Keywords: Efficiency; Quality of Public Spending; Public services.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Quantitativo de municípios com desempenho considerado Boa qualidade (>1), Equilibrado ($=1$) e Má qualidade (<1) para a função Educação, ensino fundamental.....	56
Gráfico 02	Desempenho dos municípios com até 10.000 habitantes.....	58
Gráfico 03	Desempenho dos municípios de 10.001 a 20.000 mil habitantes.....	59
Gráfico 04	Desempenho dos municípios de 20.001 a 30.000 habitantes.....	61
Gráfico 05	Desempenho dos municípios de 30.001 a 40.000 habitantes.....	62
Gráfico 06	Desempenho dos municípios de 40.001 a 50.000 habitantes.....	64
Gráfico 07	Desempenho dos municípios com 50.001 a 60.000 habitantes.....	65
Gráfico 08	Desempenho dos municípios de 60.001 a 70.000 habitantes.....	66
Gráfico 09	Desempenho dos municípios de 70.001 a 80.000 habitantes.....	66
Gráfico 10	Desempenho dos municípios de 80.001 a 90.000 habitantes.....	67
Gráfico 11	Desempenho dos municípios de 90.001 a 100.000 habitantes.....	68
Gráfico 12	Desempenho dos municípios com mais de 100.000 habitantes.....	69
Gráfico 13	Quantitativo de municípios com desempenho considerado Boa qualidade (>1), Equilibrado ($=1$) e Má qualidade (<1) para a função Saúde.....	82
Gráfico 14	Desempenho dos municípios com até 10.000 habitantes.....	83
Gráfico 15	Desempenho dos municípios de 10.001 a 20.000 habitantes.....	84
Gráfico 16	Desempenho dos municípios de 20.001 a 30.000 habitantes.....	86
Gráfico 17	Desempenho dos municípios de 30.001 a 40.000 habitantes.....	88
Gráfico 18	Desempenho dos municípios de 40.001 a 50.000 habitantes.....	89
Gráfico 19	Desempenho dos municípios de 50.001 a 60.000 habitantes.....	90

Gráfico 20	Desempenho dos municípios de 60.001 a 70.000 habitantes.....	91
Gráfico 21	Desempenho dos municípios de 70.001 a 80.000 habitantes.....	92
Gráfico 22	Desempenho dos municípios de 80.001 a 90.000 habitantes.....	93
Gráfico 23	Desempenho dos municípios de 90.001 a 100.000 habitantes.....	94
Gráfico 24	Desempenho dos municípios com mais de 100.000 habitantes.....	95
Quadro 01	Indicadores do IQGP da Educação, ensino fundamental.....	47
Quadro 02	Indicadores do IQGP da Saúde.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Pontuação de cada posição para o Índice de Bem-Estar e de Insumo.....	45
Tabela 02	Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Educação, ensino fundamental, nos anos 2009, 2011, 2013 e 2015.....	52
Tabela 03	Média ponderada do IQGP–Educação por faixa populacional.....	70
Tabela 04	Os dez municípios com melhor desempenho na função Educação em 2015.....	71
Tabela 05	Os dez municípios com pior desempenho na função Educação em 2015.....	72
Tabela 06	Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016.....	74
Tabela 07	Média ponderada do IQGP–Saúde por faixa populacional.....	97
Tabela 08	Os dez municípios com melhor desempenho na função Saúde em 2016....	98
Tabela 09	Os dez municípios com pior desempenho na função Saúde em 2016.....	99

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Gestão Pública.....	16
2.2	Princípios da Administração Pública.....	20
2.3	Eficiência na Gestão Pública.....	22
2.4	Políticas Públicas.....	25
2.5	Finanças Públicas.....	26
2.5.1	Financiamento do Estado.....	28
2.5.2	Gastos Públicos.....	30
2.6	Qualidade do Gasto Público.....	32
2.6.1	Avaliação da Qualidade do Gasto Público.....	36
2.6.2	Métodos de Avaliação da Qualidade do Gasto Público.....	37
2.7	Teoria da Escolha Pública.....	40
2.8	Teoria do Benchmarking.....	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	43
3.1	Método.....	43
3.2	Análise do Índice de Qualidade do Gasto Público.....	49
3.3	Universo e Amostra da pesquisa.....	51
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
4.1	Resultados na função Educação.....	52
4.2	Resultados na função Saúde.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICE A – Declaração do Autor	118
	APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011.....	119
	APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015.....	125
	APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010.....	131
	APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013.....	137
	APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016.....	143

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público e a utilização dos recursos públicos são temas recorrentes no Brasil, ora em razão de debates sobre alteração da carga tributária, ora pela qualidade dos serviços públicos prestados ou até em virtude de escândalos de corrupção noticiados pela imprensa. Estes aspectos denotam a relevância do debate sobre o tema das finanças públicas, bem como sobre a correta utilização dos recursos públicos, o que significa sua utilização com maior eficiência.

A obrigatoriedade de utilização eficiente de recursos públicos foi determinada pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), na qual se determinou a modernização da gestão pública, baseando-a em princípios de administração, cujo objetivo é priorizar os resultados e o uso eficiente dos recursos (VARELA, 2008), quesitos necessários para a obtenção da boa qualidade do gasto público. Considera-se que a boa qualidade do gasto público esteja associada a uma atuação mais eficiente e eficaz do governo (BRUNET et al., 2012), conseguindo, com isso, gerar o máximo de resultado com o mínimo de gasto de insumos.

A eficiência nas funções educação e saúde pública são primordiais, pois a Constituição Brasileira (1988) garante que estes serviços sejam prestados pelo Poder Público a toda a sociedade brasileira, ou seja, de forma universal, visto sua relevância para o bem-estar presente e possibilidade de desenvolvimento pessoal de longo prazo. Entretanto, nem sempre os recursos financeiros disponíveis são suficientes para atender a demanda existente, elevando muito a complexidade da gestão destes serviços essenciais para a melhora da qualidade de vida da sociedade.

O financiamento da educação, bem como o da saúde, é compartilhado entre as três esferas do Poder Executivo, sendo a União, os Estados e Municípios. Cabe à União aplicar no mínimo 18% da sua receita resultante de impostos (Receita Corrente Líquida) no financiamento da educação e 15% na saúde, enquanto os Estados e Municípios devem aplicar no mínimo 25% em educação e 15% em saúde das suas respectivas Receitas Correntes Líquidas (BRASIL, 1988). Tal compartilhamento tem o intuito de somar esforços no melhor financiamento dos serviços, garantindo que tal direito social seja devidamente atendido pelo Poder Público.

Infelizmente, o financiamento do Sistema Único de Saúde - SUS não é suficiente para gerar os recursos necessários ao sistema público, o qual apresenta um valor *per capita* cinco ou seis vezes menor do que em países como Portugal, Espanha, Inglaterra ou Canadá

(SANTOS, 2017), dificultando que este serviço seja ofertado na quantidade e com a qualidade almejada pela sociedade.

Com o financiamento da educação brasileira, também existem problemas, tais como os descritos a seguir:

[...] os recursos são insuficientes; 2) a política macroeconômica tem influenciado diretamente a política educacional, de forma a minimizar os recursos destinados à educação; 3) persistem práticas como desvios de finalidades, sonegações e isenções, que fragilizam a oferta educacional pública; 4) a má administração dos recursos montantes destinados à educação ainda é uma realidade, problema acentuado pelo frágil controle social existente; 5) as políticas implementadas resultam em conflitos de responsabilidades, que favorecem a desresponsabilização por parte dos entes federados, especialmente da União, que não cumpre sua função supletiva e redistributiva em relação aos estados e municípios, como previsto constitucionalmente (CRUZ, 2009, p. 12).

O cenário de escassez de recursos financeiros foi agravado com a aprovação da Emenda Constitucional n.º. 95 (BRASIL, 2016), a qual institui Novo Regime Fiscal ao Governo Federal e seguida por alguns Estados, pois esta limitou os gastos públicos durante um período de vinte exercícios, não possibilitando a maior destinação de orçamento para estes serviços. Com isso, torna-se ainda mais relevante a alocação eficiente dos recursos públicos disponíveis, situação que se tornou um desafio ainda maior para os gestores públicos, os quais buscam lograr na árdua tarefa de fornecer serviços universais e integrais de saúde e educação, como prevê a legislação brasileira.

Deste modo, a aplicação dos recursos públicos deve ser monitorada por métricas que avaliem a sua eficiência, evitando o mau uso deste tão escasso recurso. Dentre as métricas existentes para se avaliar a eficiência na utilização dos recursos públicos, destaca-se a criada por Brunet et al. (2007), que avalia a qualidade do gasto público comparando o resultado da razão entre o Índice de Bem-Estar e o Índice de Insumo, sendo que o Índice de Bem-Estar corresponde a um conjunto de indicadores de resultados quantitativos e/ou qualitativos dos serviços públicos, gerados por um ente público, já o Índice de Insumo evidencia a quantidade de recursos financeiros utilizados na realização dos serviços públicos. Assim, ao comparar indicadores de desempenho com os recursos financeiros gastos, calcula-se o Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP, que permite uma avaliação comparativa entre entes públicos e a evidenciação do nível de eficiência de cada um destes.

Portanto, para a mensuração da eficiência “faz-se necessário levantar uma saída ou *output* para o gasto público, que pode ser representado, por exemplo, pelo número de atendimentos de um hospital, pela redução da taxa de analfabetismo, [...], dentre outros.”

(ÁZARA, 2016, p. 15), permitindo, assim, verificar os resultados gerados pelo serviço público.

Apesar da relevância do tema e da determinação constitucional do modo de gerir os recursos públicos, até o presente momento não é comum que os entes públicos adotem sistemas de avaliação que visam conhecer o grau de eficiência do uso dos recursos públicos, tornando-os, muitas vezes, desconhecedores do seu grau de eficiência. Em virtude deste descompasso, surge a questão problema desta pesquisa: os recursos aplicados em educação, ensino fundamental e saúde pela gestão pública dos 141 municípios mato-grossenses têm sido aplicados de maneira eficiente?

A resposta a esta questão é complexa e passa pelo estudo do grau de eficiência na aplicação dos recursos públicos nos municípios do estado de Mato Grosso, a qual será obtida com o alcance do seguinte objetivo geral de pesquisa: avaliar a qualidade dos gastos públicos dos municípios mato-grossenses nas áreas de educação, ensino fundamental, e saúde.

Para atingir tal objetivo aqui proposto foi necessário satisfazer aos seguintes objetivos específicos: identificar os indicadores de desempenho dos serviços públicos prestados por cada município nas áreas da educação, ensino fundamental, (122 municípios) e da saúde (141 municípios); calcular o índice de qualidade dos gastos; analisar o desempenho relativo de cada município e verificar a ocorrência de ganhos de qualidade nos gastos ao longo do período investigado, sendo de 2009 a 2015 para a área de educação, ensino fundamental, e de 2008 a 2016 para a área de saúde.

Ressalta-se que em virtude da não disponibilização de dados sobre indicadores da educação de dezenove municípios, estes não puderam ter a suas respectivas eficiências analisadas por esta pesquisa. Com relação à saúde, todos os cento e quarenta e um municípios que integram o estado de Mato Grosso puderam ser avaliados, pois disponibilizaram as informações necessárias para o cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP.

A atualidade deste tema, bem como as potenciais contribuições do trabalho para o meio acadêmico e para os gestores públicos, justificam a realização da pesquisa e o torna relevante na medida em que ao evidenciar resultados de eficiência gera significativa contribuição para a área pública, já que, de acordo com Lovell (1993), “estudos acerca da qualidade do gasto público geram informações relevantes para a tomada de decisão dos gestores públicos”, podendo afetar positivamente a qualidade de vida e o bem-estar da população, visto que quanto melhor for a eficiência na utilização dos recursos públicos, mais correta a aplicação dos recursos públicos.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em seis capítulos, sendo este a Introdução, seguido pelo Referencial Teórico, onde se aborda conceitualmente os temas aqui tratados, tais como gestão pública, princípios da administração, finanças públicas, eficiência na utilização dos recursos públicos, dentre outros. Posteriormente, apresenta-se os Procedimentos Metodológicos utilizados na investigação, enquanto no quarto capítulo apresenta-se os Resultados e Discussão, no qual são calculados os índices de eficiência dos municípios, bem como discutidos. Finalmente, no quinto capítulo estão as Conclusões do estudo, além de sugestões para futuras pesquisas complementares que poderão ser realizadas nesta temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Pública

O Estado é composto por três elementos primordiais e originários em sua constituição, sendo: a sociedade, que é o componente humano do Estado; o território, que é a sua parte física; e o governo soberano, como poder absoluto e auto organizado emanado do Povo (MEIRELLES, 2009).

Além de se conhecer o Estado pela sua composição, pode-se conhecer a figura do Estado segundo diferentes perspectivas, sendo pelo prisma sociológico, considerando o Estado como um poder de administração natural sobre um determinado território; pelo prisma da política, como uma sociedade estabelecida sobre um território e com poder superior de ação; ou sob o enfoque constitucional, como uma pessoa jurídica territorial soberana, obediente as suas próprias leis (BORGES, 2012).

Compilando os diferentes prismas, considera-se neste que a figura do Estado pode ser entendida como uma administração soberana e superior, que atua em um determinado território, baseando-se em legislações próprias, visando organizar e melhor prover condições à sociedade ali instalada. E justamente a maneira como o Estado exerce esse governo soberano, por meio de atividades, tais como de planejamento, organização, direção, coordenação, controle e execução, com seu poder absoluto e de auto-organização é que ele personifica a administração pública (PALUDO, 2012).

Administração é um sistema estruturado e intuitivo que consolida um conjunto de princípios, normas e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento de situações futuras desejadas e seu posterior controle de eficiência e produtividade, bem como a organização e a direção dos recursos para os resultados esperados, com a minimização de conflitos interpessoais (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Complementarmente, a administração pública pode ser descrita como sistema de atividades funcionais que se utiliza de seu poder e estrutura para satisfazer as necessidades coletivas, e que obedece a todo um ordenamento jurídico, tendo sempre a finalidade do interesse público (MEIRELLES, 2009).

A administração pública passou a ter maior relevância no século passado, por necessidade de se enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como instrumento de

proteção do patrimônio público contra os interesses do *rent-seeking*¹ ou da corrupção aberta (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006).

A maneira como a gestão pública é realizada sofreu grandes mudanças ao longo da história, deixando de ser um sistema amador oligárquico clientelista, denominado de patrimonialista, que prevaleceu até a revolução de 1930, no qual era muito comum a existência de corrupção e nepotismo, pois os gestores se apropriavam do patrimônio público como se fossem seus por direito (SILVA et al., 2017). Esse sistema patrimonialista tinha como característica principal a não separação entre o patrimônio privado da monarquia e o patrimônio público (COSTIN, 2010), permitindo que a monarquia se apropriasse dos recursos públicos e os utilizasse em benefício próprio, ou em benefício de uma classe dominante, marcada pelo clientelismo e favorecimento de poucas pessoas (AGRA, 2010). Tal modelo se tornou insustentável com o desenvolvimento do capitalismo, forçando a separação entre os recursos privados e públicos e a devida destinação destes.

Posteriormente, a gestão pública brasileira adotou o modelo burocrático, criado por Weber na metade do século XIX, o qual era marcado por orientar-se primordialmente aos processos, inspirado pelo racionalismo e impessoalidade. Weber considerava que a administração ideal e mais eficiente deveria ser fundamentada em uma hierarquia administrativa, bem estruturada e definida, tornando-a legítima e formal, com processos decisórios pré-definidos conforme os manuais de rotina. A comunicação formal evitaria ruídos e distorções, além de manter os relacionamentos internos e externos sempre impessoais, garantindo a atuação ética e correta dos agentes públicos. Um grande avanço associado a este modelo era a característica de profissionalismo na administração, exigindo conhecimentos técnicos para cada um dos cargos existentes na estrutura administrativa, bem como a valorização por meio da meritocracia (MAXIMIANO, 2012).

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados com a criação de rotinas e procedimentos padronizados, a burocracia tornou-se ineficiente pelo excesso de formalismo e lentidão nos sistemas de atendimento (RODRIGUES, 2012). “Tais fatos não se mostravam graves quando se tinha um Estado pequeno, que tinha como função exclusiva garantir o controle de propriedades e contratos” (SILVA et al., 2017, p. 4), mas se tornaram insustentáveis com o tamanho que tinha se tornado.

Neste contexto, a partir da década de 1980 (ABRUCIO, 2007) ficou evidente a necessidade de aperfeiçoar a gestão pública, visando melhor se ajustar a realidade vivenciada,

¹ *Rent-Seeking*, em uma tradução livre, representa a obtenção indevida de vantagem pessoal, realização de um ato de corrupção.

marcada por despesas excessivas, níveis de impostos penosos (PIERRE, 2009), elevados déficits² orçamentários, pressões multilaterais (HAQUE, 2001), tornando o modelo administrativo burocrático incapaz de impactar o custo e o tamanho do governo, forçando a renovação administrativa.

Assim, a mudança mais significativa foi marcada pela conversão da administração baseada na Teoria da Burocracia, do século XIX, na gestão baseada na Teoria Gerencial, internacionalmente conhecida como *New Public Management*, a qual passou a figurar como a principal orientação teórica (MANZLOOR, 2014).

A contraposição era que na Teoria da Burocracia primava-se em adotar estruturas e funcionamento racionais para obter a maior eficiência (ARAÚJO NETO et al., 2016), enquanto a Teoria Gerencial prioriza o racionalismo econômico e a perseguição de múltiplos objetivos, adotando práticas do setor privado, com o intuito de melhorar a eficiência e eficácia da gestão (RUTGERS; VAN DER MEER, 2010).

O período gerencial teve início em 1980 mundialmente, e no Brasil em 1995, sendo que este não se opôs ao modelo burocrático, mas representou um passo adiante na profissionalização da administração pública, criando metas e descentralizando a realização desta para gestores públicos competentes, os quais se satisfazem não apenas por atender o dever público, mas por obter conquistas e resultados (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Dentre as principais mudanças implementadas pela reforma gerencial, destacam-se as seguintes:

[...] a reforma gerencial (1) torna os gerentes dos serviços responsáveis por resultados, ao invés de obrigados a seguir regulamentos rígidos; (2) premia os servidores por bons resultados e os pune pelos maus; (3) realiza serviços que envolvem poder de Estado por meio de agências executivas e reguladoras; e — o que é mais importante — (4) mantém gratuitos os grandes serviços de consumo coletivo, mas transfere sua oferta para organizações sociais, ou seja, para provedores públicos não estatais que recebem recursos do Estado e são controlados por meio de contrato de gestão. Através dessas quatro características — principalmente da última — o poder público garante os direitos sociais, mas transfere sua provisão ou oferta para organizações quase-estatais que são as organizações sociais (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 153).

Deste modo, a nova gestão pública trouxe consequências expressivas na forma de administrar a coisa pública, dentre elas a intolerância aos desperdícios de recursos públicos, a maior fiscalização sobre a utilização dos recursos, os quais devem ocorrer de forma eficiente e com economicidade, bem como de forma planejada (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,

² Déficit corresponde ao excesso de despesa sobre a receita, quer na previsão, quer na realização (TESOURO NACIONAL, 2017)

2017). Assim, a reforma do Estado foi essencial para viabilizar a configuração do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, voltado para a garantia dos direitos sociais dos cidadãos, resultado de um esforço para modernizar o aparelho do Estado (BOUERI et al., 2015).

O termo em inglês *Welfare State* refere-se à maneira como o Estado, o mercado, e as famílias se relacionam no fornecimento de proteção social e bem-estar aos cidadãos, sendo que neste o Estado considera o bem-estar das pessoas um direito social e se torna o principal responsável por prove-los, distinguindo, conforme o tipo adotado em cada país, na abrangência de atuação, sendo possível que o Estado forneça bem-estar social aos necessitados ou então de maneira universal a toda a sociedade. Em virtude da sua característica, o *Welfare State* também é conhecido no Brasil como Política de Bem-Estar Social (MENDES, 2017).

Neste contexto, a administração pública contemporânea deve manter um processo de melhoria contínua, resultado da interação entre os gestores e os clientes internos e externos, proporcionando maior participação dos servidores e dos cidadãos (VARELA ÁLVAREZ, 2003). Baseando-se nesta perspectiva, alguns autores denominam a atual gestão pública como Gestão Social, em virtude de o modelo gerencial passar a ter como nova característica a maior participação social na gestão.

Paralelamente, a gestão pública se torna mais transparente com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação em 2011, que obriga os órgãos públicos a realizarem a publicação de forma ativa e passiva das informações desejadas pela sociedade, garantindo maior controle e participação dos cidadãos.

Silva et al. (2017) destacam que o diferencial foi que a sociedade passou a integrar o processo de tomada de decisão e planejamento na gestão pública.

A gestão social acontece quando os governos institucionalizam modos de elaboração de políticas públicas que transformam os cidadãos não mais em “alvo”, “meta”, ou avaliador de resultados, mas sim em participantes ativos no processo de elaboração dessas políticas (SILVA et al., 2017, p. 6).

Com isso, além de passar a ter mais acesso às informações a gestão pública passa a ser compartilhada com a sociedade, a qual passa a participar do processo decisório e da definição das medidas, ações e políticas futuras a serem adotadas, como nos processos de planejamento participativo, em que a sociedade determina a distribuição dos recursos orçamentários que o poder público utilizará o ano subsequente, elencando as prioridades a serem realizadas. O

atual modelo em vigor prima por resultados e adota características sociais participativas, tornando-se um modelo considerado ideal e sofisticado (RODRIGUES, 2012).

Em contrapartida aos autores que denominam a atual gestão pública de Gestão Social, Bresser-Pereira considera que a gestão continua sendo a gerencial, mas com um estado democrático social e não mais democrático liberal.

Em conclusão, a reforma gerencial nasceu da pressão por maior eficiência e menores custos que se seguiu à transformação do estado democrático liberal em estado democrático social. Por outro lado, ao significar, do ponto de vista administrativo, a transição do estado burocrático para o estado gerencial, revelou-se um instrumento fundamental das sociedades modernas para neutralizar a ideologia neoliberal que buscava diminuir o tamanho do Estado, reduzindo o estado social. Ao tornar mais eficiente (embora jamais tão eficiente quanto gostaríamos) a provisão dos serviços sociais públicos ou coletivos, a reforma gerencial legitima o estado social, e garante seu avanço e aprofundamento futuro (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 155).

Complementarmente, o autor ainda descreve como diferença entre o modelo gerencial liberal e o social a manutenção dos serviços de educação, saúde e previdência social coletivos, ao invés de individual, e ofertados pelo Estado. Garantindo assim que esses serviços permanecessem gratuitos e universais, além como viáveis economicamente em virtude da gestão gerencial (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 155).

Outra característica marcante da gestão pública brasileira é que esta é direcionada por princípios, os Princípios da Administração Pública, previstos na Constituição Brasileira e considerados os principais pilares da mesma, os quais serão apresentados a seguir.

2.2 Princípios da Administração Pública

A Constituição Federal estabelece os princípios norteadores da administração pública, visando assim, estabelecer regras que devem ser adotadas nas atividades desenvolvidas pelos órgãos e pessoas que compõem os Entes públicos.

No seu artigo 37 a Constituição elenca cinco princípios, sendo estes: Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência (BRASIL, 1988). O primeiro princípio, o da Legalidade, determina que toda atividade funcional deve ser regida por lei, sob pena de ser considerado como ato inválido, quando não atender a este quesito, perdendo assim seus efeitos e possibilitando que os responsáveis pelos atos sejam punidos. Portanto, na administração pública “não há liberdade nem vontade pessoal, tudo deve estar previsto em lei.

Enquanto que no setor privado tudo o que a lei não proíbe é permitido fazer, neste só é permitido fazer o que está expressamente autorizado em lei” (BORGES, 2012, p. 18).

O princípio da Moralidade prevê que a gestão pública deve sempre atuar segundo os padrões éticos da probidade, do decoro e da boa-fé (Lei n.º 9.784/99, artigo 2º, parágrafo único, inciso IV). Deste modo, mesmo que algo possa ser realizado de forma legal, é necessário avaliar se o mesmo versa sobre algo ético e aceito pela sociedade.

Já o princípio da Impessoalidade estabelece que os atos públicos praticados com o objetivo de atender a coletividade, de maneira impessoal, sem buscar criar privilégios para uma pessoa ou grupo específico (PEREIRA; RAIMUNDO, 2017). Assim, é primordial que a administração pública seja discricionária. “Tal princípio veta aos gestores públicos a obtenção de promoções para si próprios ou para autoridades, uma vez que todo ato deverá estar na melhor garantia ao atendimento do fim público para o qual de fato está voltada a administração pública” (BORGES, 2012, p. 19).

Outro princípio relevante é o da Publicidade, o qual determina que os atos públicos devem receber ampla divulgação, tais como os atos descritos a seguir.

Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes (MEIRELLES, 2016, p. 90).

Além de prever uma ampla quantidade de atos a serem divulgados, a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) assegura que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Tal direito permite que a sociedade tenha informações sobre o que a administração pública tem realizado e exerça papel fiscalizador sobre os atos públicos, uma vez que esta deve agir em prol da sociedade (MORENO; SILVA, 2017).

Ademais, existe também o princípio da Eficiência, princípio este que exige que as atividades desempenhadas pela administração pública sejam com alto desempenho, ou seja, com elevada produtividade, baixo custo e máxima utilidade possível (MEIRELLES, 2009), proporcionando a melhor utilização dos recursos disponíveis e maximizando os resultados gerados. “A eficiência foi considerada como o primeiro princípio para administração, com

risco de haver conflitos entre outros valores, mas sem jamais perder a importância para o estudo da gestão” (ARAÚJO NETO et al., 2016, p. 3).

Desta forma, a administração pública, ao adotar os seus princípios básicos, deve ter suas ações baseadas na legislação vigente, realizadas de forma ética e discricionária, com ampla divulgação e sempre visando eliminar desperdícios e a maximização dos produtos e serviços realizados.

Apesar da administração ser regida por cinco princípios básicos, as crises econômicas, a crescente dificuldade de controle das despesas públicas e os grandes escândalos de corrupção constatados no Brasil, fizeram aumentar muito o interesse da sociedade pela questão da eficiência do setor público (RODRIGUES, 2017), exigindo que os recursos sejam devidamente aplicados e mais do que isso, que produzam os efeitos desejados pela sociedade. Princípio este que melhor descreve o ideal de gestor público almejado hoje.

2.3 Eficiência na Gestão Pública

Por vezes a eficiência é compreendida como o alcance de um determinado resultado almejado, mas Bogetoft (2012) esclarece que o uso do termo efetividade é apropriado quando se trabalha com um objetivo, visto que diz respeito ao atingimento de metas. Entretanto, quando isto não for o caso, e se utilizar alguma *proxy* do objetivo, o correto é se falar em eficiência. Para ele, eficiência é uma questão de uso de poucos insumos para produzir muitos produtos. Ray (2004) também entende que há clara distinção entre produtividade e eficiência, visto que a primeira é uma medida descritiva de desempenho, enquanto a segunda é uma medida normativa.

A palavra eficiência significa a capacidade de produzir com o mínimo de desperdício, com um ótimo rendimento, de forma eficaz (FERREIRA, 2010). Denota-se que a eficiência faz referência à ponderação entre os resultados esperados e os gastos incorridos na produção destes.

Corroborando com o autor supracitado, a eficiência visa avaliar se os resultados são adequados, perante a quantidade de recursos utilizados para produzi-los, permitindo avaliar se o esforço e o custo de uma atividade são aproveitados corretamente na geração de bens ou serviços (RODRIGUES, 2017), que neste caso seriam prestados pelo Poder Público.

Em Administração, eficiência refere-se à forma de utilização dos recursos, visando desempenhar adequadamente seu papel, resolver problemas, reduzir custos. Portanto, está

associada a maneira precisa de realizar as funções, bem como otimizar os recursos disponíveis (GARCIA, 2008), caracterizando-se como a alocação mais perfeita dos meios disponíveis.

No contexto da Administração Pública, distingue-se eficiência e eficácia, sendo que a eficiência é o resultado entre o indicador de produto (*output*) e o indicador de insumo (*input*), já a eficácia se dá pela relação entre o indicador resultado (*outcome*) e indicador de insumo (*input*), apesar de ambas indicarem se os benefícios obtidos pela sociedade são compatíveis com os gastos gerados, utilizam indicadores distintos (BRUNET et al., 2012).

Ao relacionar a eficiência às atividades desempenhadas nos órgãos públicos, esta pode ser compreendida como a capacidade de obter os melhores desempenhos com o mínimo de erros, energia, tempo, dinheiro, mão-de-obra, materiais, máquinas ou, simplesmente, meios (PEÑA et al., 2012), como resultado da aplicação ótima dos recursos existentes.

Entretanto, “A gestão pública não se limita aos meios. Deve incorporar também os objetivos, sua definição e sua articulação operativa. Não se trata de que a gestão pública deva se ocupar unicamente dos fins nem mesmo exclusivamente dos meios” (BRUGUÉ; SUBIRATS, 1996, p. 15); é necessário que os meios sejam utilizados adequadamente para a obtenção dos fins, cumprindo assim a missão do Estado. Com a eficiência no setor público, os objetivos, tais como necessidades ligadas a saúde, assistência social, segurança, educação e transporte (MANZOR, 2014) teriam maior probabilidade de serem atendidas, cumprindo o papel do Estado em satisfazer às necessidades sociais.

A preocupação com a alocação dos gastos públicos nas áreas que demandam de desenvolvimento econômico tornou-se uma das prioridades dos gestores municipais, sobretudo, com a crescente participação e postura fiscalizadora da população relacionada à utilização dos recursos para as demandas emergentes e aos desperdícios de verbas que poderiam gerar benefícios econômicos para desenvolvimento local (TERNOSKI et al., 2017, p. 3).

Ao ser participante e fiscalizadora, a sociedade contribui positivamente para o aumento da eficiência da gestão pública, fornecendo reais *feedbacks* sobre as carências vivenciadas e cobrando que os cursos sejam adequadamente aplicados. Nesta perspectiva, a eficiência é o “veículo para viabilizar a realização de ações públicas, temos em gestão as teorias administrativas que possuem como objetivo o desenvolvimento de organizações mais eficientes” (ARAUJO NETO et al., 2016, p. 3).

Ser eficiente na gestão pública é necessário para a elevação do nível de satisfação da população com relação à gestão em questão, pois há instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que sinalizam publicamente a

preocupação com relação à qualidade das gestões nacionais, já que comumente são caracterizadas como ineficientes (MATOS, 2017).

Outro aspecto relevante e crítico às entidades públicas é que estas organizações apresentam elevado crescimento na sociedade moderna, sem que seja observado o crescimento do desempenho destas (DRUCKER, 2010, p. 147), tornando-as grandes, com elevados custos e baixa eficiência.

Apesar da administração pública não ser avaliada como a iniciativa privada, com base no lucro gerado, visto que a sua missão é o bem comum, esta também prima pela eficiência e pela busca da otimização do seu desempenho, atingindo melhor a sua finalidade (CIENA, 2016, p. 61), não podendo se justificar o mau desempenho com alegações que os objetivos da administração pública são intangíveis ou que os gestores públicos não possuem a mesma qualificação que os gestores da iniciativa privada.

Não há qualquer motivo para achar que as pessoas que ocupam os postos de direção e os profissionais das nossas entidades prestadoras de serviços sejam menos qualificadas, menos competentes, menos honestas, ou até menos dedicadas do que as que se encontram na direção das empresas (DRUCKER, 2010, p. 158-159).

Todas as organizações apresentam desafios aos gestores, com seus aspectos internos controláveis e externos incontroláveis, com recursos escassos e a necessidade de maximizar a produção de bens e serviços, exigindo ampla capacidade dos seus gestores.

Contrariando tal posicionamento, o relatório da *National Commission on the Public Service* (MACÊDO et al., 2015), aponta que fracos incentivos financeiros concedidos pelo poder público não atraem gestores talentosos, aspecto que deve receber atenção ao se avaliar cada realidade estudada, aspecto este que só pode ser comprovado ao se avaliar a eficiência das políticas públicas realizadas pelos gestores públicos. O que atualmente não condiz com a realidade brasileira, mas que pode passar a ser em função das medidas de limitação dos gastos públicos e remuneração dos servidores públicos discutidos pelo poder público no ano de 2018.

Os recursos, quando aplicados de maneira adequada e em maior volume, tendem a apresentar melhora no desempenho de indicadores sociais, favorecendo a importância de utilizar os recursos públicos de maneira crescente e eficiente (ROCHA; GIUBERT, 2007; SOUSA; LEITE FILHO, 2008; GOUVEIA et al., 2009; TERNOSKI et al., 2017), gerando maiores benefícios a sociedade.

Por outro lado, Rezende et al. (2005), Faria et al. (2008), Araújo et al. (2010), compõem uma corrente de pensamento em que se acredita que os gastos públicos não geram, necessariamente, melhora nos indicadores sociais e no crescimento econômico, defendendo que a interferência do Estado na economia deve ser mínima ou nula.

Em virtude de tal contradição, torna-se necessário mais estudos sobre o tema, visando conhecer melhor como o Estado pode impactar positivamente os indicadores sociais e como devem ser as políticas públicas, para que estas gerem efeitos positivos para a sociedade, melhorando a qualidade de vida da mesma.

2.4 Políticas Públicas

Política é uma palavra originária da Grécia e representa a condição de participar das decisões que definem o futuro da cidade, enquanto a palavra pública é latina e significa povo (OLIVEIRA, 2010), representando, assim, que políticas públicas seriam a forma como o povo decide sobre o futuro da cidade. Entretanto, na atualidade as “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Teixeira (2002) complementa afirmando que estas possuem o objetivo principal de ampliar e atender os direitos sociais, contribuindo para reparar certos desequilíbrios ou injustiças, bem como para ampliar a qualidade de vida da população em geral por meio de medidas e ações realizadas pelo poder público que concedem bens e/ou serviços públicos aos cidadãos, bem como intervém na economia com medidas político-econômicas quando o mercado necessita de intermediação.

Entretanto, para que as políticas públicas cumpram seus objetivos e sejam eficientes e eficazes é muito importante que estas sejam realizadas levando em consideração a realidade onde são executadas. Para tanto, deve-se conhecer os problemas específicos de cada localidade na hora de formular as políticas públicas (NOVARA et al., 2003). Não basta apenas copiar boas práticas, é necessário adaptá-las e moldá-las onde esta será inserida, construindo assim a medida ideal para solucionar os problemas almejados ou gerar os benefícios pretendidos.

Ao se considerar uma política pública, pode-se distinguir cinco fases, as quais são chamadas de Ciclo de Políticas Pública, sendo que o primeiro é a Formação da Agenda, nesta é realizada uma análise, um diagnóstico da situação que se deseja modificar, como não é

possível corrigir todos os problemas existentes de uma única vez, nesta fase são elencadas as prioridades a serem resolvidas. Na segunda fase são apresentadas as soluções ou alternativas para resolver determinado problema, esta fase recebe, também, o nome de formulação de políticas, pois é nesta que são estabelecidas as medidas, metas, viabilidade técnica e financeira, legal, política, entre outros quesitos acerca das alternativas solucionadoras apresentadas. A terceira etapa corresponde a escolha da melhor alternativa apresentada, após comparadas as alternativas e se elege a mais eficaz e eficiente. Após eleita a melhor política (alternativa), capaz de solucionar determinado problema, passa-se a implementar as medidas, momento em que a política é executada e constitui a quarta fase do ciclo. A última fase corresponde a avaliação dos resultados e indicadores, verificando se as medidas adotadas conseguiram solucionar os problemas atacados (CALDAS, 2008).

Todas as etapas do ciclo de políticas públicas são importantes, entretanto, o quinto passo é fundamental, pois não basta executar uma política pública sem mensurar os resultados proporcionados por estas, já que caso não ocorra, não será possível conhecer os efeitos proporcionados por determinadas política e se os problemas atacados foram solucionados adequadamente.

As políticas públicas são desenvolvidas, principalmente, com o intuito de garantir a seguridade social, proporcionar serviços que reduzem a desigualdade social e que impactem no crescimento econômico do país, e as que são mais relevantes são aquelas voltadas para as ações sociais, tais como políticas de educação, saúde, assistência social, entre outras, que impactam na vida da coletividade e geram maior benefícios (SANTOS, 2008). Porém, como as necessidades sociais são ilimitadas e as finanças públicas são escassas, é necessário saber muito bem elencar corretamente as prioridades e garantir que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível.

2.5 Finanças Públicas

Para que o gestor público consiga desempenhar as atividades do Estado e satisfaça o interesse público, são necessários recursos, principalmente os recursos financeiros (ABRUCIO; COSTA, 1998), os quais integram as finanças públicas. Entretanto, esta não corresponde apenas ao gasto dos recursos financeiros, mas sim ao planejamento, geração, arrecadação e utilização destes recursos utilizados pelo Estado (AGRA, 2010).

Desta forma, finanças públicas correspondem aos métodos, princípios e procedimentos financeiros adotados pelo governo para a execução de seus papéis na alocação, distribuição e

estabilização econômica nacional (CALADO, 2012). Finanças públicas também pode ser descrita, simploriamente, como sendo “a entrada e saída de recursos financeiros dos cofres públicos” (FERREIRA; CHAGAS, 2017, p. 72), recursos estes que devem ser utilizados eficiente e eficazmente, evitando desvios e perdas e garantindo a máxima produção de benefícios.

No setor público o planejamento é fundamental para permitir a decisão antecipada sobre as necessidades a serem atendidas, necessidades administrativas próprias e as necessidades da população, bem como os bens e serviços a serem contratados e ofertados, proporcionando a correta utilização dos recursos financeiros, de maneira mais coerente e eficiente possível, assim, substituindo o imprevisto total pela tomada de decisões a partir das informações disponíveis (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2017).

O Ministério do Planejamento Brasileiro (2017, p. np) ressalta que “o planejamento pode ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter um resultado específico”. Portanto, para que as políticas públicas proporcionem os resultados desejados, é fundamental que sejam muito bem planejadas. Para tanto, faz-se uso de três instrumentos de planejamento, sendo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (CALADO, 2012).

O PPA contempla o prazo de quatro anos e tem a finalidade de definir os objetivos e metas a serem alcançadas no longo prazo. A LDO é um planejamento anual realizado com base no conteúdo do PPA, definindo as normas, parâmetros e diretrizes a serem consideradas na elaboração do orçamento anual. E o terceiro instrumento é a LOA, que prevê a receita e fixa as despesas a serem realizadas para cada exercício, despesas estas que efetivarão o cumprimento dos objetivos propostos nos instrumentos anteriores citados (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2017).

Até recentemente o processo orçamentário no Brasil era uma peça de ficção. De um lado, porque a elevada inflação tornava irrealista qualquer cálculo das contas públicas e servia inclusive para aumentar, de forma artificial e sem controle, as receitas dos governos, mediante o simples adiamento dos prazos de pagamentos de funcionários, fornecedores, etc. De outro, porque, além do Orçamento fiscal propriamente dito, havia outros orçamentos não contabilizados nas contas públicas, tais como o da seguridade social, o das estatais etc. (ABRUCIO; LOUREIRO, 2005, p.13).

A realização de planejamento visando apenas cumprir obrigações legais, sem qualquer preocupação com a realidade, não proporciona as vantagens previstas, pois passam a ser atos inexecutáveis e que tomam tempo e demais recursos escassos da gestão. Em contrapartida,

com o avanço na legislação, controle, e gestão pública, atualmente os instrumentos de planejamento se tornaram excelentes ferramentas administrativas, que permitem a distribuição dos recursos conforme as necessidades existentes, prevendo a inter-relação entre políticas públicas distintas que atacam os mesmos problemas, maximizando os resultados obtidos. Ferramentas estas que são formuladas com a participação do Poder Executivo, Legislativo e Sociedade Civil brasileira, representando um grande avanço histórico (ABRUCIO; LOUREIRO, 2005, p.13).

Com relação ao papel alocativo, nas finanças públicas, refere-se ao volume de recursos financeiros a serem destinados a cada uma das atividades a serem desempenhadas pelo setor público, tais como saúde, educação, segurança, bem como os destinados ao setor privado e aos cidadãos (CALADO, 2012).

A função distributiva, diz respeito às medidas adotadas visando equalizar situações consideradas injustas pela sociedade, tal como medidas de transferência de recursos financeiros para famílias de baixa renda ou tratamento especial com relação à tributação e obtenção de serviços públicos gratuitos (Ibidem).

Já a função estabilizadora visa intervir na economia proporcionando equilíbrio e bom desempenho, melhorando aspectos como emprego, renda, desenvolvimento e produção de bens e serviços, impactando no crescimento e desenvolvimento econômico do país (Ibidem). Medidas estas que são realizadas por meio de medidas das políticas fiscal e monetária, interferindo em ciclos econômicos vivenciados pelo país (CAMPANÁRIO; SILVA, 2004).

Ao se avaliar as funções alocativa, estabilizadora e distributiva, estas se tornam indicadores financeiros que evidenciam a posição das finanças públicas estatal, apontando a sua fonte de financiamento e o subsídio de recursos financeiros, bem como o equilíbrio entre estes itens e o custo financeiro e a dívida pública na geração de receitas correntes (IBARRA et al., 2005).

Por acreditar que a economia não tem capacidade de garantir um funcionamento perfeito e equitativo do mercado, torna-se necessária a intervenção do Estado neste, por meio das finanças públicas que afetam o volume de recursos financeiros disponíveis na economia, bem como o financiamento do Estado e o volume de gastos deste (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

2.5.1 Financiamento do Estado

Gomes (2015) afirma que a maioria dos recursos obtidos pelo Estado são de origem tributária, cuja exigência é compulsória, ou seja, independe da vontade do contribuinte. Como descrito por Pascarelli Filho (2011), os impostos contribuem de forma efetiva e totalmente passiva visando prover as receitas que o Estado necessita, com a intenção de receber serviços públicos de qualidade e que atendam às necessidades da sociedade. Todavia, a qualidade destes serviços tem motivado grandes discussões em razão da insatisfação por parte da população.

Matos (2017, p. 5) salienta que as outras fontes de obtenção de recursos pelo Estado são transferências e receitas patrimoniais, de contribuição socioeconômica e dos setores econômicos. Existem, também, outras formas que o Estado pode usar para obter recursos financeiros para financiar as suas atividades, sendo as chamadas operações contratuais de crédito internas, normalmente realizadas com instituições financeiras como o Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Social, bancos regionais e demais bancos públicos; bem como operações contratuais de crédito externas, vinculadas a órgãos de fomento estrangeiros (MATOS, 2017, p. 5).

A atividade creditícia por parte dos entes subnacionais não consiste em um fenômeno recente, no entanto, evidencia-se nos últimos anos uma vivência mais assídua dessas experiências de obtenção de fontes alternativas junto a bancos públicos e privados nacionais, assim como da experiência paradiplomática, tanto nos países desenvolvidos como em economias emergentes, o que vem atraindo a atenção da literatura científica (MATOS, 2017, p. 5).

Os gestores públicos têm realizado esforços para ampliar a obtenção de recursos financeiros em fontes alternativas, reduzindo a dependência financeira da União, possibilitando a ampliação de dinheiro para a realização das políticas públicas, apesar de ainda haver uma pequena representatividade frente ao total de receita auferido pelos entes públicos por meio de impostos.

Além disso, a utilização de fontes creditícias para a obtenção de recursos públicos deve ser realizada com cautela pelos gestores públicos, haja visto que os órgãos públicos precisam manter um nível de endividamento controlado e que os recursos a serem utilizados para pagamento destas operações de crédito serão obtidos junto aos contribuintes via arrecadação tributária e um elevado endividamento pode exigir aumento de tributação, o que poderia vir a prejudicar a economia nacional.

Giambiagi e Além (2011) ressaltam que o governo não apenas extrai os recursos da sociedade, mas, também, realiza a transferência de recursos de uma parte da população para

outra, por meio dos gastos públicos, realizando a redistribuição social da renda nacional de uma maneira mais justa, contribuindo com a parte da sociedade com maior risco socioeconômico.

Adicionalmente, Matos (2017, p. 15) menciona que o governo federal ignora o fato de existir uma grande heterogeneidade de eficiência nos gastos públicos, discrepâncias estas que impactam no bem-estar social, no momento de financiar (distribuir os recursos públicos) aos entes subnacionais, permitindo que ocorra a má gestão dos recursos públicos e até mesmo o endividamento em níveis insustentáveis destes, permitindo que se perpetue a má gestão dos recursos públicos nacionais.

Támez e Moraes (2007) alegam que nos últimos 50 anos os gastos públicos apresentaram um aumento significativo, bem como a representatividade deste frente ao Produto Interno Bruto nacional, principalmente em razão da ampliação do setor público, que acarreta o aumento na necessidade de recursos, os quais são finitos e precisam ser muito bem geridos, para que os gastos sejam eficientes.

2.5.2 Gastos Públicos

A expressão despesa pública ou gasto público, a qual é mais utilizada, são citadas para expressar o mesmo significado, pois não há distinção entre tais termos no setor público (GOMES, 2015). “A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade” (SOF; STN, 2014, p. 61). Neste sentido, o gasto público é considerado como o desembolso de valores monetários, realizados por órgãos públicos, para se manterem em funcionamento, e conseguirem realizar as suas funções e serviços (BRAGA, 2012), visando atender às necessidades da sociedade, tais como saúde, educação, segurança, justiça, transporte, saneamento, entre outros (HADDAD; MOTA, 2010).

Silva (2007) destaca que estes gastos públicos se relacionam com a intervenção do governo na economia, com a obtenção dos recursos da sociedade via tributação e a sua realocação em bens e serviços públicos das políticas governamentais. Maia et al. (2013) complementam que além de ser um desembolso e um instrumento de atuação em que as políticas são executadas, representam também os investimentos públicos realizados, além de sinalizar a prioridade em que cada uma destas atividades possuem para o governo.

Tradicionalmente, o termo gastos públicos representa desembolsos em qualquer nível de governo e independentemente se este for realizado diretamente pelo ente público ou se for

por meio da destinação de dinheiro público a entidades privadas prestadoras de serviços de interesse público, como os casos de saúde, assistência, entre outros.

Em virtude da sua relevância, os gastos públicos são avaliados como fundamentais para a atuação do governo (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008). Entretanto, o tamanho do gasto público pode surpreender e questionar como o Estado gasta os recursos. Estes são diferenciados por meio de uma classificação, distinguindo-os por funções do governo, conforme a área de atuação governamental, tal como gastos com saúde, educação entre outros (BENÍCIO et al., 2015). É por meio das funções orçamentárias, que os gastos públicos são executados e se efetivam os dispêndios que concretizam obras, despesas correntes, de capital e os benefícios sociais (BORGES, 2012), funções orçamentárias estas que estão fixadas nos instrumentos de planejamentos existentes, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Todavia, o Estado precisa fazer a adequada gestão dos gastos, pois sempre se deparará com um cenário em que os recursos são limitados e as necessidades da sociedade ilimitadas, necessitando priorizar áreas com maior nível de precariedade ou então medidas que produzirão resultados mais satisfatórios e gerarão maiores benefícios à população (GONÇALVES, 2013).

Para que o Estado seja capaz de proporcionar serviços em quantidade e qualidade almejada, é primordial à diminuição nos gastos, já que o aumento deste tende a impactar negativamente a qualidade dos serviços (BORGES; PEREIRA, 2014), bem como um elevado controle nos gastos, permitindo que sejam utilizados para investimentos em funções essenciais (WELCH, 2008), elevando assim a satisfação dos beneficiários dos serviços públicos prestados.

O excesso de gastos públicos compromete o custo e a qualidade do serviço público, bem como o corte de investimentos, fazendo com que os gestores busquem o aumento da carga tributária, que gera como efeito colateral a redução da rentabilidade líquida, e a diminuição de investimentos gera um prejuízo para a infraestrutura, acarretando um aumento do custo final de produção dos serviços públicos (MENDES, 2011), gerando grandes danos ao Estado e à sociedade.

Existem alguns fatores naturais que proporcionaram aumento dos gastos públicos, como o aumento da expectativa de vida da sociedade, consumindo mais serviços de saúde e previdência, a urbanização promove maiores gastos com infraestrutura, educação, segurança entre outros serviços, além do aumento da remuneração dos prestadores de serviços, como

médicos e professores (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008), que passam a impactar no montante de gastos públicos e elevando ainda mais a complexidade de gestão dos gastos e a prestação dos serviços públicos.

Maia et al. (2013) ressaltam que os gastos públicos vêm apresentando aumento nos últimos anos e elevando a discussão sobre estes e sobre os fatores ligados a estes, tais como a elevada carga tributária brasileira, baixo retorno em serviços prestados, os quais são normalmente de baixa qualidade frente o valor investido. Como consequência, a sociedade não vem mais aceitando mais a criação ou elevação de tributos e tem exigido melhora na produção e prestação de bens e serviços públicos.

Benício et al. (2015) corroboram tal fato ao afirmarem que ao se comparar os gastos públicos brasileiros com os padrões internacionais, o brasileiro possui um nível mais elevado, tornando-se essencial uma melhor utilização dos recursos públicos, ou seja, uma melhor qualidade da realização dos gastos públicos, visando a obtenção de uma melhoria nos níveis dos serviços públicos prestados pelo Estado. Além disso, é necessário proporcionar maior crescimento econômico, diminuição da desigualdade social e do desemprego, afetando com isso diretamente os níveis violência e a qualidade de vida da população, tudo isto como consequência da aplicação eficiente dos recursos públicos (MENDES, 2006).

2.6 Qualidade do Gasto Público

Com a crescente demanda relacionada à quantidade e qualidade dos serviços públicos, há duas alternativas para suprir a demanda, sendo: o aumento dos tributos para aumentar a quantidade de serviços prestados ou o aperfeiçoamento da qualidade dos gastos públicos, tornando-o mais eficientes e maximizando os resultados gerados (BOUERI et al., 2015). Desta forma, a melhora no gasto público torna-se a alternativa mais viável para a realidade brasileira atual.

Outros aspectos, tais como a insatisfação com o sistema político nacional e os principais agentes públicos, a elevada carga tributária brasileira, os serviços públicos precários, elevados índices de corrupção, crescimento do tamanho da máquina pública, alto índice de desemprego, crise econômica, entre outros, fazem com que a qualidade e a forma como os recursos públicos são utilizados venham à tona e passem a ser debatidos.

O serviço público é considerado como de qualidade quando busca alcançar os melhores resultados, com a mínima aplicação de recursos, gerando satisfação aos clientes/cidadãos, consumidor ou usuários desses serviços (TIRONI et al., 1991). Vale

ressaltar que, além de avaliar se os objetivos foram totalmente atingidos, deve-se verificar se foram gerados de maneira eficiente (BORGES, 2012).

Araújo Neto et al. (2016) relatam que a discussão sobre a qualidade do gasto público no Brasil é uma ideia relativamente nova, mas que tem recebido mais atenção a cada dia, avaliando assuntos como receita, despesa e endividamento por meio da discussão sobre finanças públicas e pela ótica dos retornos econômicos-sociais ofertados pelo Estado frente aos tributos cobrados da população.

Assim, a qualidade no gasto público relaciona-se à utilização consequente dos meios existentes, com o intuito de alcançar os objetivos pretendidos, evitando gastos desnecessários, ou seja, gastando pouco, porém sem prejudicar a qualidade do produto ou serviço (MALENA et al., 2013).

[...] a melhoria da qualidade do gasto público redundará em melhorar a eficiência desse gasto, ou seja, determinado investimento deverá ser concluído com o menor custo possível e gerar o máximo de benefícios para a sociedade (CHAVES, 2007, p. 845-855).

Portanto, a qualidade do gasto público refere-se à utilização eficiente e eficaz dos recursos públicos escassos, na produção de bens e serviços que satisfarão as necessidades da sociedade que os consomem e que, na verdade, paga um valor significativamente alto por estes, por meio da arrecadação tributária, exigindo que o dinheiro seja adequadamente empregado e gere bons resultados, tanto em quantidade como em qualidade.

Desta forma, é possível classificar os gastos públicos como sendo produtivos ou improdutivos, conforme os resultados proporcionados por estes. O gasto improdutivo é aquele que proporciona um impacto negativo sobre o crescimento econômico (ROCHA; GIUBERTI, 2007), ou então na situação em que o gasto efetivo é superior ao gasto mínimo para a obtenção do mesmo objetivo, representando uma perda para a sociedade, em virtude do custo desperdiçado, normalmente gerado pela falta de preparo técnico do pessoal, incertezas, deficiências do processo orçamentário, corrupção, paralisação de obras, entre outros (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Castro (2006) complementa que as despesas públicas em consumo, normalmente, são tratadas como improdutivas, já que não afetam a eficiência produtiva, mas sim o bem-estar do consumidor.

Já os gastos públicos produtivos são aqueles em que os objetivos propostos são alcançados a um custo mínimo possível, ou seja, os benefícios marginais sociais

proporcionados pelos bens e/ou serviços públicos são iguais ou superiores aos custos marginais incorridos na produção destes (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001). Além disso, os gastos são classificados como produtivos quando o seu efeito sobre o nível de atividade gera um impacto positivo no crescimento econômico do país (ROCHA; GIUBERTI, 2007) ou na melhoria de desempenho dos indicadores sociais.

Os gastos em investimentos, tradicionalmente, são avaliados como produtivos, pois geram acumulação de capital humano, como os gastos com educação e saúde, visto que tais fatores são possíveis geradores de crescimento econômico (CASTRO, 2006). Neste sentido, Bogoni et al. (2011) destacam que além dos serviços de saúde e educação, gastos com infraestrutura e habitação afetam o setor privado e a produtividade nacional, além da qualidade de vida dos trabalhadores, tornando-se gastos produtivos, os quais devem ser realizados em detrimento do aumento dos gastos com consumo e subsídios.

Gastos públicos com a educação são associados ao desenvolvimento econômico e social em diversos países, pois além de afetar positivamente a eficiência produtiva, já que maiores salários podem ser interpretados como um reflexo de ganho de produtividade (MICHAELOWA, 2000), afetam positivamente a remuneração dos trabalhadores. Um aumento de 10% nos gastos com escolaridade gera um aumento de 1,5% no salário para cada ano de estudo e eleva os salários dos trabalhadores em 9,5% nos Estados Unidos (CARD; KRUEGER, 1996). Aspectos que refletem o maior valor do capital humano e o aumento da produção nacional.

Em avaliações internacionais sobre a qualidade da educação brasileira, o país ocupa a posição 63º dentre os 70 países avaliados no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) que mede o aprendizado médio de jovens entre 15 anos e 3 meses e 16 anos e 2 meses), o problema brasileiro é que ele se mostra incapaz de alocar eficientemente seu capital (DANA, 2017).

O investimento adequado proporciona desenvolvimento social e econômico de maneira macro, e melhora a capacidade produtiva, interpessoal e social de um indivíduo (DANA, 2017), a educação melhora a qualidade de vida, reduz a mortalidade infantil, melhora a criatividade e a inovação, melhora a distribuição de renda, reduz as pressões migratórias, ativa o crescimento econômico, bem como os valores democráticos (CALDERÓN, 2017).

Um grande exemplo de transformação de um país por meio do investimento em educação é a Coreia do Sul, que na década de 70 passou a fazer massivos investimentos na

educação e considerá-la como prioridade, fazendo o país se tornar em uma grande potência mundial na atualidade, com alto índice de inovação e desenvolvimento tecnológico, com uma economia mais forte e promissora e de mão de obra qualificada (SOARES; MEIRELLES, 2013).

De acordo com Dana (2017), o problema brasileiro não é a falta de investimento em educação, pois o país investe 19% dos seus gastos enquanto a média dos países da OCDE é 13%, para Calderón (2017), mesmo quando há vontade de investir em educação, estes investimentos têm sido, em muitos casos, mal direcionados e ineficientes, fato que faz com que os resultados almejados não sejam obtidos. É necessário gastar em educação com critério, planejamento e qualidade de gestão. Assim, há mais chances de fazer do Brasil uma nação verdadeiramente desenvolvida.

Assim como a educação, a saúde também é primordial para o país, pois, de acordo com Noronha e Andrade (2004, p. 1), “o estado de saúde afeta a distribuição de renda e o nível de pobreza, apoiando a hipótese de que as perdas de rendimentos decorrentes de um estado de saúde precário, associadas à presença de desigualdades sociais em saúde, contribuem para aumentar a desigualdade de renda e nível de pobreza observada no Brasil”.

Uma ressalva muito importante é que gastos que são aparentemente produtivos podem se tornar improdutivos se realizados em excesso (DEVARAJAN et al., 1996), tornando-se essencial um equilíbrio na realização dos gastos, evitando assim o efeito contrário e negativo para o aumento da eficiência.

Dentre os maiores benefícios da melhora da qualidade do gasto público, pode-se citar a expansão quantitativa e a elevação qualitativa dos serviços públicos oferecidos, sem que seja necessária uma maior arrecadação fiscal pelo governo, evitando assim, prejudicar a população com elevação tributária.

[...] a melhoria da qualidade do gasto público permitiria que as demandas sociais por serviços públicos pudessem ser supridas, pelo menos parcialmente, a custos decrescentes, ou seja, sem acréscimo da carga fiscal. Dessa forma, seria possível conciliar a pressão por mais serviços com a restrição imposta pelo limite à tributação (IPEA, 2006, p. 5).

A atual realidade brasileira de elevada carga tributária, faz com que seja imprescindível que o Estado tenha excelente qualidade no gasto público, vez que uma elevação tributária prejudicaria ainda mais a economia nacional, a qual já apresenta resultado aquém do desejado.

Existem estudos que apontam a má qualidade nos gastos públicos, tais como Ribeiro e Junior (2006), Motta (2010), Silva Filho (2012), Domiciano e Almeida (2015), Martins e Barbosa (2015), entre outros, indo de encontro a necessidade e vontade da sociedade. Por outro lado, existem estudos que apontam a boa qualidade na utilização de recursos públicos, como os realizados por Borges (2010), Santos (2015), Ázara (2016), Lopes (2016), entre outros. Tal divergência evidencia que é importante a análise e avaliação da qualidade dos gastos e a busca por mecanismos capazes de melhorar a eficiência com que estes são realizados.

2.6.1 Avaliação da Qualidade do Gasto Público

Existem duas maneiras de avaliar a qualidade da despesa pública, de acordo com Rocha e Giuberti (2007), sendo de forma direta e de forma indireta. Na avaliação direta avalia-se o efeito que o gasto provoca no crescimento econômico do país, utilizando métodos estatísticos e econométricos. Na forma indireta, a avaliação é realizada considerando os gastos em serviços públicos, tais como saúde, educação, entre outros, e o impacto que estes podem provocar no crescimento econômico do país. Neste a avaliação é resultante da comparação do resultado do desempenho com os gastos incorridos em insumos para a realização do serviço (ÁZARA, 2016).

Tal avaliação é imprescindível para o controle social sobre a utilização dos recursos públicos, bem como pela busca de maior eficiência e qualidade na utilização destes recursos, entretanto, tal avaliação não é simples de se realizar, pois na contabilidade pública tradicional não havia a mensuração dos custos, situação que está sendo corrigida com a implantação da nova contabilidade pública. Além disto, não existe uma mensuração clara sobre a produtividade pública, bem como há dificuldade para obter informações amplas e confiáveis, as quais podem ser distorcidas por classificações orçamentárias deficitárias (RIBEIRO, 2008). Estes aspectos devem ser considerados durante a adoção de metodologias que visem a avaliação da qualidade do gasto público.

Outro aspecto muito importante na avaliação correta do desempenho é a devida criação de parâmetros que atribuam qualidade ao serviço público, permitindo uma comparação entre diferentes entes e uma comparação histórica, contribuindo com informações que propiciem melhora no desempenho (RIBEIRO, 2008). Os parâmetros são avaliados com base em indicadores sociais (FERNANDES; SILVA, 2009), correspondentes a cada função,

área ou serviço público prestado, tais como os mais tradicionais na área de saúde, como número de consultas pré-natal, índice de natalidade, índice de mortalidade, entre outros. Já na educação é usual a utilização do índice de aprovação, da nota obtida em avaliações nacionais, do índice de desistência, entre outros.

Os indicadores mais apropriados são aqueles que se relacionam diretamente aos objetivos principais de cada programação de gasto (CÂNDIDO JUNIOR, 2001), mas é necessário realizar uma análise abrangente e multidimensional para considerar possíveis inter-relações entre atividades ou superposições de atividades distintas, que geram impactos em um mesmo objetivo, elevando a complexidade na mensuração da qualidade do gasto público.

Villela (2006) declara que é uma tarefa complicada quantificar o tamanho do desperdício do gasto público, já que os serviços públicos são considerados, normalmente, de má qualidade, o que leva a crer que esse desperdício deve ser bem alto, pois mesmo realizando a prestação dos serviços, estes são executados de maneira ineficiente. Neste contexto, torna-se essencial a mensuração da eficiência e qualidade dos gastos públicos na prestação dos serviços, visando avaliá-los de maneira realista, para tanto, existem diferentes metodologias que calculam o desempenho do governo.

2.6.2 Métodos de avaliação da qualidade do gasto público

Com a exigência crescente da população por políticas públicas e econômicas que visem diminuir as dívidas públicas, cortar gastos públicos e elevar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, as administrações públicas são forçadas a buscar maior eficiência de operação. A eficiência é medida, tradicionalmente, comparando as despesas do governo com os níveis de indicadores socioeconômicos proporcionados, tais como saúde, educação, segurança, entre outros.

Tal comparação pode ser realizada por meio de diversos métodos distintos, a exemplo de *Stochastic Frontier Analysis* (SFA), desenvolvida originalmente por Greene (1990); *Stochastic Nonsmooth Envelopment of Data* (StoNED), criado por Kuosmanen e Kortelainen (2012); os métodos derivados de Mínimos Quadrados Ordinários, como *Corrected Ordinary Least Squares* (COLS) e *Modified Ordinary Least Squares* (MOLS), desenvolvidos originalmente respectivamente por Winsten (1957) e Lovell (1993). Entretanto, os métodos de análise de eficiência mais utilizados atualmente são *Data Envelopment Analysis* (DEA), pela facilidade de utilização em relação aos demais, em função de ser um método não-paramétrico,

e o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), criado justamente para avaliar índices de qualidade de gasto público.

A metodologia DEA foi desenvolvida inicialmente por Charnes, Cooper e Rhodes (1978) e posteriormente modificada por Banker, Charnes e Cooper (1984), permitindo a avaliação de organizações considerando a existência de múltiplos insumos e múltiplos produtos de maneira não paramétrica, o que permite a estimação de eficiência relativa de distintas unidades produtivas sem se conhecer a função produção destas.

Tal metodologia foi adotada no estudo realizado por Araújo Neto et al. (2016), ao realizar uma análise comparativa dos gastos públicos na esfera municipal de governo, com o objetivo mensurar a eficiência, eficácia e produtividade do gasto público dos municípios brasileiros, além de descrever as características dos municípios *benchmarks*³. Como resultado constatou que os estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentam os melhores desempenhos e que a produtividade é afetada positivamente pela tecnologia e pela eficiência técnica.

Macêdo et al. (2012) realizaram pesquisa visando analisar a eficiência dos recursos públicos direcionados à educação, tendo como universo de pesquisa os municípios do estado de Santa Catarina e a utilização da metodologia DEA. Os resultados encontrados apontaram que 12% dos municípios catarinenses são eficientes em seus gastos com educação e que os municípios menores tendem a ser mais eficientes.

Adicionalmente, no estudo realizado por Lopes (2016), visando analisar a eficiência do gasto público em educação para os municípios brasileiros, obteve-se como resultado que a distribuição da eficiência não é uniforme no país, sendo as regiões Norte e Nordeste menos eficientes que as demais, notadamente em relação ao Sul e ao Sudeste, bem como que o número de professores com ensino superior e IDHM contribuem positivamente para maior eficiência, ao passo que o abandono escolar e a distorção idade-série impactam negativamente.

Savian e Bezerra (2013) analisaram a eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná e constataram que na maioria dos municípios paranaenses os gastos públicos com educação se mostraram ineficientes, o que demonstra a necessidade de revisão, por parte da administração pública, dos meios de alocação dos recursos. Em 2015, Macêdo et al. também realizaram uma análise da eficiência dos recursos

³ *Benchmarks* são empresas ou organizações consideradas referências no mercado e que devem ser observadas pelos concorrentes, visando aprendizagem, as quais proporcionarão um melhor desempenho de suas atividades, produtos ou serviços.

públicos direcionados à educação nos municípios do Estado do Paraná e constataram que os municípios mais eficientes são aqueles que possuem menos de 30 mil habitantes.

Ainda utilizando a metodologia DEA, Mazon et al. (2015) avaliaram a eficiência dos gastos públicos em saúde, nos municípios de Santa Catarina, e constataram que apenas o município de Monte Castelo apresentou eficiência técnica e todos os municípios apresentaram baixo Índice de Eficiência Técnica em Saúde – IETS proposto por Mendes.

Já a outra metodologia comumente utilizada na avaliação é o Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP. Esta foi criada por Brunet et al. (2007) e visa criar um índice de qualidade do gasto público por meio de uma divisão do valor das despesas efetuadas, de acordo com funções selecionadas, com o índice de bem-estar social, o qual é composto por indicadores socioeconômicos de resultado, que quantificam os efeitos das políticas públicas junto à população.

A metodologia de Índice de Qualidade do Gasto Público foi utilizada por Silva Filho (2012) ao analisar multidimensionalmente o gasto público nos municípios cearenses. Os resultados apontaram um baixo índice de qualidade em todos os grupos de municípios, mesmo que aqueles com mais de 100.000 habitantes tenham mostrado melhor desempenho, em detrimento dos demais.

Outro estudo que adotou a metodologia foi realizado por Martins e Barbosa (2015), visando avaliar a qualidade do gasto público em educação na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os pesquisadores concluíram que os municípios com menor despesa *per capita*, em sua grande maioria, apresentam melhor desempenho em termos de qualidade do gasto público.

Borges (2010) realizou uma pesquisa mais abrangente envolvendo a qualidade do gasto público municipal, no estado do Rio Grande do Sul, ao considerar as funções educação e cultura, habitação e urbanismo e saúde e saneamento. Os resultados demonstraram a presença de deseconomias de escala, mostrando que aumento da despesa *per capita* não gera retorno proporcional em termos de indicadores sociais, revelando a existência de ineficiência na alocação de recursos públicos.

Já Borges (2012) verificou a qualidade do gasto público em educação e saúde em Goiás e, assim como Borges (2010), constatou que os municípios que apresentam uma maior despesa *per capita* não são os que apresentam, em sua grande maioria, melhor desempenho em níveis de bem-estar, gerando dessa forma deseconomias de escala e evidenciando que não

basta aumentar as despesas para melhorar o desempenho, é necessário fazer a correta alocação dos recursos financeiros para a obtenção dos bons resultados almejados.

Tais estudos permitem identificar problemas no emprego de recursos públicos, de modo que é necessário refletir sobre como tais decisões são tomadas.

2.7 Teoria da Escolha Pública

A Teoria da Escolha Pública, em inglês *public choice*, refere-se ao modelo de tomada de decisão do governo, do setor público e do sistema político (PEREIRA, 1997). Nesta, considera-se que o governo democrático é condicionado pela *accountability* eleitoral (SANCHEZ, 2005), em que os políticos são constantemente monitorados pelas suas ações e decisões e que estas refletirão na manutenção ou não dele no poder.

Aquilo que a teoria investiga é em condições institucionais a competição política que leva a que os políticos satisfaçam as preferências dos votantes (e neste sentido elas são relevantes) e em que condições o papel das elites ganha uma maior autonomia em relação a essas preferências (PEREIRA, 1997, p. 427).

Neste sentido, os políticos são forçados a tomar decisões de maneira parcial, direcionada a agradar um determinado público, o qual será responsável pela manutenção deste agente político no poder, fazendo com que nem sempre as decisões sejam as mais corretas ou propícias tecnicamente, impactando no resultado das políticas públicas.

Como principal consequência, não se torna possível a combinação balanceada entre as preferências individuais e as preferências sociais, impedindo a existência de um bem-estar social generalizado, em função de escolha social (CASTRO, 2015), trazendo como desafio a necessidade de tentar conciliar o desejo da maioria com as políticas públicas a serem implementadas.

Evidencia-se que o governo não deve maximizar os interesses públicos sem uma prévia necessidade, mesmo porque há uma falha na estrutura organizacional já comprometida, conformando-se que, em determinadas áreas, o Estado simplesmente não consegue atingir a perfeição na atuação (TULLOCK et al., 2002, p. 54).

Assim, já que o governo não consegue atingir um desempenho ótimo, é necessário que sejam elencadas prioridades que respaldarão as decisões tomadas pelos políticos, e neste quesito, nota-se que as decisões políticas são tomadas visando o próprio interesse dos agentes políticos, que são considerados como homens tomadores de decisões racionais, as quais são derivadas de interesses econômicos e movidos por fins egoístas (CASTRO, 2015), já que

prezam pela sua manutenção no poder e a busca incansável de votos. Como consequência desta ação, os gastos públicos tendem a apresentar um significativo crescimento e uma piora em sua eficiência, haja vista a maneira como as decisões são tomadas (DIAS, 2009).

Portanto, a ciência política, com base nesta teoria, seria regida pelas regras de votação, o comportamento do eleitor, a política partidária, a burocracia, e assim por diante (MUELLER, 1989). Por isso, uma das principais críticas a esta teoria refere-se ao fato dela ser muito simplista, já que considera poucas variáveis e ignora questões relativas à análise do governo, eleitores, legisladores, do poder executivo, dos partidos políticos e demais organizações que integram um governo (DIAS, 2009).

Pelas suas características a Teoria da Escolha Pública apresenta uma visão contrária a teoria econômica e política do *welfare state*, pois na primeira as decisões são tomadas visando o interesse próprio dos tomadores de decisão e na segunda o governo é visto como instituição benevolente objetiva a alocação ótima dos recursos públicos (MARTINS; BARBOSA, 2015).

Apesar do confronto entre as duas teorias que buscam avaliar o comportamento dos políticos no processo decisório e da gestão do poder público, a avaliação da qualidade e da eficiência do uso dos recursos públicos possuem uma perspectiva contributiva para ampliar a quantidade de votos do agente político, pois melhorar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a eficiência da utilização dos recursos públicos agrada os eleitores, em virtude de melhorar o bem-estar social.

Tal avaliação, normalmente, leva em conta análises comparativas que possibilitem identificar boas práticas e referências (*benchmarks*) que permitam o aprendizado daqueles que apresentem ineficiências relativas.

2.8 Teoria do *Benchmarking*

A avaliação que fornece informações comparativas consiste em um *benchmarking*, o qual é descrito como um tipo de pesquisa que visa comparar práticas e procedimentos realizados por empresas distintas, ou em ambientes internos distintos, com o intuito de obter melhorias e alavancar uma vantagem competitiva (OLIVEIRA, 2017). Neste inclui-se, além das empresas, todos os tipos de organizações, até mesmo as organizações públicas, tais como prefeituras, já que a prefeitura de uma determinada cidade pode aprender a adotar melhores práticas realizadas por outra prefeitura na execução de um serviço comum a ambas.

Stapenhurst (2009) destaca que o *benchmarking* é realizado com base em dois pontos principais, sendo estes: a comparação entre o desempenho de uma determinada organização com o desempenho da melhor organização que presta o mesmo tipo de serviço, e após a identificação da diferença de desempenho verificar como a primeira pode aprender e utilizar as práticas da melhor organização para elevar o seu próprio desempenho.

Já Camp (2007) elenca quatro etapas para a realização de um processo de *benchmarking*, sendo que o primeiro é conhecer o desempenho da organização na prestação de um determinado serviço ou confecção de um bem, elencando os pontos fortes e fracos da organização. A segunda etapa seria conhecer a organização mais eficiente e eficaz na prestação do mesmo tipo de serviço ou bem, visando comparar os procedimentos e práticas adotados em ambas, comparando, também, os pontos fortes e fracos de cada uma das organizações. A terceira etapa é a incorporação das melhores práticas e procedimentos na organização, passando a ter um comportamento similar ao da organização com o melhor desempenho. E a quarta etapa é a obtenção de superioridade, após aprender com o melhor e aperfeiçoar o próprio desempenho, a organização deve buscar a superação.

O *benchmarking* passou a ser amplamente utilizado em virtude de três vantagens principais, que são: é a forma mais eficiente de fazer melhorias, pois diminui a quantidade de recursos necessários para a escolha de novas práticas e procedimentos a serem adotados na organização; ajuda as organizações a efetuarem melhorias mais rapidamente, já que adotam práticas e procedimentos testados por outras com excelente desempenho; e tem potencial de estudar o desempenho de outras instituições, as quais atuam em um mesmo segmento ou com o mesmo tipo de bem ou serviço (BOXWELL, 1994).

Em virtude de as prefeituras avaliadas nesta pesquisa prestarem os mesmos tipos de serviço – saúde e educação –, a comparação entre o desempenho destas pode fornecer informações relevantes, que devem ser usadas no processo de *benchmarking* entre elas, visando a melhoria de desempenho e a obtenção de melhores níveis de eficiência e de qualidade no gasto público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 Método

Esta pesquisa objetivou analisar a qualidade no gasto público, dos recursos direcionados à educação, ensino fundamental, e saúde, nos municípios do estado de Mato Grosso. Configurando-se como pesquisa descritiva, teve a utilização dos métodos bibliográfico e documental, com abordagem quantitativa dos dados.

A pesquisa descritiva busca conhecer e evidenciar características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer correlações entre variáveis, contribuindo com a definição da natureza do que é estudado (VERGARA, 2014). Nesta pesquisa o método descritivo foi necessário para proporcionar um ranking com a classificação do desempenho das cidades na qualidade no gasto público.

O material utilizado na pesquisa para embasar as informações, conceitos, definições e teorias científicas concederam a esta a classificação de pesquisa bibliográfica. Pesquisa esta que se caracteriza pela utilização de material impresso ou digital, tais como livros, artigos, teses, entre outros, produzido por pesquisas anteriores e devidamente registrados (SEVERINO, 2017).

Além dos livros, artigos e conteúdos pertencentes ao método bibliográfico, adotou-se, também, a pesquisa documental, realizada com o intuito de obtenção de dados correspondentes a características, peculiaridades e resultados obtidos pelos municípios mato-grossenses nas áreas de educação, ensino fundamental, e saúde. Portanto, trata-se do uso de dados secundários, fundamentais para a avaliação da qualidade nos gastos públicos dos entes pesquisados.

Pesquisa documental é aquela em que o pesquisador utiliza-se de dados que não foram tratados analiticamente, ou seja, tradicionalmente se apresentam em forma de tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais, entre outros (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Os dados obtidos foram processados de maneira quantitativa, sendo assim, a abordagem do problema aconteceu com a utilização da metodologia quantitativa, a qual tem como principal característica o tratamento dos dados de maneira numérico-estatística, permitindo que sejam comparáveis e observáveis (ALONSO et al., 2016).

Para a avaliação aqui proposta adotou-se o método de Brunet et al. (2007) para o tratamento estatístico dos dados coletados, método denominado de Escore Padronizado pelo

Método da Função Distribuição Acumulada Normal. Neste modelo realiza-se a razão entre o Índice de Bem-Estar e o Índice de Insumo, gerando como resultado o Índice de Qualidade do Gasto Público - IQGP (DIAS; SILVA, 2013).

O resultado do IQGP é obtido pela divisão do Índice de Bem-Estar pelo índice de Despesa, sendo que o Índice de Bem-Estar considera o nível de bem-estar da sociedade por meio de uma ponderação de indicadores sociais que consigam evidenciar os resultados de determinada política pública ou função orçamentária, exigindo amplo conhecimento do pesquisador na eleição dos indicadores a serem utilizados (BRUNET et al., 2012). Para a realização de tal cálculo adota-se a Fórmula 1, que pode ser representada, também, pela Fórmula 2.

$$\text{Índice de Bem - Estar} = \frac{\left[\frac{EB1-M1}{DP1}\right] + \left[\frac{EB2-M2}{DP2}\right] + \dots + \left[\frac{EBm-Mm}{DPm}\right]}{m} \quad (1)$$

Portanto,

$$\text{Índice de Bem - Estar} = \left[\sum_{i=1}^{i=m} (EBi - Mi) / DPi \right] m^{-1} \quad (2)$$

Onde:

EB é o score bruto de um indicador da função selecionada para determinado município do estado de Mato Grosso.

M e **DP** são, respectivamente, a média e o desvio padrão dos scores brutos de todas os municípios do estado de Mato Grosso para determinado indicador da função selecionada.

m é o número total de indicadores da função selecionada.

Já o Índice de Despesa é responsável por evidenciar o valor das despesas incorridas na realização/prestação de um determinado serviço público, podendo ser considerado uma média, um gasto *per capita* ou totais realizados nas funções orçamentária escolhidas como fonte de dados (BRUNET et al., 2012). O Índice de Insumo é calculado com a Fórmula 3.

$$\text{Índice de Insumo} = [(DT/POP) - md] / dp^{-1} \quad (3)$$

Onde:

DT é a despesa total efetuada na função selecionada.

POP é o total da população do município pesquisado.

md e **dp** são respectivamente a média e o desvio padrão da despesa per capita de todos os municípios do estado de Mato Grosso na função selecionada.

Em virtude de trabalhar com diferentes indicadores (variáveis), os quais possuem diferentes formatos de apresentação, tanto no Índice de Bem-Estar como no de Insumo, cada indicador foi tratado estatisticamente, visando obter um escore padronizado, para depois utilizar todas os indicadores no cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público. Tal padronização ocorreu com a aplicação da Fórmula 4.

$$I \text{ padronizado} = \frac{Xi - Xmin}{Xmax - Xmin} \quad (4)$$

Onde:

Xi é o resultado obtido na variável da cidade em análise

Xmin é o menor desempenho obtido na variável em análise, considerando a amostra estudada

Xmax é o maior desempenho obtido na variável em análise, considerando a amostra estudada

Com base no Índice de Bem-Estar cada município foi ordenado pelo seu desempenho e recebeu uma pontuação correspondente a sua colocação no *ranking* com todos os municípios pesquisados. Tal procedimento se repetiu com o Índice de Insumo para cada município, como exemplificado na Tabela 01.

Tabela 01 - Pontuação de cada posição para o Índice de Bem-Estar e de Insumo

Posição	Pontuação	Pontuação
	Índice de Bem-Estar (quanto maior melhor)	Índice de Insumo (quanto menor melhor)
01°	18	01
02°	17	02
03°	16	03
04°	15	04
05°	14	05
06°	13	06
07°	12	07
08°	11	08
09°	10	09
10°	09	10
11°	08	11
12°	07	12
13°	06	13
14°	05	14
15°	04	15
16°	03	16
17°	02	17
18°	01	18

Fonte: Borges (2010).

Utilizando-se a pontuação correspondente ao Índice de Bem-Estar e a do Índice de Insumo, calcula-se então o Índice de Qualidade do Gasto Público de um município, conforme Fórmula 5.

$$IQGP = \frac{\text{Índice de Bem-Estar}}{\text{Índice de Insumo}} \quad (5)$$

Visando calcular o Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP da Educação, utilizou-se os dados descritos a seguir. Para o cálculo do Índice de Bem-Estar da função Educação, ensino fundamental, foram selecionados os seguintes indicadores educacionais: Número de alunos matriculados no Ensino Fundamental por município; Número de docentes no Ensino Fundamental por município; Nota do Ideb dos anos iniciais (quinto ano) por município; Nota do Ideb dos anos finais (nono ano) por município. Estes dados são evidenciados no Quadro 1.

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Este é “um indicador educacional que visa monitorar a qualidade dos sistemas por meio da combinação entre fluxo e aprendizagem escolar.” (SAVIAN; BEZERRA, 2013).

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho dos alunos nos exames da Prova Brasil, a qual avalia o conhecimento dos discentes em português e matemática. Tal índice é realizado a cada dois anos (MEC, 2018), por ter a sua origem em 2007, é realizado em todos os anos ímpares.

Esta pesquisa pretendia avaliar o IQGP de todos os anos em que houve apuração do Ideb, ou seja, nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, porém o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE não divulgou/disponibilizou o valor do Investimento educacional por aluno do ensino fundamental para o ano de 2007, o qual é o indicador de Insumo utilizado neste estudo, obrigando a exclusão deste ano da avaliação desta pesquisa, e fazendo com que os anos avaliados sejam: 2009, 2011, 2013 e 2015. Outra ressalva é que o ano de 2017 não foi incluso em virtude de não ter sido divulgado até o término desta pesquisa.

A seleção dos dados foi baseada nas informações do Ensino Fundamental Municipal, buscando os dados dos municípios do estado de Mato Grosso disponibilizadas em sítios

eletrônicos, conforme descrito no Quadro 1. No sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE foi obtido o número de alunos matriculados no ensino fundamental, bem como o número de docentes nesta mesma fase do ensino em cada um dos municípios investigados. No sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP foi obtido a nota do Ideb para cada município. Ressalta-se que cada um dos indicadores recebeu peso um no cálculo do referido Índice de Bem-Estar.

No cálculo do Índice de Insumo da função educação foi utilizado como indicador o valor do Investimento Educacional por Aluno do Ensino Fundamental por município, que reflete a razão entre o gasto total e o número de alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental, o qual foi obtido junto ao Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme evidenciado no Quadro 1.

Para todos os indicadores, tanto os que compuseram o cálculo do Índice de Bem-Estar, quanto o que compôs o Índice de Insumo, utilizou-se os dados correspondentes aos anos de 2009, 2011, 2013 e 2015.

Quadro 01 – Indicadores do IQGP da Educação, ensino fundamental

INDICADORES DE BEM-ESTAR		
Indicador	Descrição	Fonte
Número de alunos matriculados no Ensino Fundamental por município	Quantidade de alunos que frequentam o Ensino Fundamental Municipal	IBGE
Número de docentes no Ensino Fundamental por município	Quantidade de profissionais da educação fundamental por município	IBGE
Nota do Ideb dos anos iniciais (quinto ano) por município	Razão entre a taxa de aprovação e o desempenho na Prova Brasil	INEP
Nota do Ideb dos anos finais (nono ano) por município	Razão entre a taxa de aprovação e o desempenho na Prova Brasil	INEP
INDICADORES DE INSUMO		
Indicador	Descrição	Fonte
Investimento educacional por aluno do ensino fundamental	Razão entre o gasto total e o número de alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental	FNDE

Fonte: Elaboração própria.

Já para o cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público - IQGP da Saúde dos 141 municípios pesquisados, se utilizou indicadores para compor o Índice de Bem-Estar e o Índice de Insumo. O Índice de Bem-Estar foi composto pelos seguintes indicadores: Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica; Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas; Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+Hib) em crianças menores de um ano; Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera; e Taxa de mortalidade infantil.

Todos os indicadores utilizados no cálculo do Índice de Bem-Estar foram obtidos no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, conforme apontado no Quadro 2.

As informações utilizadas nas análises aqui propostas (indicadores) correspondem ao período de 2008 a 2016, pois 2008 é o ano mais antigo em que existe informações disponíveis de todos os indicadores aqui abordados, e 2016 o ano mais atual em que existem as informações de todos os indicadores da saúde publicados no sítio eletrônico da referida Secretaria. Acredita-se que o lapso temporal fornece um amplo histórico, capaz de evidenciar consistentemente o desempenho de cada uma das localidades avaliadas. Ressalta-se que cada um dos indicadores recebeu peso um no cálculo do referido Índice de Bem-Estar.

No cálculo do Índice de Insumo da função Saúde foi utilizado o indicador de Despesa Total Saúde por Ano por Município e o Tamanho da População, o que reflete a quantidade de recursos financeiros gastos de forma *per capita*. Informações estas disponibilizadas pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, no sítio do Ministério da Saúde e Secretaria Executiva DATASUS, como demonstrado no Quadro 2. As informações são do período de 2008 a 2016, coincidindo com o período usado para avaliar o Bem-Estar.

Quadro 02 – Indicadores do IQGP da Saúde

INDICADORES DE BEM-ESTAR		
Indicador	Descrição	Fonte
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Número de equipes de saúde da família (eSF) da Estratégia Saúde da Família cadastradas pelo gestor municipal no CNES somado ao número de eSF equivalente multiplicado por 3.000 em determinado local e período. Dividido pela população total no mesmo local e período. Multiplicado por 100.	SES - MT

Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas	Número de consultas médicas nas especialidades básicas, em determinado local e período. Dividido pela população total no mesmo local e período.	SES – MT
Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+Hib) em crianças menores de um ano	Número de crianças menores de um ano vacinadas com 3ª dose de tetravalente. Dividido pelo número de nascidos vivos. Multiplicado por 100.	SES – MT
Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	Total de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados em determinado local e período. Dividido pelo total de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados em determinado local e período. Multiplicado por 100.	SES – MT
Taxa de mortalidade infantil	Número de óbitos em menores de 1 ano de idade em um determinado local de residência e ano. Dividido pelo Número de nascidos vivos residentes nesse mesmo local e ano. Multiplicado por 1000.	SES – MT
INDICADORES DE INSUMO		
Indicador	Descrição	Fonte
Despesa Total Saúde por Ano por Município	Montante de recursos financeiros utilizados com despesas na área de saúde	SIOPS
População Por Município	Quantidade de pessoas habitantes de cada município	IBGE

Fonte: Elaboração própria.

Como ferramenta de cálculo e análise dos dados, foi utilizado o software Excel, o qual permitiu obter resultados mais precisos e de maneira mais ágil, oferecendo maior confiabilidade e segurança na obtenção dos resultados.

3.2 Análise do Índice de Qualidade do Gasto Público

A avaliação sobre a qualidade da utilização dos recursos públicos nas funções educação, ensino fundamental, e saúde ocorreu com base na metodologia do IQGP, criada por Brunet et al (2007), na qual adota-se escores padronizados para a despesa com educação e saúde, assim como para os indicadores educacionais de ensino fundamental e de saúde e julgando o resultado obtido. O IQGP corresponde a “[...] um conjunto de variáveis cujo resultado final permite a classificação das diversas unidades” (BRUNET et al., 2007, p.13)

pesquisadas, possibilitando comparar o desempenho destas e verificar quais obtiveram os melhores desempenhos.

Dentre os resultados possíveis do IQGP, pode-se encontrar três diferentes situações: I - quando o Índice de Bem-Estar é igual ao Índice de Insumo, o valor do IQGP é um, evidenciando um equilíbrio entre o gasto público (insumo) e os resultados gerados (resultado dos indicadores sociais); II - quando o resultado do IQGP é menor que um, o retorno medido pelo Índice de Bem-Estar é inferior ao Índice de Insumo, evidenciando excesso de insumos frente a quantidade de resultados proporcionados; e, III - quando o IQGP é maior que um, situação em que os resultados gerados são superiores aos insumos utilizados (BRUNET et al., 2007).

O ideal é que os municípios obtenham um IQGP superior a um, pois nesta situação “[...] tem maior qualidade no gasto público, pois, para cada unidade de gasto despendida, a quantidade de resultados retornados, quantificado pelo Índice de Bem-Estar é maior do que um.” (BRUNET et al., 2007, p.15). Evidenciando a ocorrência da utilização eficiente dos recursos financeiros.

Uma significativa contribuição do método IQGP é a comparação entre as despesas realizadas e os resultados produzidos, de diferentes municípios, em um mesmo programa, permitindo ranquear o desempenho destes, possibilitando a obtenção de *benchmarks* que servirão como referência e poderão proporcionar conhecimento e melhora no desenho para os municípios menos eficientes.

Em contrapartida, o modelo IQGP possui limitações, as quais devem ser consideradas na interpretação dos resultados gerados, limitações que são descritas a seguir.

Salientamos que o referido instrumento apresenta limitações: 1º) utiliza os indicadores sociais de resultado, mas não é possível afirmar que estes são resultado das políticas públicas implementadas pelos governos municipais através de seus programas/projetos; 2º) limita a análise apenas nas despesas realizadas pelos municípios, desconsiderando os investimentos federais, estaduais e privados que também agregam nos indicadores sociais de resultado; 3º) reflete apenas o retrato de um momento, não se constituindo um histórico das microrregiões; 4º) não é capaz de mensurar aspectos intangíveis relativos a custos e benefícios de programas/projetos dos governos municipais, principalmente seus efeitos sobre a sociedade (BORGES, 2010, p. 42).

Apesar das limitações existentes, considera-se que os resultados gerados por este método sejam consistentes e possam contribuir para evidenciar o desempenho de cada um dos municípios, nas funções de educação, ensino fundamental, e saúde, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade da utilização dos recursos públicos.

3.3 Universo e amostra da pesquisa

Essa pesquisa teve como universo de pesquisa um total de 141 (cento e quarenta e um) municípios, os quais correspondem à totalidade dos municípios do estado de Mato Grosso. Entretanto, nem todos os municípios disponibilizaram os dados necessários para a avaliação, razão pela qual alguns tiveram que ser excluídos do estudo, fazendo com que a amostra utilizada no IQGP da Educação, ensino fundamental, tenha sido de 121 municípios e no IQGP da Saúde de 141 municípios.

Desta forma, os municípios não considerados no IQGP da Educação foram: Araguainha, Canabrava do Norte, Conquista Doeste, General Carneiro, Guiratinga, Luciára, Nova Brasilândia, Nova Marilândia, Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio do Leverger, São José do Povo, Serra Nova Dourada, Tesouro, União do Sul, Vale de São Domingos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por ter como objetivo a avaliação da qualidade do gasto público dos municípios mato-grossenses nas áreas de saúde e educação foram realizados cálculos com base na metodologia Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP, criado por Brunet et al. (2007), utilizando-se três indicadores de bem-estar para a educação e um indicador de insumo para esta função. Já para o cálculo da saúde foram contemplados cinco indicadores de bem-estar e um indicador de insumo, conforme apresentado no terceiro capítulo deste trabalho. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

4.1 Resultados na função Educação

A educação é uma área de suma importância para a qualidade de vida da sociedade, pois esta proporcionará impactos positivos ao longo de toda a vida das pessoas que a recebem, tornando primordial a utilização dos recursos desta função com qualidade. As pesquisas realizadas por Baldacci et al. (2003) e Gupta et al. (2002) afirmaram que gastos com educação proporcionam maiores efeitos sobre os indicadores sociais.

Em virtude da sua relevância, foi avaliada a qualidade do gasto público em educação, ensino fundamental, de 122 municípios Mato-grossenses, e os resultados gerados são apresentados na Tabela 02, resultados estes que foram avaliados comparativamente e classificados conforme a posição obtida por cada um dos municípios, constituindo assim, um *ranking* de desempenho.

Tabela 02 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Educação, ensino fundamental, nos anos 2009, 2011, 2013 e 2015 (Continua)

Município	2009		2011		2013		2015	
	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking
Acorizal	0,25	106°	0,53	94°	1,26	47°	0,70	72°
Água Boa	2,14	31°	1,79	31°	1,76	35°	6,69	11°
Alta Floresta	0,68	80°	0,72	78°	0,84	72°	0,67	74°
Alto Araguaia	0,41	96°	1,70	33°	0,76	75°	0,98	58°
Alto Boa Vista	2,02	34°	1,98	30°	0,86	69°	0,30	105°
Alto Garças	10,00	8°	1,57	38°	3,77	15°	0,50	93°
Alto Paraguai	0,78	76°	0,67	82°	1,09	54°	7,12	10°
Alto Taquari	3,66	22°	4,81	14°	9,00	5°	2,29	26°
Apiacás	2,45	28°	17,00	4°	3,83	14°	6,58	12°
Araguaiana	3,60	23°	0,02	122°	1,00	62°	0,16	115°

Tabela 01 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Educação, ensino fundamental, nos anos 2009, 2013 e 2015 (Continuação)

Município	2009		2011		2013		2015	
	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking
Araputanga	1,27	46°	0,32	102°	0,40	103°	1,62	38°
Arenópolis	0,42	95°	0,04	119°	0,96	64°	0,53	92°
Aripuanã	0,92	66°	0,65	88°	1,01	59°	0,59	86°
Barão de Melgaço	0,22	110°	0,21	111°	1,29	46°	0,23	109°
Barra do Bugres	0,41	97°	0,98	63°	0,85	71°	8,15	9°
Barra do Garças	0,47	91°	0,44	98°	0,66	81°	0,86	63°
Bom Jesus do Araguaia	1,03	58°	0,75	77°	0,36	105°	0,42	95°
Brasnorte	0,53	87°	0,31	103°	0,20	112°	0,56	90°
Cáceres	0,95	62°	0,87	67°	0,52	95°	0,76	68°
Campinápolis	0,44	93°	0,62	90°	0,55	90°	0,25	108°
Campo Novo do Parecis	0,11	114°	0,26	108°	0,26	110°	0,17	114°
Campo Verde	1,29	45°	14,71	5°	4,33	11°	16,60	4°
Campos de Júlio	23,00	3°	4,19	15°	6,33	8°	8,18	8°
Canarana	2,45	29°	6,20	11°	36,00	2°	1,00	57°
Carlinda	5,00	15°	3,57	19°	3,45	17°	2,17	29°
Castanheira	0,09	116°	0,60	92°	0,30	107°	0,60	85°
Chapada dos Guimarães	1,81	36°	1,07	56°	0,74	76°	1,06	51°
Cláudia	0,92	65°	0,23	110°	0,90	66°	0,89	60°
Cocalinho	1,10	54°	0,60	91°	0,01	122°	0,27	107°
Colíder	0,07	118°	0,65	86°	1,54	39°	1,97	30°
Colniza	0,39	98°	0,45	96°	0,99	63°	0,69	73°
Comodoro	2,52	27°	3,82	17°	0,91	65°	1,63	37°
Confresa	0,53	88°	0,77	75°	0,52	93°	41,00	2°
Cotriguaçu	0,35	100°	1,50	41°	1,02	58°	2,91	23°
Cuiabá	1,14	51°	1,15	50°	0,68	78°	1,36	44°
Cuverlândia	0,24	107°	1,22	45°	2,40	26°	1,72	36°
Denise	0,49	90°	1,10	52°	2,29	28°	1,81	32°
Diamantino	0,28	103°	1,51	40°	1,79	33°	3,96	19°
Dom Aquino	0,55	85°	0,72	79°	0,58	87°	1,05	53°
Feliz natal	0,58	84°	0,27	106°	0,64	83°	0,56	89°
Figueirópolis D'Oeste	0,81	75°	1,67	34°	0,54	91°	0,86	65°
Gaúcha do Norte	0,88	71°	0,65	85°	0,45	99°	0,39	96°
Glória D'Oeste	1,07	56°	0,77	76°	0,85	70°	0,64	77°
Guarantã do Norte	0,52	89°	0,82	71°	2,27	29°	4,79	14°
Indiavaí	1,22	49°	0,13	113°	0,23	111°	0,30	104°
Ipiranga do Norte	2,19	30°	1,02	60°	1,03	56°	1,04	56°
Itanhangá	0,30	102°	19,17	3°	1,39	44°	0,08	119°
Itaúba	3,52	24°	0,38	100°	1,75	36°	0,62	81°
Itiquira	0,61	82°	0,04	120°	0,50	96°	0,04	121°
Jaciara	4,16	18°	5,64	13°	2,59	23°	4,39	16°

Tabela 02 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Educação, ensino fundamental, nos anos 2009, 2011, 2013 e 2015 (Continuação)

Município	2009		2011		2013		2015	
	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking
Jangada	5,18	13°	0,65	89°	0,48	97°	0,32	102°
Jauru	47,50	2°	11,00	6°	77,00	1°	46,00	1°
Juara	6,38	9°	2,92	23°	2,53	25°	1,78	33°
Juína	5,07	14°	6,88	9°	1,52	40°	3,62	20°
Juruena	3,71	20°	2,41	27°	1,25	48°	1,13	48°
Juscimeira	0,42	94°	0,53	93°	0,05	121°	0,79	66°
Lambari D'Oeste	1,30	43°	1,75	32°	1,11	52°	0,62	80°
Lucas do Rio Verde	1,03	57°	7,33	8°	7,06	6°	2,62	24°
Luciara	4,00	19°	0,69	80°	1,63	37°	2,20	28°
Marcelândia	0,97	61°	1,20	46°	1,21	49°	1,76	34°
Matupá	16,00	5°	10,00	7°	2,25	30°	34,33	3°
Mirassol D'Oeste	1,23	48°	1,32	43°	0,15	115°	1,56	40°
Nobres	1,56	38°	1,04	57°	0,57	89°	0,48	94°
Nortelândia	1,48	39°	3,00	21°	3,64	16°	1,89	31°
Nossa Senhora do Livramento	1,29	44°	1,61	37°	0,61	85°	1,18	47°
Nova Bandeirantes	2,13	32°	6,67	10°	4,40	10°	16,33	5°
Nova Canaã do Norte	1,09	55°	0,93	64°	1,12	51°	0,86	62°
Nova Guarita	0,22	111°	0,68	81°	0,07	120°	0,75	70°
Nova Lacerda	0,13	112°	0,44	99°	0,45	98°	0,78	67°
Nova Maringá	101,00	1°	1,03	58°	1,20	50°	4,00	18°
Nova Monte Verde	1,86	35°	0,66	83°	0,54	92°	0,63	78°
Nova Mutum	0,24	108°	0,12	114°	0,16	114°	1,07	49°
Nova Olímpia	0,91	69°	5,70	12°	1,87	32°	2,53	25°
Nova Santa Helena	2,03	33°	1,63	36°	1,42	43°	0,57	88°
Nova Ubiratã	0,54	86°	1,22	44°	0,79	74°	0,60	84°
Nova Xavantina	1,13	52°	0,91	65°	0,84	73°	0,10	118°
Novo Horizonte do Norte	2,97	25°	96,00	1°	2,03	31°	1,44	41°
Novo Mundo	0,93	64°	0,24	109°	1,59	38°	5,55	13°
Novo São Joaquim	1,02	59°	1,51	39°	2,59	24°	1,04	55°
Paranaíta	0,92	67°	0,81	72°	0,67	80°	0,16	116°
Paranatinga	0,03	121°	2,67	25°	0,67	79°	1,23	46°
Pedra Preta	0,35	101°	1,11	51°	2,66	22°	1,07	50°
Peixoto de Azevedo	1,10	53°	1,19	47°	3,00	20°	3,60	21°
Planalto da Serra	0,77	77°	0,77	74°	1,10	53°	0,36	98°
Poconé	1,23	47°	1,08	55°	0,09	118°	0,64	75°
Pontal do Araguaia	0,94	63°	0,65	87°	0,41	101°	0,36	99°
Ponte Branca	2,61	26°	0,87	68°	0,57	88°	0,71	71°
Pontes e Lacerda	0,36	99°	1,19	48°	0,66	82°	1,40	43°
Porto Alegre do Norte	5,88	11°	0,88	66°	0,70	77°	0,88	61°
Porto dos Gaúchos	4,18	17°	2,77	24°	1,00	60°	1,56	39°

Tabela 02 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Educação, ensino fundamental, nos anos 2009, 2011, 2013 e 2015 (Conclusão)

Município	2009		2011		2013		2015	
	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking	IQGP	Ranking
Porto Esperidião	0,85	73°	2,65	26°	1,03	55°	1,43	42°
Porto Estrela	13,56	7°	0,83	69°	0,89	67°	0,02	122°
Poxoréo	1,00	60°	2,31	28°	2,31	27°	3,00	22°
Primavera do Leste	0,28	104°	0,08	117°	4,90	9°	0,35	100°
Querência	0,87	72°	0,05	118°	6,94	7°	0,22	111°
Reserva do Cabaçal	0,23	109°	4,04	16°	0,08	119°	0,62	79°
Rio Branco	0,91	68°	1,10	53°	1,46	42°	1,74	35°
Rondolândia	0,05	119°	0,08	116°	0,87	68°	0,31	103°
Rondonópolis	1,34	42°	1,02	61°	1,00	61°	2,27	27°
Salto do Céu	3,71	21°	3,18	20°	0,52	94°	0,05	120°
Santa Carmem	0,75	78°	0,46	95°	0,32	106°	1,05	54°
Santa Cruz do Xingu	1,72	37°	2,92	22°	3,26	18°	1,28	45°
Santa Rita do Trivelato	0,70	79°	0,81	73°	1,03	57°	0,22	112°
Santa Terezinha	14,86	6°	2,07	29°	12,89	4°	0,34	101°
Santo Antônio do Leverger	0,12	113°	0,20	112°	1,79	34°	0,13	117°
São Felix do Araguaia	1,40	41°	1,03	59°	0,41	100°	0,20	113°
São José do Rio Claro	0,27	105°	0,36	101°	0,59	86°	0,23	110°
São José do Xingu	1,47	40°	0,28	105°	4,00	13°	9,29	6°
São José dos Quatro Marcos	1,15	50°	0,03	121°	2,94	21°	0,58	87°
São Pedro da Cipa	0,01	122°	1,09	54°	0,36	104°	0,92	59°
Sapezal	0,10	115°	0,09	115°	0,10	117°	0,61	83°
Sinop	5,25	12°	1,18	49°	15,20	3°	4,44	15°
Sorriso	0,82	74°	0,66	84°	1,34	45°	0,76	69°
Tabaporã	0,88	70°	0,82	70°	0,40	102°	0,64	76°
Tangara da Serra	0,04	120°	1,50	42°	0,64	84°	0,39	97°
Tapurah	4,31	16°	1,66	35°	0,11	116°	0,86	64°
Terra Nova do Norte	6,06	10°	61,00	2°	3,05	19°	4,38	17°
Torixoréu	0,08	117°	0,30	104°	0,30	108°	1,06	52°
Várzea Grande	0,59	83°	0,45	97°	1,50	41°	0,62	82°
Vera	0,62	81°	1,00	62°	0,27	109°	0,55	91°
Vila Bela da Santíssima Trindade	0,46	92°	0,27	107°	0,17	113°	0,28	106°
Vila Rica	18,25	4°	3,63	18°	4,00	12°	8,50	7°

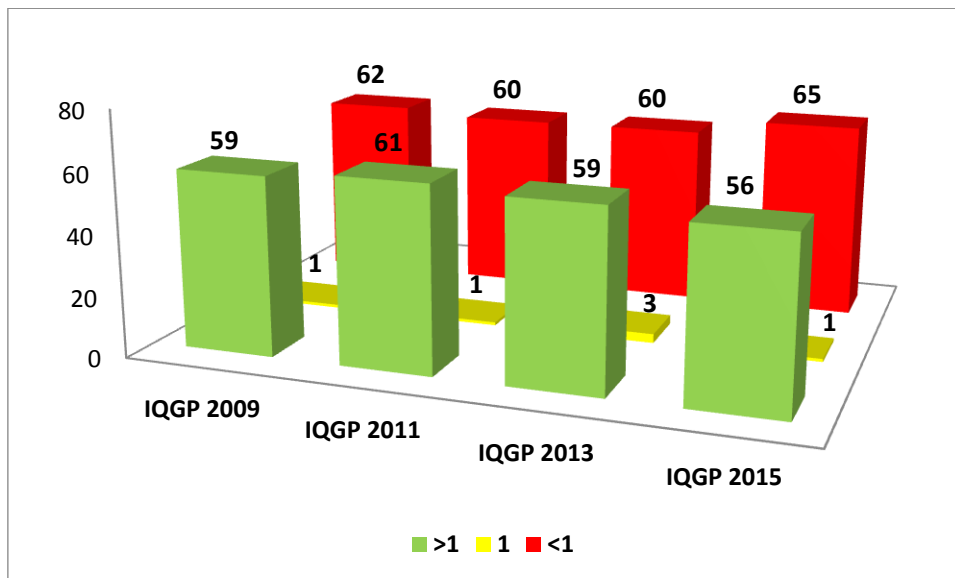
Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 2 é possível perceber oscilações significativas no IQGP e, consequentemente, no *ranking* dos municípios investigados. Tal fato pode decorrer da dificuldade em manter o bem-estar gerado pelos serviços de educação, o qual é consequente de uma tardia percepção da importância da educação ocorrida no Brasil, gerando um elevado

déficit de qualidade e com desafios sedimentados, os quais demandam esforços e energias mais que dobrados para recuperar o tempo perdido e obter a melhoria almejada (CUNHA et al, 2016).

No intuito de dimensionar o desempenho dos municípios no período analisado, o Gráfico 1 ilustra a quantidade de municípios que obtiveram desempenho boa qualidade no gasto público, o qual é representada pelo IQGP maior que 1, o desempenho equilibrado, representado pelo IQGP igual a 1 e os municípios com má qualidade do gasto público, os quais obtiveram IQGP menor que 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de municípios com desempenho considerado Boa qualidade (>1), Equilibrado (=1) e Má qualidade (<1) para a função Educação, ensino fundamental.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se no Gráfico 1 que dos quatro anos analisados, em três deles (2009, 2013 e 2015) o número de municípios com desempenho inadequado foi maior que o número de municípios com o desempenho adequado e apenas em 2011 o número de municípios com desempenho adequado foi o maior, apesar de a diferença ser de apenas um município.

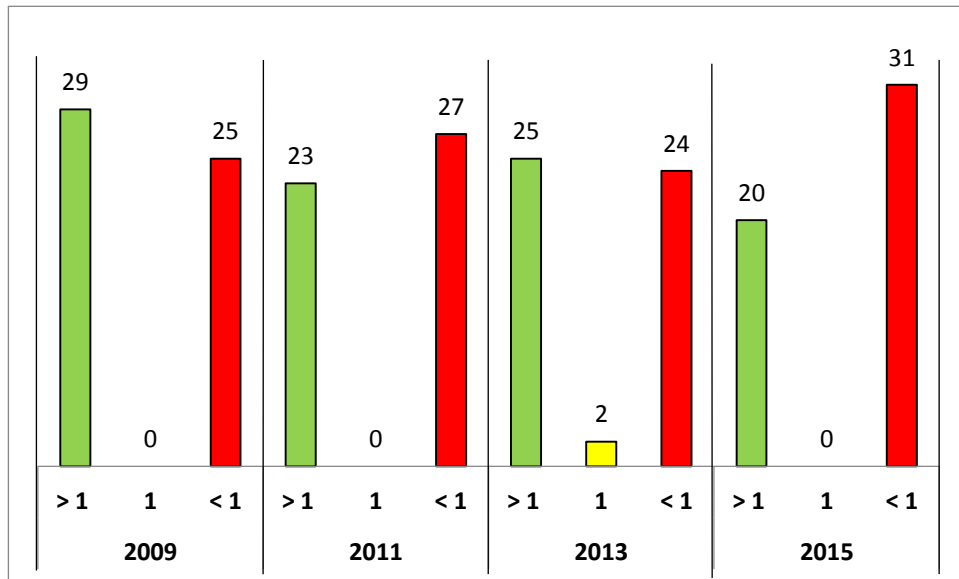
Assim, o resultado apontado pelo Gráfico 1 é negativo, pois o ideal seria ter todos ou a maioria dos municípios com boa qualidade no gasto público, representado pelo IQGP maior que um. Aqueles municípios que não conseguiram obter boa qualidade no gasto público devem buscar implantar “ações mais efetivas por parte do executivo, para que se torne possível um melhor aproveitamento dos gastos públicos, [...] para que atenda às necessidades essenciais” (SAVIAN; BEZERRA, 2013, p. 45).

Para conhecer melhor o desempenho dos municípios, realizou-se uma segmentação baseada na quantidade de habitantes das cidades. Ao segmentar os municípios conforme o número populacional, com faixas distintas para cada dez mil habitantes, é possível notar diferentes resultados, sendo que em uns a maioria tem um desempenho ruim, enquanto em outras faixas a maioria tem um desempenho bom.

Uma ressalva importante é que o número de municípios em cada faixa populacional é bastante distinto, havendo prevalência de municípios menores, tornando as faixas de maior quantidade populacional com um número muito restrito de municípios ou algumas vezes até a inexistência de municípios em determinadas faixas populacional, fazendo com que a divisão de municípios por faixa não seja equitativa, porém possibilita analisar se existe um padrão de desempenho conforme o tamanho populacional. Uma segunda ressalva é que com o passar dos anos existe relevante mudança no número de habitantes, alguns municípios alteraram de faixa, provocando alteração no quantitativo histórico de municípios em cada faixa.

De acordo com estimativa populacional do IBGE, no período de 2010 a 2017, 79,43% dos municípios Mato-grossenses tiveram aumento populacional, enquanto 20,57% encolheram. Sendo que em alguns municípios obtiveram considerável elevação, como por exemplo, Colniza 28,05%, Lucas do Rio Verde 25,95%, entre outros (GOSMES, 2017). Tal fato justifica a intensa mudança de municípios nas faixas populacionais utilizadas nesta pesquisa. A alteração demográfica é um fator importante, pois os programas governamentais são baseados neste aspecto, o que influencia os gastos públicos (ARRETCHE, 1996), bem como o número de pessoas atingidas pelos programas e políticas públicas realizadas.

Os municípios menores, aqueles com até dez mil habitantes (Gráfico 2), constituem a maioria e criam a faixa com maior representatividade, em média 42% do total de municípios avaliados. O desempenho destes é apresentado a seguir.

Gráfico 2 – Desempenho dos municípios com até 10.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se no Gráfico 2 que o número de municípios com desempenho bom, IQGP superior a 1, diminui ao longo do período investigado, aspecto indesejado, pois demonstra que houve uma piora na qualidade dos gastos públicos destes municípios, os quais já foram a maioria em 2009 e 2013, porém significativamente menor em 2015. Dentre os períodos investigados, apenas em 2013 um município obteve um desempenho equilibrado, ou seja, o volume de insumos gastos foi equivalente ao bem-estar gerado à população.

Os municípios que apresentaram boa qualidade do gasto nos quatro períodos avaliados foram: Apiacas, Campos de Júlio, Ipiranga do Norte, Nortelândia, Nova Maringá, Novo Horizonte do Norte, Novo São Joaquim e Santa Cruz do Xingu, demonstrando constância de desempenho e eficiência na utilização dos recursos ao longo dos anos. Outros três municípios, também se destacaram, por apresentarem bom desempenho durante o(s) período(s) que pertenceram a esta faixa populacional, sendo eles: Alto Garças, Alto Taquari, Jauru e Juruena. A cidade de Porto dos Gaúchos apresentou bom resultado nos anos de 2011, 2013 e 2015 e resultado equilibrado em 2013, também se destacando como resultado significativo.

Um total de trinta e quatro municípios apresentaram inconstância em seus desempenhos, oscilando entre boa e má qualidade durante o intervalo de tempo pesquisado, o que representa 59,65% do total de 57 municípios que integraram em algum momento esta faixa populacional. Sendo uma quantidade significativa de municípios que não conseguiram manter o bom desempenho obtido por eles em algum determinado momento.

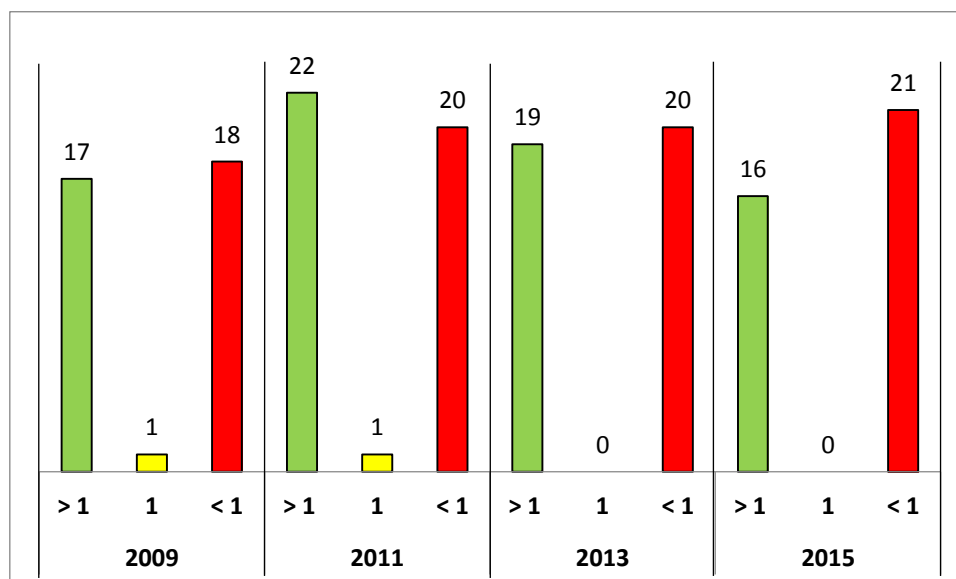
Seis cidades se destacaram negativamente por apresentarem má qualidade do gasto público durante os quatro anos analisados, sendo elas: Castanheira, Gaúcha do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Pontal do Araguaia e Rondolândia. Permanecer com índice de qualidade de gasto público inferior a um demonstra que existe má qualidade do gasto público, aspecto que evidencia que os recursos usados para a prestação dos serviços da área de educação não são empregados devidamente, pois não geram o bem-estar que deveriam resultar.

Há cidades que não estiveram os quatro períodos nesta faixa populacional, mas apresentaram resultados ruins durante sua permanência, sendo as cidades: Arenápolis, Porto Esperidião, Tabaporã e Vera, fato, também considerado como negativo, pois não houve utilização eficiente dos recursos públicos.

A educação é considerada como a maior responsável por gerar capital humano e produtividade, bem como é um mecanismo que impacta positivamente na qualidade de vida dos indivíduos (FRIGOTTO, 2001), tornando, assim, tão essencial que os municípios realizem a utilização dos recursos com qualidade, proporcionando maior bem-estar aos habitantes.

Outra faixa com quantidade significativa de municípios é a de dez mil e um a vinte mil habitantes, os quais tiveram os seus desempenhos classificados e evidenciados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Desempenho dos municípios de 10.001 a 20.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 3 observa-se uma melhora no número de municípios com bom IQGP de 2009 para 2011, entretanto, uma constante redução nos anos de 2013 e 2015, fazendo com que o número absoluto de municípios com boa qualidade no gasto público se tornasse inferior ao de municípios com má qualidade do gasto público. Este grupo que não apresentou nenhuma regressão ao longo dos quatro anos investigados e, assim como os municípios de até dez mil habitantes, apresentou seu pior cenário no ano de 2015, pois há uma quantidade significativa de municípios com má qualidade dos gastos frente aos de boa qualidade. Nesta faixa ocorreu a obtenção de resultado equilibrado na qualidade do gasto público de um município em 2009 e um em 2011, e não voltou a ocorrer nos dois períodos seguintes.

Entre os municípios desta faixa populacional que permaneceram os quatro períodos nesta faixa populacional, apenas quatro sempre apresentaram boa qualidade do gasto, sendo eles Carlinda, Matupa, Nova Bandeirantes e Terra Nova do Norte. Outros municípios que tiveram bom desempenho, mas que não integraram esta faixa nos quatro períodos foram as cidades de Canarana, Jauru, Juruena, Nova Olímpia, Paranatinga e Porto Esperidião. Municípios com bom índice totalizaram dez, frente um total de 47 que integraram em algum momento esta faixa populacional, representando 21,28% do total, ou seja, este percentual apresentou boa qualidade do gasto público, independentemente de terem integrado os quatro períodos ou não.

Apesar de não ter obtido IQGP maior que um, o que representaria boa qualidade no gasto público durante todos os anos, a cidade de Poxoréo esteve em equilíbrio em 2009 e apresentou boa qualidade nos três períodos posteriores. Outros municípios que se destacaram por superarem um resultado ruim obtido no primeiro ano foram os municípios de Marcelândia e Pedra Preta, os quais tiveram bom desempenho nos três períodos finais analisados.

Já os municípios que também permaneceram os quatro anos nesta faixa populacional, porém com desempenho ruim em todos os anos foram nove, representando 19,15%, são: Brasnorte, Campinápolis, Cláudia, Feliz Natal, Itiquira, Juscimeira, Paranaíta, São José do Rio Claro e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Alguns municípios chegaram a integrar esta faixa populacional por um período reduzido de tempo, apenas em 2009 as cidades de Denise, Diamantino e Tabaporã, em 2011 a cidade de Arenápolis, os quais apresentaram má qualidade do gasto público. Já Sapezal e Nova Ubiratã permaneceram por dois períodos e também apresentaram resultados ruins. O município de Vera apresentou resultado equilibrado em 2011 e ruim nos dois períodos subsequentes investigados.

Os municípios que apresentaram inconstância no desempenho, ou seja, índices de qualidade do gasto público bom em um determinado período e ruim em outro, totalizam 18 municípios, representando 38,30% dos integrantes deste grupo.

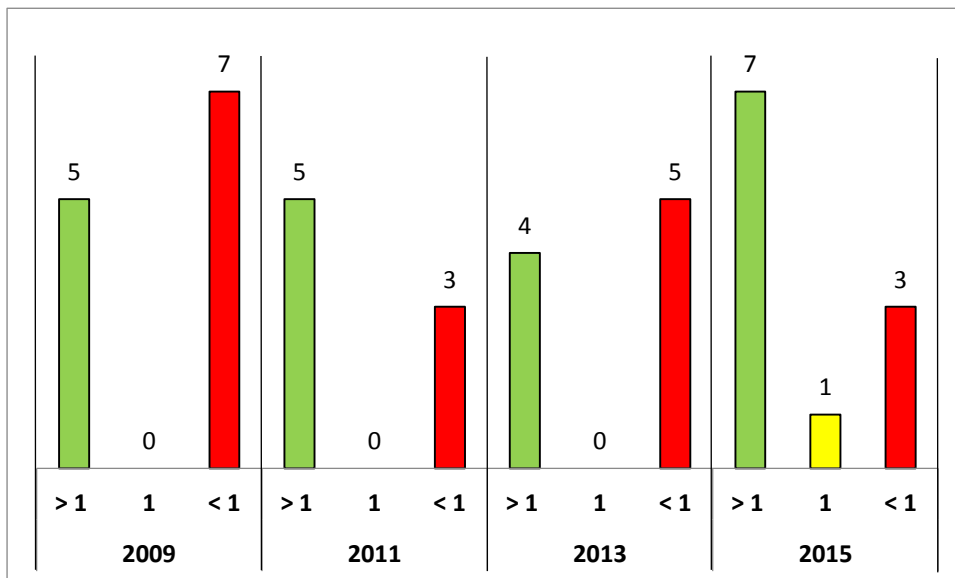
Manter um bom desempenho ou melhorar o desempenho obtido ao longo do tempo é o que todo município deve buscar, tarefa esta que recai sobre a gestão dos municípios, os quais devem ser capazes de superar todas as adversidades e atingir bons resultados.

Pesquisas educacionais sobre experiências inovadoras de gestão vêm mostrando que o sucesso de uma escola ou de uma política de educação conduzida pelo município ou pelo estado depende em boa parte da qualidade e do dinamismo do gestor, como do reconhecimento e da valorização de experiências anteriores (CUNHA et al., 2016, p. 442).

A inconstância obtida pelos municípios ilustrada no Gráfico 3 pode advir da falta de valorização de experiências anteriores, pois a qualidade do gasto público obteve alternância entre boa e ruim ao longo dos anos para 38,30% dos municípios.

O desempenho histórico evidenciado nos Gráficos 2 e 3 não se repetiu para os municípios com faixa populacional de vinte mil e um a trinta mil habitantes (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Desempenho dos municípios de 20.001 a 30.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os desempenhos que mais se destacam positivamente estão os das cidades de Água Boa, Jaciara e Vila Rica que apresentaram boa qualidade nos quatro períodos avaliados. Diamantino não integrou esta faixa em 2009, mas obteve bom desempenho nos três períodos

subsequentes. A cidade de Mirassol D'Oeste teve bom resultado, com exceção de 2013. A cidade de Campo Verde constou apenas em 2009 com bom desempenho e depois mudou de faixa populacional. O único município que obteve um resultado equilibrado foi Canarana em 2015, dentre os incluídos neste gráfico.

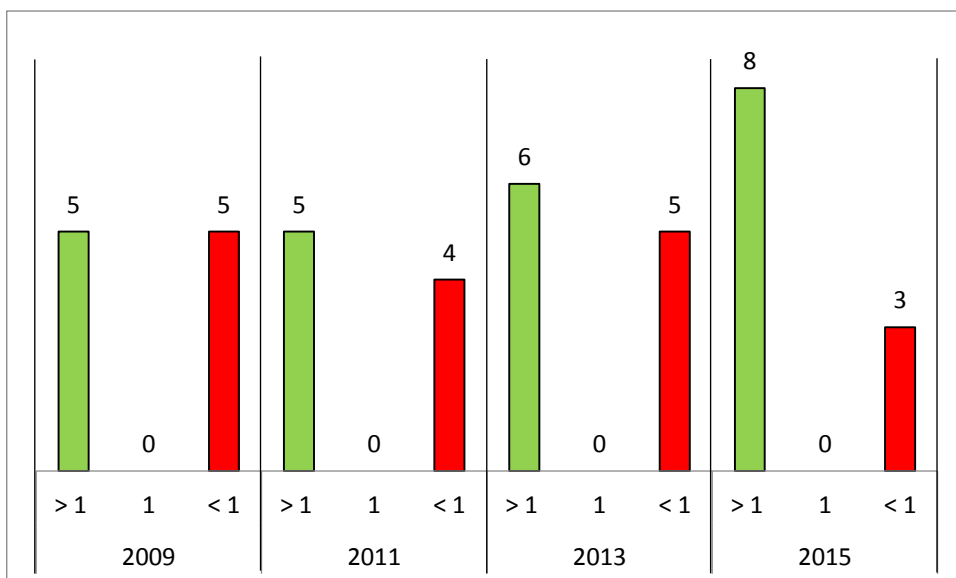
Quem conseguiu reverter o mau resultado dos anos anteriores no último ano foi Confresa, porém Paranatinga oscilou intercalando resultados bons e ruins a cada ano, apesar de ter integrado a faixa populacional exposta no Gráfico 3 no ano de 2011. Os demais municípios obtiveram resultados ruins e não participaram dos quatro anos nesta faixa populacional.

Na faixa populacional demonstrada no Gráfico 4 os municípios com boa qualidade no gasto público eram minoria em 2009 e em 2015 passaram a ser a maior, aspecto muito positivo, pois a aplicação dos insumos é inferior ao bem-estar gerado para a população destes municípios (BRUNET et al., 2007).

No Gráfico 4 é possível notar com facilidade a ressalva realizada quanto a mudança populacional nos municípios ao longo dos períodos investigados, já que em 2009 esta faixa foi composta por 12 municípios, por apenas 8 em 2011, elevando para 9 em 2013 e finalizando com 11 municípios em 2015.

No Gráfico 5 apresenta-se o quantitativo dos municípios com população de 30.001 a 40.000 habitantes.

Gráfico 5 – Desempenho dos municípios de 30.001 a 40.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 5 o desempenho apresentado foi relativamente equilibrado nos três primeiros períodos, com uma leve superação de municípios com boa qualidade dos gastos públicos, porém em 2015 houve uma superação significativa dos municípios com boa qualidade, frente aos de má qualidade, aspecto muito positivo para a população destes municípios, pois conseguiram obter mais bem-estar gastando-se menos recursos, o que tende a ser reflexo de mais e melhores serviços, desempenho este almejado para toda a administração pública (BORGES, 2012).

Dentre os municípios com bom desempenho, vale destacar Juara, Juina e Peixoto de Azevedo, que foram municípios que integraram esta faixa populacional pelos quatro períodos e tiveram bom desempenho em todos eles. Os outros municípios com bom desempenho, mas que não compuseram este gráfico durante todos os anos foram: Lucas do Rio Verde apenas em 2009, Poconé em 2009 e 2011, Campo Verde nos anos de 2011, 2013 e 2015, Colíder e Guarantã do Norte nos anos de 2013 e 2015 e os municípios de Nova Mutum e Barra do Bugres em 2015.

Ao detectar municípios que obtiveram boa qualidade no gasto público, denota-se que o modo de aplicação dos recursos foi de maneira apropriada, capaz de solucionar problemas e reduzir custos, já que a eficiência está associada a otimização dos recursos disponíveis (GARCIA, 2008).

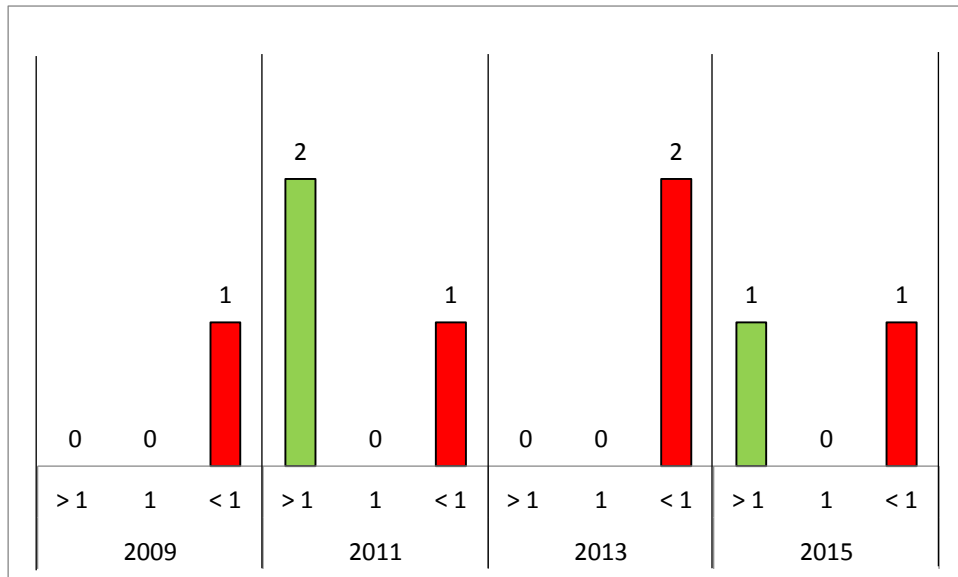
Dentre os municípios com desempenho ruim, Barra do Bugres não esteve bem em 2009, 2011 e 2013, e melhorou em 2015. Colíder e Guarantã do Norte foram municípios que estiveram mal nos dois primeiros anos, mas que se recuperaram e apresentaram índice bom nos dois últimos anos. Já com a cidade de Poconé foi o inverso, esteve bem os dois primeiros anos e apresentou índice ruim nos dois últimos anos. Outro município com desempenho ruim nos dois últimos anos foi Campo Novo dos Parecis e nos dois primeiros esteve na faixa de vinte mil e um habitantes a trinta mil habitantes.

A cidade de Pontes e Lacerda foi ruim no ano de 2009, único ano que integrou esta faixa populacional. E Nova Mutum não esteve bem em 2011 e 2013. Colniza foi um destaque negativo, pois obteve má qualidade do gasto nos quatro períodos, porém no ano de 2011 integrou outra faixa populacional.

Os municípios com população de quarenta mil e um habitantes a cinquenta mil habitantes compuseram o Gráfico 6. A faixa populacional exposta neste gráfico possui uma pequena quantidade de municípios, aspecto comum para as faixas mais populosas. Sendo que

nesta havia uma cidade em 2009 e três em 2011, quantidade que foi reduzida para duas em 2013 e 2015.

Gráfico 6 – Desempenho dos municípios de 40.001 a 50.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2009 a única cidade a compôs esta faixa populacional foi Primavera do Lesta, a qual apresentou má qualidade do gasto público, cidade esta que deixou de fazer parte deste gráfico nos anos posteriores. No ano de 2011 o gráfico apresentou o desempenho dos municípios Alta Floresta, Lucas do Rio Verde e Pontes e Lacerda, sendo que destes Alta Floresta foi o único com desempenho ruim. No ano de 2013 Lucas do Rio Verde ultrapassou o limite máximo de habitantes e deixou de fazer parte desta faixa e os municípios de Alta Floresta e Pontes e Lacerda apresentaram índice ruim, ou seja, IQGP inferior a um. E em 2015 Pontes e Lacerda conseguiu melhorar seu desempenho e voltar a ficar com índice bom, IQGP superior a um, e Alta Floresta não conseguir aprimorar a gestão ao longo dos anos avaliados e permaneceu com má qualidade dos gastos públicos na área de educação.

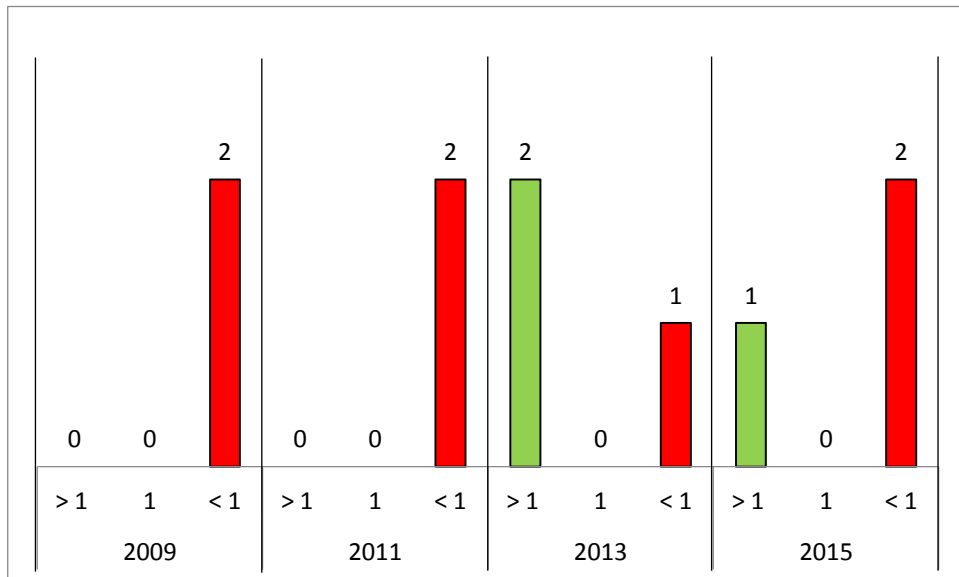
É primordial que a gestão pública busque aperfeiçoar a sua eficiência, visando proporcionar a cada ano resultados melhores com a utilização de menor quantidade de recursos, proporcionando benefícios aos habitantes, os quais são contribuintes e, portanto, financiadores dos serviços públicos (ÁZARA, 2016).

Apesar de parecer que o número diminuto de cidades torna as faixas mais populosas menos relevantes, na verdade, são importantes por apresentarem elevada quantidade

populacional, razão pela qual impactam significativamente a qualidade de vida de muitas pessoas.

No Gráfico 7, evidenciado a seguir, consta o desempenho dos municípios com cinquenta mil e um habitantes até sessenta mil habitantes.

Gráfico 7 - Desempenho dos municípios de 50.001 a 60.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 7 evidencia um aspecto histórico negativo, pois em três, dentre os quatro anos avaliados, houve prevalência de má qualidade do gasto público nos municípios de faixa populacional de 50.001 a 60.000 habitantes, demonstrando uma possível maior dificuldade na realização de gastos de maneira eficiente, como descrito nas pesquisas de Macêdo et al. (2012; 2015).

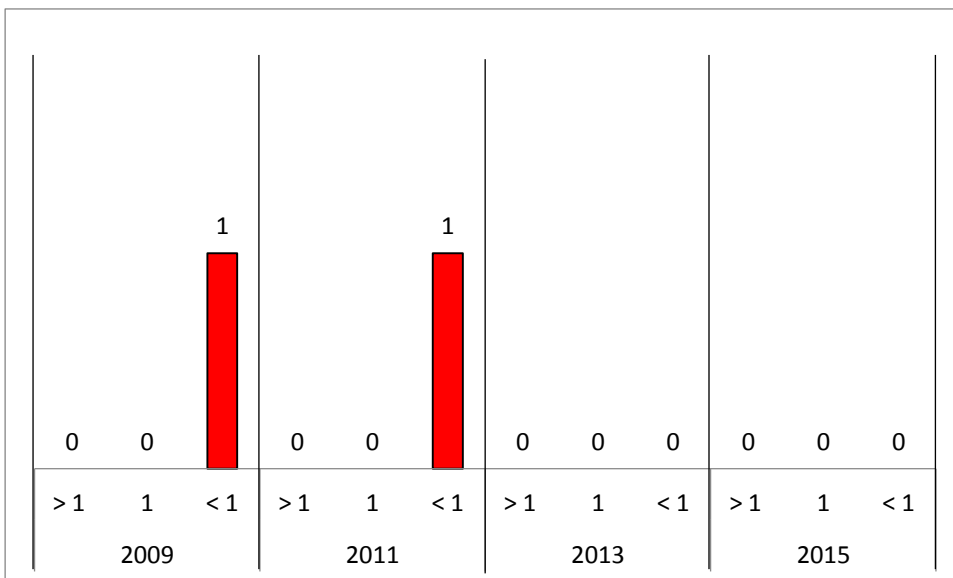
Os municípios que obtiveram resultado ruim em 2009 foram Alta Floresta e Barra do Garças. Alta Floresta só integrou o Gráfico 7 no ano de 2009 em virtude de uma redução populacional nos anos de 2011, 2013 e 2015, fazendo com que esta passasse a fazer parte dos resultados do Gráfico 6, porém, continuou obtendo desempenho ruim.

No ano de 2011 Barra do Garças continuou com índice ruim, e a outra cidade evidenciada no gráfico passou a ser Primavera do Leste, a qual constou com má qualidade do gasto em 2009 no Gráfico 6 e permaneceu com resultado ruim em 2011. No ano de 2013 a cidade de Primavera do Leste conseguiu reverter o mau desempenho e passou a apresentar uma boa qualidade do gasto público, juntamente com o município de Lucas do Rio Verde. Já

Barra do Garças não conseguiu evoluir e continuou ruim. Infelizmente Primavera do Leste voltou a ter uma performance negativa em 2015, juntamente com Barra do Garças, e apenas Lucas do Rio Verde se saiu bem.

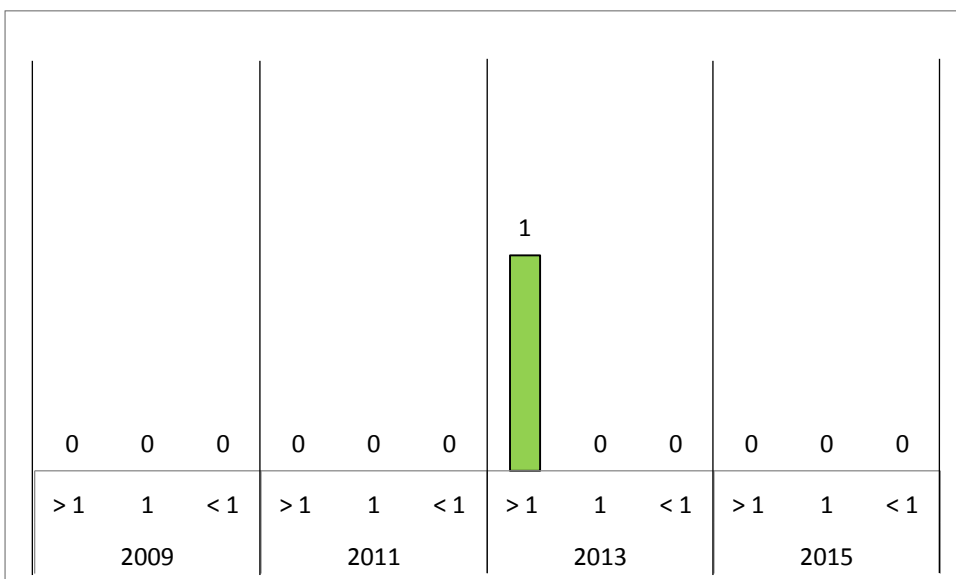
Os dois gráficos a seguir, Gráficos 8 e 9, apresentam em comum a inexistência de município em parte dos anos pesquisados, o Gráfico 8 informa os anos de 2009 e 2011 e o Gráfico 9 apenas 2013, bem como o fato de ambos os gráficos apresentarem o desempenho de um mesmo município.

Gráfico 8 - Desempenho dos municípios de 60.001 a 70.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 9 - Desempenho dos municípios de 70.001 a 80.000 habitantes



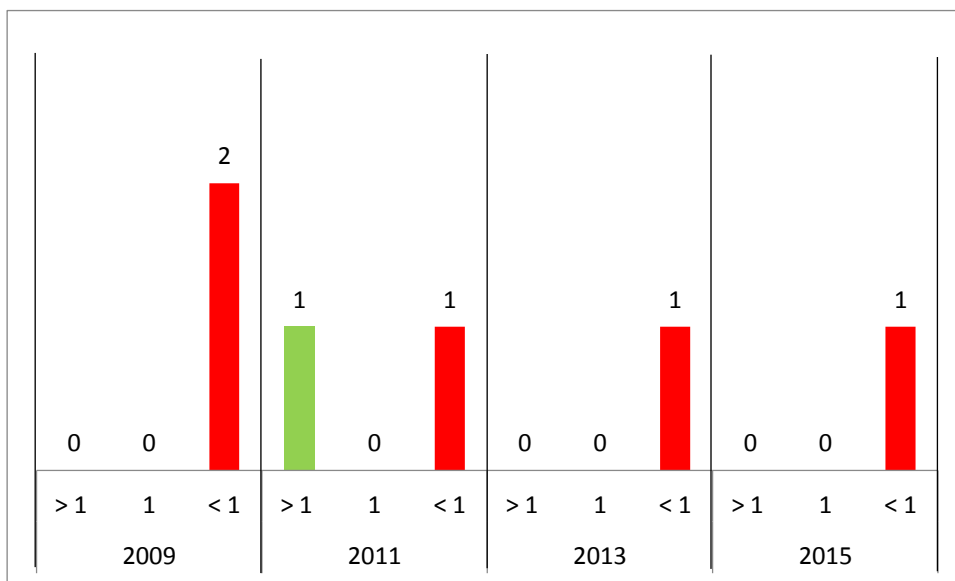
Fonte: Dados da pesquisa.

O desempenho das faixas populacionais apresentadas nos Gráficos 8 e 9 foram da cidade de Sorriso, a qual obteve desempenhos contrários, pois em 2009 e 2011 o município de Sorriso foi ruim (Gráfico 8), apresentando má qualidade no gasto nos dois anos, e em 2013 (Gráfico 9) o município de Sorriso apresentou boa qualidade no gasto público. A evolução apresentada em 2013 é um aspecto positivo a ser ressaltado.

Por ser uma cidade com elevada quantidade de habitantes, de acordo com a realidade do estado de Mato Grosso, já que a população média durante os anos investigados foi de aproximadamente vinte e dois mil habitantes (SIOPS, 2018), torna primordial que a gestão pública seja realizada com boa qualidade, pois as ações desses gestores afetam muitas pessoas.

No Gráfico 10 consta o desempenho da faixa populacional de oitenta mil e um a noventa mil habitantes, população obtida por dois municípios nos anos de 2009 e 2011 e apenas um município nos anos de 2013 e 2015.

Gráfico 10 - Desempenho dos municípios de 80.001 a 90.000 habitantes



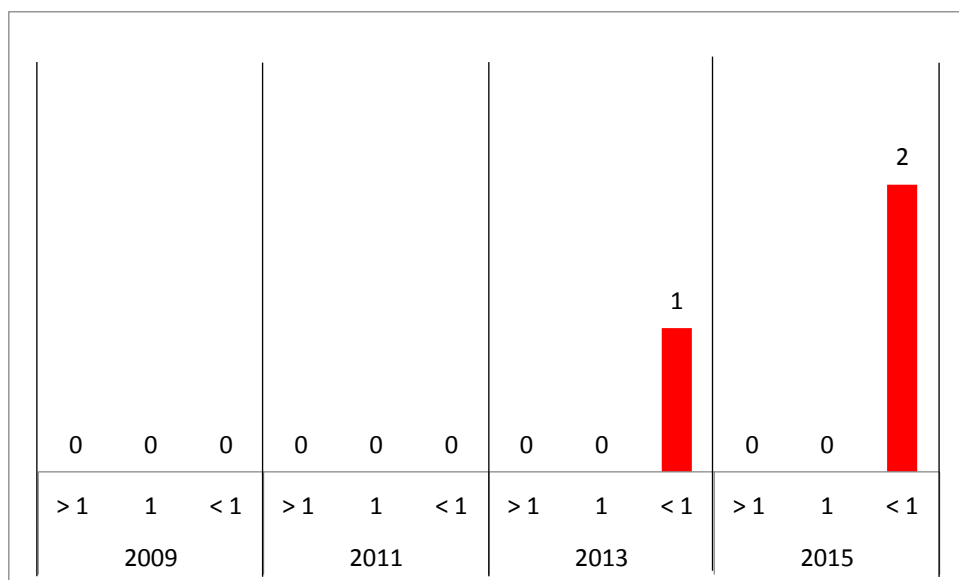
Fonte: Dados da pesquisa.

No primeiro período os dois municípios, Tangará da Serra e Cáceres, obtiveram desempenho indesejado, má qualidade do gasto público, pois o IQGP ficou inferior a um, demonstrando que os benefícios produzidos não foram condizentes com os recursos consumidos. No ano de 2011 o município de Tangará da Serra conseguiu passar a ter um bom desempenho, coisa que não aconteceu com Cáceres. No ano de 2013 Cáceres continuou com

desempenho ruim. Já no ano de 2015 Cáceres passou a integrar o grupo de municípios com mais de noventa mil e um habitantes, portanto, no gráfico o desempenho ruim pertence a cidade de Sorriso, a qual constou no Gráfico 8 (2009 e 2011) e no Gráfico 9 (2013). Cidade esta que tinha apresentado resultados ruins em 2009 e 2011, resultado bom em 2013 e voltou a ter desempenho ruim em 2015, não sustentando a melhora que havia obtido em 2013.

O Gráfico 11 volta a apresentar um cenário em que há anos em que não existiram municípios com a quantidade de pessoas delimitadas, fazendo com que nos anos de 2009 e 2011 não tenha nenhum resultado no Gráfico 11.

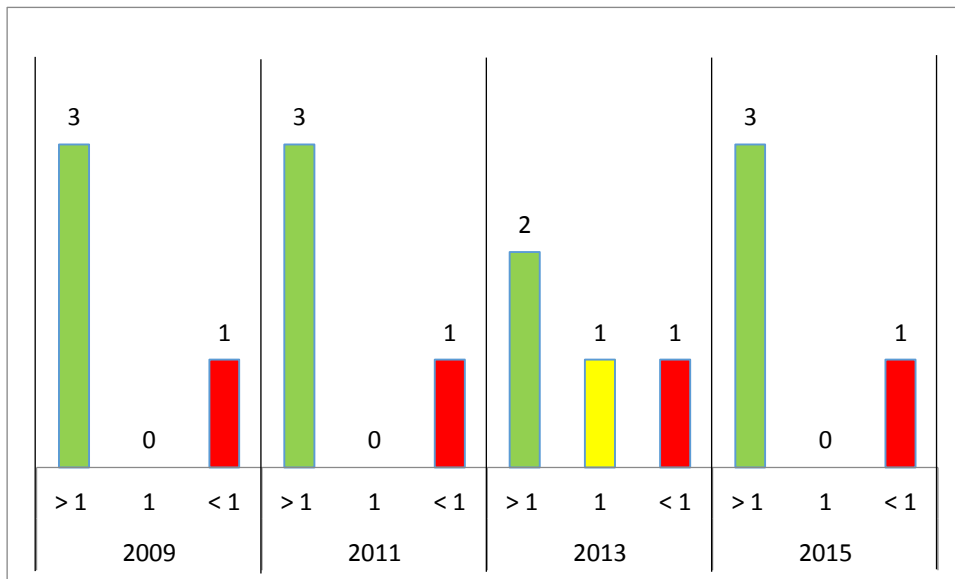
Gráfico 11 - Desempenho dos municípios de 90.001 a 100.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 11 não apresenta bons resultados, pois em 2013 Tangará da Serra estava na faixa populacional avaliada neste gráfico e obteve um mau desempenho e no ano de 2015 ocorreu a inclusão do município de Cáceres na faixa populacional abarcada pelo gráfico em questão, município este que, também, apresentou um mau desempenho na realização dos gastos públicos no ano de 2015.

A última faixa populacional criada por esta pesquisa é a composta pelos municípios que possuem mais de cem mil habitantes, a qual avalia o desempenho obtido pelas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop, sendo estes apresentados de maneira populacional decrescente. O desempenho destes municípios é apresentado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Desempenho dos municípios com mais de 100.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os municípios apresentados no Gráfico 12, Várzea Grande foi o município que apresentou má qualidade no gasto público nos anos de 2009, 2011 e 2015, já no ano de 2013 o desempenho foi bom. Apesar do bom desempenho de 2013, foi a grande cidade com o pior desempenho histórico deste gráfico. Em todos os anos investigados o melhor desempenho foi da cidade de Sinop, permanecendo sempre com o melhor IQGP desta faixa populacional, aspecto muito positivo, pois evidencia que a gestão pública deste município consegue fazer melhor uso dos recursos públicos que as outras cidades abrangidas neste gráfico.

A maior cidade do estado, a capital Cuiabá, apresentou bom desempenho nos anos de 2009, 2011 e 2015, porém um desempenho ruim no ano de 2013. Já Rondonópolis apresentou boa qualidade do gasto nos anos de 2009, 2011 e 2015 e um desempenho equilibrado no ano de 2013, ou seja, em 2013 os resultados gerados foram iguais aos insumos usados, não proporcionando um bem-estar extra a população desta localidade.

O desempenho positivo obtido pela maioria dos grandes municípios apontados no Gráfico 12 coaduna com a opinião de Lopes (2016, p. 36), o qual aponta que “municípios mais populosos tendem a apresentar maior eficiência na alocação do gasto público”.

Em virtude da grande discrepância entre a quantidade populacional das cidades Mato-grossenses abrangidas por esta pesquisa, buscou-se avaliar uma média ponderada do IQGP e a quantidade de habitantes de cada cidade e segmentar conforme as faixas populacionais a cada

dez mil habitantes, como já utilizado nesta pesquisa. Os resultados são apresentados na Tabela 03.

Tabela 03 - Média ponderada do IQGP–Educação por faixa populacional

Faixa Populacional	2009	2011	2013	2015
Até 10.000	4,54	3,45	4,48	3,01
10.001 - 20.000	2,79	2,97	2,65	2,58
20.001 - 30.000	2,34	1,87	1,39	7,22
30.001 - 40.000	1,72	3,38	1,61	4,05
40.001 - 50.000	0,28	3,13	0,76	1,01
50.001 - 60.000	0,57	0,27	4,11	1,27
60.001 - 70.000	0,82	0,06	-	-
70.001 - 80.000	-	-	1,34	-
80.001 - 90.000	0,51	1,18	0,52	0,76
90.001 - 100.000	-	-	0,64	0,57
Mais de 100.000	1,48	0,97	2,47	1,69

Fonte: Dados da pesquisa.

Avaliando os resultados é possível detectar que os municípios que compõem a faixa populacional de até dez mil habitantes foram os que apresentaram melhor desempenho nos anos de 2009, 2011 e 2013, e no ano de 2015 a melhor média de desempenho correspondeu a faixa que abrange os municípios de vinte mil e um a trinta mil habitantes.

Os resultados encontrados na Tabela 03 corroboram com os resultados obtidos nas pesquisas de Macêdo et al. (2012; 2015) e Savian e Bezerra (2013), que constataram que as cidades menores conseguiram melhor desempenho na alocação eficiente de recursos da educação, entretanto, tal resultado contrasta com as pesquisas de Lopes (2016) e Ázara (2016), os quais constataram que cidades maiores fazem a utilização dos recursos com maior qualidade.

Outra avaliação foi realizada visando verificar a evolução no desempenho dos municípios, comparando o ano inicial (2009) e o ano final (2015), comparando o desempenho individual de cada município. Nesta, constatou-se que 51,64% das cidades obtiveram um desempenho inferior ao obtido no passado, que 47,54% conseguiram melhorar o seu desempenho e que 0,82% mantiveram o mesmo Índice de Qualidade do Gasto Público na educação, ensino fundamental.

A ocorrência de uma melhora no desempenho evidenciaria uma evolução na gestão dos recursos públicos e uma melhor utilização destes, por meio da geração de melhores resultados, mas infelizmente mais da metade dos municípios investigados não conseguiram

produzir resultados melhores em 2015 em relação aos que tinham apresentado no ano inicial desta pesquisa (2009).

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME (2018) ressalta que ocorreram avanços na educação ao longo da história, como por exemplo, maior parcela da sociedade passou a ter acesso à educação formal, há destinação orçamentária garantida para a educação, entretanto, a qualidade do ensino continua vacilante. Sobre isso, Cunha et al (2016) afirmam que a continuidade das iniciativas adotadas (políticas e programas educacionais) é decisiva para o sucesso, bem como é necessário investir em todas as variáveis envolvidas na educação, pois uma pode ser afetada por outra, atuando de maneira sistêmica e planejada.

É possível que os municípios com inconstância nos resultados estejam realizando quebra de continuidade ou gestão não sistêmica, fazendo com que os resultados não sejam sempre constantes ao longo dos anos.

Outra verificação realizada foi sobre o comportamento histórico dos municípios que obtiveram os dez melhores resultados do ano de 2015. Os municípios que integraram as dez primeiras colocações são apontados na Tabela 04.

Tabela 04 - Os dez municípios com melhor desempenho na função Educação em 2015

Município	Ranking 2009	Ranking 2011	Ranking 2013	Ranking 2015
Jauru	2°	6°	1°	1°
Confresa	88°	75°	93°	2°
Matupá	5°	7°	30°	3°
Campo Verde	45°	5°	11°	4°
Nova Bandeirantes	32°	10°	10°	5°
São José do Xingu	40°	105°	13°	6°
Vila Rica	4°	18°	12°	7°
Campos de Júlio	3°	15°	8°	8°
Barra do Bugres	97°	63°	71°	9°
Alto Paraguai	76°	82°	54°	10°

Fonte: Dados da pesquisa.

Avaliando a Tabela 04, nota-se que existe uma inconstância muito grande em seus respectivos desempenhos, pois apresentam oscilações muito grandes obtidas nos respectivos *rankings* nos quatro anos analisados, com a exceção do município de Jauru que esteve em segundo, depois sexto e se manteve em primeiro nos dois últimos anos.

Outro aspecto relevante é que dentre os municípios que ficaram melhor qualificados em 2015, cinco estão pela primeira vez entre os dez primeiros, sendo eles: Confresa, Nova Bandeirantes, São José do Xingu, Barra do Bugres e Alto Paraguai, ou seja, 50% dos municípios não haviam conseguido um desempenho tão positivamente significativo nas três medições anteriores realizadas (2009, 2011 e 2013).

Ao fazer semelhante análise nos resultados de destaque, entretanto, agora considerando os dez piores municípios de 2015, criou-se a Tabela 05.

Tabela 05 - Os dez municípios com pior desempenho na função Educação em 2015

Município	Ranking 2009	Ranking 2011	Ranking 2013	Ranking 2015
Porto Estrela	7°	69°	67°	122°
Itiquira	82°	120°	96°	121°
Salto do Céu	21°	20°	94°	120°
Itanhangá	102°	3°	44°	119°
Nova Xavantina	52°	65°	73°	118°
Santo Antônio do Leverger	113°	112°	34°	117°
Paranaíta	67°	72°	80°	116°
Araguaiana	23°	122°	62°	115°
Campo Novo dos Parecis	114°	108°	110°	114°
São Felix do Araguaia	41°	59°	100°	113°

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os dez municípios que obtiveram os piores desempenhos em 2015, quatro deles já figuraram entre os dez piores em algum dos anos anteriores, sendo eles Campo Novo dos Parecis, Araguaiana, Santo Antônio do Leverger e Itiquira. Apesar disto, também se nota uma grande variação na posição obtida no *ranking* ao longo dos quatro anos avaliados, caracterizando uma dificuldade em manter o desempenho histórico obtido.

Uma constatação significativa da pesquisa de Ázara (2016, p. 69) é que “as causas das ineficiências dos gastos públicos são causadas, em sua maioria, por falhas dos próprios municípios e não por fatores aleatórios ou alheios a administração municipal”. Aspecto que deve ser observado por todos os gestores que estão conduzindo os municípios que apresentaram uma ineficiência na utilização dos recursos, visando assim, corrigir eventuais falhas e aprimorar a gestão pública municipal.

Aliado a isto, o fato de os resultados da educação serem de médio a longo prazo (CUNHA et al., 2016). Logo, torna-se urgente que medidas que visem aprimorar a qualidade do gasto público na educação sejam adotadas, permitindo que os recursos passem a ser apropriadamente aplicados para que no futuro a educação seja contemplada com melhores resultados, principalmente, com a elevação dos níveis de conhecimento e alcance estabelecidos internacionalmente.

4.2 Resultados na função Saúde

Em razão da organização sócio-política e econômica, os serviços de saúde prestados pelos órgãos públicos são ofertados a quase totalidade da população brasileira, algumas vezes por meio de consultas, vacinações, cirurgias, exames, agentes comunitários de saúde, dentre outras formas de prestação de serviços ligados à saúde.

Por ser tão relevante, é crucial que os gastos incorridos na prestação destes sejam eficientes, possibilitando que os serviços sejam prestados com máxima quantidade e qualidade possível. Para avaliar a eficiência com que estes recursos vêm sendo usados nos 141 municípios Mato-grossenses, aplicou-se o Índice de Qualidade do Gasto Público, e os resultados obtidos são apresentados na Tabela 06, resultados estes que estão organizados em ordem alfabética por município, informando os seus respectivos desempenhos e o ranking ocupado por cada um em cada ano avaliado, frente à comparação com os demais municípios.

Neste sentido, Nuintin (2014) ressalta que não basta conhecer os resultados de um município, é necessário compará-lo com outros entes públicos, para que seja possível avaliar se o desempenho foi bom ou ruim, conforme os resultados que outros entes conseguiram obter. Desta forma, há maior relevância na análise comparativa do que na análise absoluta dos resultados, aspecto que justifica a realização de *benchmarking* como mecanismo avaliador.

Uma ressalva importante a ser feita diz respeito ao número de municípios investigados nesta etapa, visto durante a avaliação da qualidade do gasto público na área de educação só se obteve os dados completos de 122 municípios, aspecto que impossibilitou a avaliação de todos os 141 municípios do estado de Mato Grosso. Entretanto, na área de saúde foi possível encontrar todos os dados almejados para a realização desta pesquisa, fato que fez com que todas as 141 cidades do estado fossem avaliadas, ampliando ao máximo a amostra investigada, o que a torna uma análise censitária da saúde nos municípios mato-grossenses.

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016
(Continua)

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Acorizal	2,26	29°	2,40	23°	2,96	19°	4,06	14°	9,92	3°	5,21	9°	6,86	8°	1,63	37°	7,18	5°
Água Boa	1,49	48°	0,45	114°	0,48	115°	0,77	92°	0,58	108°	1,08	71°	1,05	71°	0,85	90°	0,38	121°
Alta Floresta	3,49	22°	1,26	57°	1,41	50°	1,23	52°	7,91	5°	20,50	2°	7,31	6°	3,93	15°	4,10	13°
Alto Araguaia	0,71	101°	0,52	108°	0,71	98°	0,68	100°	0,86	84°	0,40	121°	0,41	117°	0,36	120°	0,88	87°
Alto Boa Vista	1,33	56°	1,31	53°	2,31	29°	1,64	40°	1,27	49°	1,51	44°	3,28	17°	1,83	33°	1,72	32°
Alto Garças	2,00	33°	1,83	33°	2,82	20°	2,16	29°	1,21	55°	1,98	27°	2,02	32°	1,12	66°	1,89	28°
Alto Paraguai	4,00	16°	1,50	44°	1,56	44°	8,67	4°	1,80	38°	3,95	11°	14,86	2°	5,00	9°	1,50	44°
Alto Taquari	0,13	134°	0,16	132°	0,07	138°	0,44	117°	0,18	132°	0,20	134°	0,87	84°	0,46	117°	0,40	120°
Apiacás	0,73	99°	1,24	60°	1,39	51°	0,67	101°	0,86	83°	0,96	78°	0,83	91°	1,28	55°	0,16	134°
Araguaiana	1,11	71°	0,60	103°	0,51	113°	1,01	68°	1,10	64°	1,52	43°	0,85	89°	0,05	138°	0,26	129°
Araguainha	0,38	119°	0,67	101°	0,90	82°	0,99	70°	0,99	72°	0,82	87°	0,01	140°	0,74	98°	0,89	85°
Araputanga	0,59	104°	0,53	106°	1,35	53°	0,35	122°	0,65	100°	1,76	31°	1,25	62°	0,71	102°	0,75	96°
Arenápolis	5,77	8°	8,86	7°	1,63	42°	4,95	11°	3,39	16°	0,90	84°	3,86	13°	2,54	25°	0,97	78°
Aripuana	1,15	67°	0,95	81°	0,46	118°	1,12	59°	0,42	119°	0,93	79°	0,61	106°	0,58	110°	1,53	42°
Barão de Melgaço	2,59	27°	2,78	20°	1,84	37°	3,72	16°	1,57	44°	0,75	95°	2,83	21°	2,64	22°	3,00	19°
Barra do Bugres	1,13	70°	1,00	77°	0,86	87°	0,92	82°	1,01	70°	0,57	112°	1,27	59°	1,47	44°	4,67	12°
Barra do Garças	0,40	116°	1,22	62°	0,59	105°	1,21	56°	1,04	68°	0,68	100°	0,39	120°	0,09	137°	0,32	126°
Bom Jesus do Araguaia	2,69	26°	1,73	35°	1,20	63°	1,46	45°	0,13	136°	2,70	16°	2,28	26°	1,06	73°	0,19	133°
Brasnorte	0,36	120°	1,24	61°	0,79	92°	0,33	124°	0,53	110°	1,33	54°	0,20	132°	0,88	88°	0,82	92°
Cáceres	5,50	10°	39,00	1°	5,00	10°	5,00	10°	5,00	7°	7,00	6°	12,00	3°	7,00	6°	16,00	3°
Campinápolis	0,10	137°	0,01	141°	0,02	140°	0,01	141°	0,04	139°	1,36	51°	0,24	129°	0,39	118°	0,19	132°
Campo novo do Parecis	0,85	89°	1,26	58°	0,75	96°	1,37	46°	1,24	52°	1,39	49°	1,17	65°	1,08	71°	0,65	106°
Campo Verde	0,86	88°	1,41	46°	0,51	112°	0,95	79°	0,90	81°	1,63	38°	1,56	45°	1,19	62°	1,27	55°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016

(Continuação)

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Campos de Júlio	0,04	138°	0,11	137°	0,02	139°	0,52	112°	0,46	113°	0,45	116°	0,86	86°	1,03	76°	1,03	71°
Canabrava do Norte	0,57	105°	1,38	48°	0,67	100°	1,06	63°	0,15	134°	1,35	53°	0,40	118°	0,90	87°	1,17	62°
Canarana	1,10	72°	0,22	129°	0,90	81°	0,21	131°	0,09	137°	0,21	133°	0,04	138°	0,15	133°	0,20	130°
Carlinda	2,21	30°	0,52	109°	3,92	16°	1,50	42°	0,57	109°	1,12	66°	4,63	11°	1,33	51°	2,19	22°
Castanheira	3,50	21°	1,90	31°	1,74	41°	0,95	80°	3,29	17°	2,19	21°	2,12	29°	3,32	17°	1,71	33°
Chapada dos Guimarães	0,98	79°	17,80	2°	1,02	72°	1,74	37°	0,83	86°	0,65	103°	1,54	48°	1,49	43°	2,07	24°
Cláudia	2,08	32°	1,64	38°	1,24	61°	2,54	24°	3,00	22°	1,54	42°	3,27	18°	4,29	13°	1,26	56°
Cocalinho	0,35	122°	0,78	94°	1,51	46°	1,25	51°	1,30	48°	1,37	50°	1,53	49°	1,23	56°	0,55	110°
Colíder	2,00	34°	1,00	76°	4,00	15°	1,31	50°	1,70	40°	1,56	39°	2,18	27°	2,29	28°	5,79	8°
Colniza	3,60	20°	3,50	15°	7,00	7°	3,60	17°	1,50	45°	2,00	24°	7,50	5°	1,83	32°	5,50	10°
Comodoro	0,11	136°	1,12	67°	1,87	36°	1,34	48°	1,22	54°	0,57	111°	0,21	131°	0,21	129°	0,72	99°
Confresa	1,67	41°	0,13	136°	2,00	34°	0,40	121°	0,24	131°	0,60	108°	0,68	102°	1,38	47°	0,38	123°
Conquista D'Oeste	0,42	113°	1,08	71°	0,35	124°	0,34	123°	0,44	116°	0,41	120°	0,71	99°	0,36	121°	0,47	116°
Cotriguaçu	1,65	43°	1,60	39°	2,08	33°	0,97	76°	4,74	8°	0,17	136°	3,67	14°	6,67	7°	1,90	27°
Cuiabá	0,23	125°	0,15	134°	0,14	134°	0,14	135°	0,08	138°	0,12	138°	0,09	136°	0,11	136°	0,13	137°
Curvelândia	0,12	135°	3,70	14°	2,36	28°	3,50	18°	3,00	21°	1,70	35°	0,77	95°	0,53	112°	1,29	53°
Denise	1,44	50°	12,57	5°	7,50	6°	0,75	94°	3,00	20°	1,35	52°	9,17	4°	13,22	4°	9,67	4°
Diamantino	0,98	78°	0,69	99°	0,84	88°	0,59	108°	0,94	79°	0,75	94°	0,53	110°	1,08	70°	0,71	100°
Dom Aquino	1,93	37°	1,20	63°	2,10	32°	1,47	44°	3,24	18°	3,78	12°	1,89	36°	3,15	18°	1,25	57°
Feliz Natal	1,64	44°	0,89	86°	1,51	45°	0,83	90°	1,93	37°	3,44	13°	1,28	58°	1,22	58°	3,00	20°
Figueirópolis D'Oeste	0,13	133°	0,22	130°	0,26	129°	0,50	115°	0,24	130°	0,60	109°	0,92	79°	0,19	131°	0,96	82°
Gaúcha do Norte	0,23	126°	0,34	121°	0,38	123°	0,68	99°	1,17	58°	0,23	132°	0,43	115°	0,26	126°	0,60	107°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016

(Continuação)

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
General Carneiro	0,03	139°	0,03	139°	0,08	137°	0,19	133°	0,02	141°	0,39	122°	0,08	137°	1,13	64°	0,47	115°
Glória D'Oeste	0,46	110°	0,46	112°	1,24	62°	0,60	107°	1,13	62°	0,28	128°	1,22	63°	0,91	86°	0,93	83°
Guarantã do Norte	2,90	25°	2,34	24°	6,65	9°	4,67	12°	1,65	43°	2,44	19°	1,91	33°	1,52	40°	1,52	43°
Guiratinga	3,92	17°	2,00	30°	0,56	106°	2,32	25°	2,67	26°	2,23	20°	1,43	53°	0,34	122°	2,03	25°
Indiavaí	0,74	97°	0,42	117°	0,61	102°	0,30	125°	0,65	102°	0,46	115°	0,03	139°	0,49	114°	0,46	117°
Ipiranga do Norte	1,14	69°	0,52	107°	0,97	76°	0,26	129°	1,08	67°	0,78	91°	0,59	108°	0,86	89°	0,57	109°
Itanhangá	3,64	18°	0,30	125°	0,60	104°	1,12	58°	2,50	29°	0,86	85°	1,53	50°	3,50	16°	1,80	30°
Itauba	0,79	95°	1,26	56°	0,79	93°	0,24	130°	0,36	125°	0,71	99°	0,26	127°	0,69	106°	0,20	131°
Itiquira	1,01	75°	1,19	65°	1,08	70°	0,98	74°	0,91	80°	1,10	68°	0,45	114°	0,64	108°	0,99	75°
Jaciara	1,32	58°	1,69	36°	1,82	40°	1,86	33°	1,27	50°	1,50	45°	1,30	56°	1,19	61°	1,35	49°
Jangada	3,63	19°	8,44	8°	7,71	5°	8,50	5°	0,43	117°	0,74	96°	3,31	16°	6,23	8°	5,62	9°
Jauru	1,46	49°	3,40	16°	1,14	66°	0,30	126°	0,83	85°	1,39	48°	0,40	119°	0,80	95°	0,78	93°
Juara	0,94	83°	0,73	97°	0,49	114°	0,88	86°	1,79	39°	1,72	34°	0,27	126°	0,48	115°	0,87	88°
Juína	1,66	42°	0,94	84°	0,47	116°	1,17	57°	1,09	65°	0,63	106°	1,31	55°	1,39	46°	1,58	38°
Juruena	1,00	77°	2,17	25°	3,24	18°	18,83	2°	12,57	2°	2,00	25°	34,25	1°	26,50	1°	1,67	34°
Juscimeira	4,24	14°	0,58	104°	3,76	17°	4,14	13°	4,14	12°	1,55	41°	1,63	42°	2,15	29°	1,30	51°
Lambari d'oeste	0,13	132°	1,20	64°	1,43	49°	1,47	43°	0,70	97°	1,75	33°	1,02	72°	2,36	27°	1,84	29°
Lucas do rio verde	1,37	54°	0,96	80°	1,35	54°	3,02	20°	2,37	32°	0,71	98°	1,31	54°	1,41	45°	1,16	63°
Luciara	1,25	60°	1,03	72°	0,20	132°	0,99	71°	0,73	94°	0,66	102°	0,60	107°	0,69	104°	0,86	89°
Marcelândia	1,34	55°	0,67	102°	0,81	90°	1,80	34°	1,25	51°	1,09	69°	0,37	121°	0,32	124°	1,01	72°
Matupá	1,92	38°	1,49	45°	2,17	31°	1,95	32°	2,30	33°	1,31	55°	1,47	51°	0,69	105°	0,55	111°
Mirassol D'Oeste	5,00	11°	3,00	19°	2,40	27°	7,25	6°	4,50	10°	2,83	15°	3,26	19°	0,33	123°	1,33	50°
Nobres	2,45	28°	1,11	69°	1,83	39°	0,77	91°	1,69	41°	1,55	40°	2,03	31°	0,96	83°	2,17	23°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016*(Continuação)*

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Nortelândia	0,16	130°	1,40	47°	0,22	130°	0,91	83°	2,61	27°	0,04	140°	1,78	40°	2,60	23°	1,10	67°
Nossa senhora do Livramento	6,67	5°	10,40	6°	2,56	23°	8,82	3°	8,00	4°	1,45	46°	2,80	22°	4,63	10°	21,00	1°
Nova Bandeirantes	6,00	6°	3,19	17°	2,52	25°	0,74	96°	0,78	92°	2,56	17°	5,63	10°	21,00	2°	19,71	2°
Nova Brasilândia	0,54	106°	1,68	37°	1,29	57°	0,42	119°	0,45	114°	1,29	58°	0,20	134°	0,97	82°	0,82	91°
Nova Canaã do Norte	4,83	12°	3,06	18°	4,42	14°	2,27	26°	0,62	103°	1,64	36°	0,64	104°	1,23	57°	0,67	104°
Nova Guarita	1,38	53°	1,15	66°	0,90	83°	2,18	28°	0,80	89°	0,18	135°	1,85	37°	1,02	77°	0,71	102°
Nova Lacerda	1,21	63°	1,25	59°	0,52	109°	1,05	64°	1,14	61°	0,76	93°	1,26	61°	1,52	41°	1,57	39°
Nova Marilândia	0,82	91°	0,83	91°	0,46	117°	0,06	139°	0,28	128°	1,31	56°	1,09	69°	0,95	85°	0,96	80°
Nova Maringá	0,01	141°	1,31	52°	1,37	52°	0,70	98°	0,41	121°	1,21	62°	1,54	47°	2,04	30°	1,43	47°
Nova Monte Verde	1,19	65°	1,58	40°	2,47	26°	2,07	30°	2,72	24°	0,81	90°	2,10	30°	4,03	14°	1,50	46°
Nova Mutum	1,32	57°	2,10	28°	0,87	86°	1,78	35°	0,70	96°	1,12	65°	0,56	109°	1,38	48°	0,99	76°
Nova Nazaré	0,02	140°	0,24	128°	0,01	141°	0,11	138°	0,59	106°	0,44	118°	0,01	141°	0,02	139°	0,06	138°
Nova Olímpia	0,71	100°	0,40	119°	0,53	108°	0,74	95°	0,61	105°	0,14	137°	0,74	98°	1,09	67°	3,71	15°
Nova Santa Helena	0,45	111°	1,55	42°	0,80	91°	0,51	113°	0,41	120°	0,62	107°	1,55	46°	0,20	130°	0,90	84°
Nova Ubiratã	1,02	74°	1,32	50°	1,10	69°	1,33	49°	0,88	82°	0,52	113°	1,27	60°	0,38	119°	1,15	65°
Nova Xavantina	1,56	46°	0,94	82°	2,62	21°	2,06	31°	2,29	34°	0,58	110°	2,13	28°	0,80	94°	1,60	37°
Novo Horizonte do Norte	0,39	118°	0,25	127°	0,19	133°	0,13	136°	0,80	90°	0,32	124°	1,01	73°	1,36	49°	1,01	73°
Novo Mundo	0,79	94°	1,75	34°	1,57	43°	1,21	54°	2,13	36°	4,15	10°	4,22	12°	2,58	24°	2,29	21°
Novo Santo Antônio	0,63	103°	0,50	111°	0,79	94°	1,02	66°	0,98	74°	0,29	126°	0,24	130°	0,02	140°	0,85	90°
Novo São Joaquim	1,19	64°	1,32	51°	0,68	99°	1,07	62°	1,14	60°	1,20	63°	0,43	116°	0,26	125°	0,49	114°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016*(Continuação)*

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Paranaíba	1,52	47°	2,14	26°	4,86	12°	1,74	36°	0,95	78°	0,92	83°	0,91	80°	0,95	84°	1,05	69°
Paranatinga	0,74	98°	0,40	118°	1,31	56°	0,66	102°	1,09	66°	1,11	67°	0,87	83°	1,34	50°	0,50	112°
Pedra Petra	0,87	87°	0,15	135°	2,28	30°	2,88	21°	0,30	127°	1,07	72°	0,35	122°	0,13	135°	0,14	136°
Peixoto de Azevedo	0,84	90°	1,84	32°	0,89	84°	0,40	120°	0,61	104°	0,23	131°	0,98	75°	1,65	35°	1,50	45°
Planalto da Serra	1,26	59°	0,56	105°	1,13	67°	1,22	53°	1,22	53°	1,05	74°	1,15	67°	1,12	65°	1,16	64°
Poconé	13,25	2°	17,00	3°	15,83	1°	5,56	8°	4,17	11°	5,57	8°	3,03	20°	17,13	3°	5,25	11°
Pontal do Araguaia	2,00	35°	4,74	12°	2,56	22°	1,21	55°	2,97	23°	2,06	23°	1,90	34°	2,00	31°	3,05	18°
Ponte Branca	0,43	112°	0,96	79°	1,02	73°	0,87	88°	0,73	95°	0,99	76°	0,80	92°	0,99	81°	0,88	86°
Pontes e Lacerda	4,57	13°	8,13	9°	5,00	11°	28,00	1°	24,33	1°	16,80	3°	6,00	9°	7,43	5°	1,73	31°
Porto Alegre do Norte	1,86	39°	1,30	54°	2,55	24°	2,70	23°	4,05	13°	1,90	28°	1,30	57°	2,91	21°	6,24	7°
Porto dos Gaúchos	0,48	108°	0,86	88°	0,98	75°	0,20	132°	0,49	112°	0,85	86°	0,77	93°	0,71	103°	0,31	127°
Porto Esperidião	3,04	24°	2,53	21°	1,89	35°	1,73	38°	3,43	15°	1,63	37°	0,89	82°	4,46	11°	0,73	97°
Porto Estrela	0,97	80°	1,01	74°	0,95	77°	0,98	75°	0,58	107°	0,41	119°	0,50	111°	0,22	128°	0,38	122°
Poxoréo	5,70	9°	2,52	22°	6,73	8°	2,75	22°	3,15	19°	3,43	14°	2,62	23°	1,07	72°	3,68	16°
Primavera do Leste	1,14	68°	0,68	100°	0,52	110°	0,96	77°	0,32	126°	0,27	129°	0,25	128°	0,17	132°	0,15	135°
Querência	0,18	128°	0,79	93°	0,10	135°	0,56	109°	0,13	135°	0,93	81°	0,99	74°	0,80	96°	1,18	61°
Reserva do Cabaçal	0,74	96°	0,33	122°	1,11	68°	0,91	85°	0,03	140°	0,77	92°	0,76	96°	0,85	91°	0,77	94°
Ribeirão Cascalheira	0,42	114°	0,18	131°	0,27	128°	0,13	137°	0,82	87°	0,29	127°	0,14	135°	0,76	97°	0,02	140°
Ribeirãozinho	0,92	85°	0,84	90°	0,61	103°	0,76	93°	0,78	91°	0,82	88°	0,34	123°	0,66	107°	1,01	74°
Rio Branco	1,43	51°	0,70	98°	0,84	89°	1,03	65°	1,50	46°	1,79	30°	1,15	66°	1,64	36°	0,71	101°
Rondolândia	0,34	123°	0,94	83°	0,52	111°	1,66	39°	0,38	123°	1,29	57°	0,67	103°	1,08	69°	1,24	58°
Rondonópolis	0,88	86°	0,50	110°	0,22	131°	0,55	110°	0,45	115°	0,64	105°	0,86	87°	0,26	127°	0,30	128°
Rosário Oeste	119,00	1°	16,25	4°	8,00	4°	0,43	118°	2,38	30°	7,63	5°	1,80	38°	3,14	19°	1,56	41°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016

(Continuação)

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Salto do Céu	1,22	62°	0,93	85°	1,07	71°	0,71	97°	1,11	63°	1,07	73°	1,06	70°	1,06	74°	0,73	98°
Santa Carmem	1,73	40°	1,51	43°	0,38	122°	0,53	111°	1,17	57°	0,72	97°	0,70	100°	0,99	79°	0,96	81°
Santa Cruz do Xingu	0,26	124°	0,02	140°	1,17	65°	0,87	87°	0,16	133°	0,92	82°	0,94	78°	0,73	100°	0,98	77°
Santa Rita do Trivelato	1,02	73°	0,86	87°	0,91	80°	0,98	73°	0,78	93°	0,66	101°	0,29	124°	0,15	134°	0,58	108°
Santa Terezinha	0,15	131°	0,80	92°	0,41	121°	0,98	72°	0,42	118°	1,24	59°	0,84	90°	0,54	111°	0,49	113°
Santo Afonso	0,17	129°	0,37	120°	1,27	59°	0,02	140°	0,98	75°	1,22	60°	1,56	44°	0,01	141°	0,03	139°
Santo Antônio do Leste	0,36	121°	0,77	96°	0,75	97°	1,00	69°	0,26	129°	0,01	141°	0,86	85°	0,81	93°	0,45	118°
Santo Antônio do Leverger	3,38	23°	5,10	11°	11,14	2°	5,16	9°	5,20	6°	1,22	61°	0,68	101°	3,10	20°	0,97	79°
São Felix do Araguaia	0,39	117°	0,27	126°	0,28	127°	0,16	134°	0,36	124°	0,09	139°	0,46	113°	0,52	113°	0,67	105°
São José do Povo	0,97	81°	0,97	78°	1,83	38°	1,36	47°	1,18	56°	1,82	29°	1,15	68°	1,28	54°	3,59	17°
São José do Rio Claro	0,47	109°	1,57	41°	1,50	47°	0,63	106°	1,14	59°	2,00	26°	2,56	24°	1,09	68°	1,96	26°
São José do Xingu	0,52	107°	0,43	116°	0,45	119°	0,65	105°	0,69	98°	1,09	70°	0,85	88°	1,20	60°	1,19	60°
São José dos Quatro Marcos	8,50	4°	1,00	75°	0,91	79°	3,82	15°	2,38	31°	0,33	123°	3,44	15°	0,46	116°	0,43	119°
São Pedro da Cipa	1,95	36°	1,27	55°	0,88	85°	3,15	19°	2,71	25°	7,69	4°	2,36	25°	4,39	12°	6,53	6°
Sapezal	0,81	92°	0,85	89°	0,54	107°	0,91	84°	0,40	122°	0,81	89°	0,97	77°	0,73	99°	1,06	68°
Serra Nova Dourada	1,01	76°	0,30	124°	0,93	78°	1,01	67°	0,96	76°	1,04	75°	0,97	76°	0,99	80°	0,33	125°
Sinop	0,70	102°	2,13	27°	0,66	101°	0,93	81°	2,58	28°	2,50	18°	1,79	39°	1,53	39°	1,20	59°
Sorriso	1,40	52°	2,09	29°	1,49	48°	2,24	27°	3,54	14°	1,76	32°	1,63	43°	1,51	42°	1,64	35°
Tabaporã	1,62	45°	1,34	49°	1,01	74°	1,61	41°	1,35	47°	21,00	1°	1,74	41°	0,58	109°	0,38	124°
Tangará da Serra	0,95	82°	0,32	123°	0,42	120°	0,45	116°	0,53	111°	0,30	125°	0,77	94°	2,36	26°	3,86	14°

Tabela 06 - Índice de Qualidade do Gasto Público na Função Saúde nos anos de 2008 a 2016*(Continuação)*

Municípios	IQGP 2008	Ranking	IQGP 2009	Ranking	IQGP 2010	Ranking	IQGP 2011	Ranking	IQGP 2012	Ranking	IQGP 2013	Ranking	IQGP 2014	Ranking	IQGP 2015	Ranking	IQGP 2016	Ranking
Tapurah	0,41	115°	0,46	113°	0,09	136°	1,10	61°	0,68	99°	1,19	64°	0,89	81°	1,21	59°	1,04	70°
Terra Nova do Norte	4,17	15°	0,78	95°	4,71	13°	1,10	60°	0,98	73°	0,93	80°	1,89	35°	1,53	38°	1,61	36°
Tesouro	0,80	93°	0,45	115°	0,30	125°	0,66	103°	0,82	88°	0,44	117°	1,45	52°	0,72	101°	1,30	52°
Torixoréu	0,94	84°	0,06	138°	1,25	60°	0,96	78°	1,01	71°	0,98	77°	0,74	97°	0,83	92°	1,41	48°
União do Sul	1,23	61°	1,02	73°	1,33	55°	0,84	89°	1,03	69°	0,49	114°	0,49	112°	1,14	63°	0,76	95°
Vale de São Domingos	0,22	127°	1,08	70°	0,76	95°	0,66	104°	0,96	77°	0,65	104°	0,63	105°	1,04	75°	0,02	141°
Várzea Grande	10,00	3°	7,44	10°	0,29	126°	0,50	114°	0,65	101°	0,25	130°	1,20	64°	1,00	78°	0,67	103°
Vera	2,21	31°	0,16	133°	1,19	64°	0,26	128°	1,68	42°	2,09	22°	0,28	125°	1,33	53°	1,56	40°
Vila Bela da Santíssima Trindade	1,15	66°	1,12	68°	1,28	58°	0,28	127°	2,24	35°	1,40	47°	0,20	133°	1,33	52°	1,12	66°
Vila rica	5,87	7°	4,21	13°	8,50	3°	6,00	7°	4,67	9°	6,80	7°	6,89	7°	1,80	34°	1,27	54°

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 06 percebe-se, assim como na educação, oscilações significativas no IQGP, alterações tanto nos índices quanto na posição no *ranking* entre os municípios analisados. Tal fato pode representar duas ocorrências, mudanças no bem-estar gerado pelos serviços ou então nos insumos utilizados, em ambas possibilidades, a gestão pública não conseguiu manter os resultados obtidos no passado. O esperado é que quando os resultados passados forem ruins o gestor público consiga aperfeiçoar seus sistemas e melhorar o seu desempenho, e quando os resultados passados forem bons, que estes sejam mantidos e/ou aprimorados.

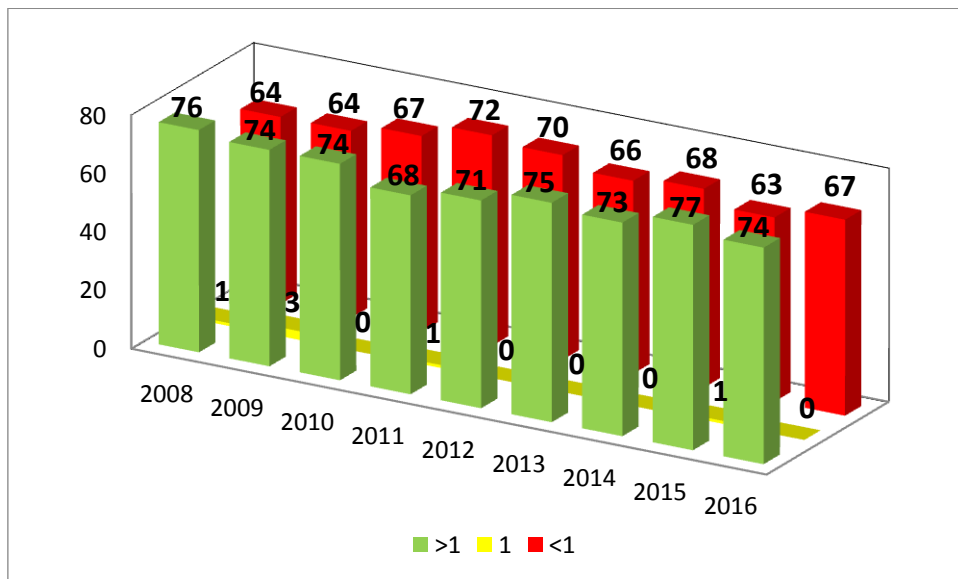
É fundamental que os sistemas de gestão sejam aperfeiçoados, permitindo assim que os resultados sejam os melhores possíveis. Para tanto, deve-se fazer uso de todos os recursos que contribuam com tal propósito, especialmente nos que melhoram os processos decisórios.

O modelo de informação e decisão em saúde precisa ser repensado no sentido da valorização das várias dimensões do ser humano, bem como por meio de uma política de informação e informática em saúde que a complemente e proporcione o suporte adequado ao processo decisório. Além disso, é necessário discutir as melhores formas de apreensão da informação pelos gestores, visando decisões estratégicas (PINHEIRO et al., 2016, p. 3).

O sistema de informação é capaz de gerar o embasamento necessário para que as decisões sejam mais acertadas, aprimorando a gestão dos recursos, bem como contribuindo para munir todos os participantes com dados relevantes e necessários, aspecto primordial para uma gestão eficiente, a qual deve deixar de usar estratégias tradicionais e passar a considerar possibilidades de inovações, modelos participativos e interdisciplinares (Idem).

Assim, visando conhecer melhor o quantitativo de municípios que obtiveram cada um dos três resultados possíveis, boa qualidade no gasto público (IQGP superior a 1), desempenho equilibrado (IQGP igual a 1) e má qualidade do gasto público (IQGP menor que 1), classificou-os nestes três grupos. Os resultados são demonstrados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Quantitativo de municípios com desempenho considerado Boa qualidade (>1), Equilibrado (=1) e Má qualidade (<1) para a função Saúde.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 13 é possível identificar que tradicionalmente o número de municípios com boa qualidade do gasto público, índice maior que um, é o que prevalece, com exceção do ano de 2011. Tal ocorrência, é um resultado positivo, pois evidencia que a maioria utilizou os recursos com eficiência na produção dos serviços de saúde.

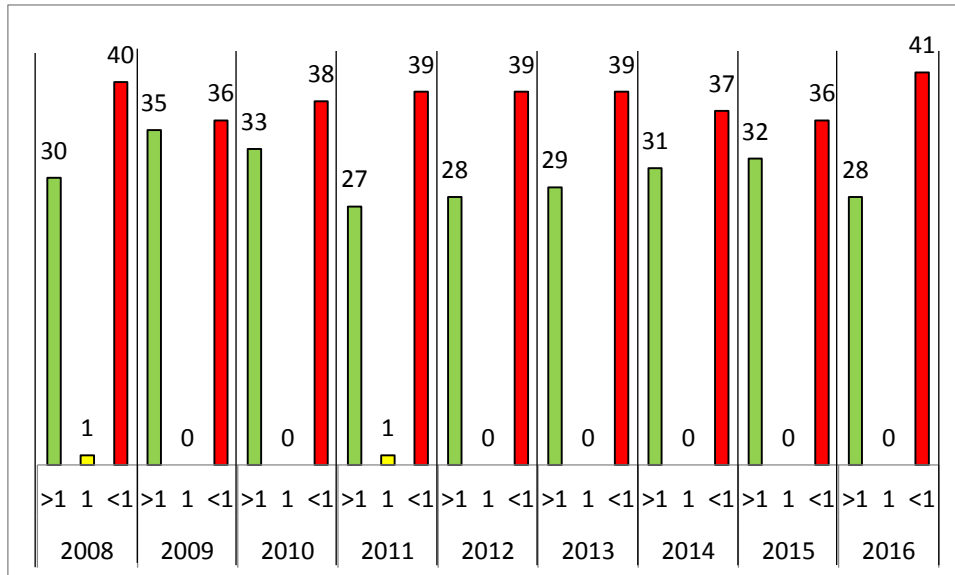
Outro aspecto que chama a atenção é que não existe grandes variações no número de municípios com bom ou mau desempenho ao longo do período analisado, a variação foi de até, aproximadamente, 4% em relação à média.

O alcance de uma boa qualidade do gasto público significa que o município conseguiu usar os recursos de maneira eficiente, “todavia, [...] eficiência não está necessariamente ligada a um maior dispêndio por parte da administração pública, mas sim a correta utilização desses recursos de maneira a maximizá-los por meio da geração de resultados” (ÁZARA, 2016, p. 68). Desta forma, o mais importante não é o tamanho do gasto, mas sim o quanto estes contribuem para a melhora das condições de vida da sociedade, impactando positivamente no bem-estar das pessoas.

Assim como foram segmentados os municípios por faixa populacional na avaliação do desempenho na área de educação, considerou-se oportuno realizar tal segmentação com os resultados gerados pelos municípios na área da saúde, possibilitando verificar o desempenho comparativo dos municípios de mesmo porte habitacional.

A primeira faixa populacional corresponde aos menores municípios, ou seja, aqueles que possuem até dez mil habitantes, a qual apresenta o maior número de municípios no estado. O resultado obtido é evidenciado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Desempenho dos municípios com até 10.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se uma prevalência de municípios com má qualidade do gasto público ao longo dos nove anos avaliados, aspecto este considerado negativo, pois indica que em muitos municípios os gestores não empregam os recursos da saúde da melhor forma possível. Isso pode ser decorrente de excesso de gasto ou de baixa produtividade.

Entre os municípios que estiveram com má qualidade do gasto durante os nove anos, pode-se citar as cidades de Alto Taquari, Araguainha, Figueirópolis D'Oeste, Indiavaí, Nova Nazaré, Porto dos Gaúchos e Ribeirão Cascalheira. Estas representam 9,33% do total de cidades que participaram desta faixa populacional em um ou mais anos.

Já os municípios que se destacaram por apresentarem boa qualidade do gasto foram os seguintes: Acorizal, Alto Boa Vista, Dom Aquino e Pontal do Araguaia de 2008 a 2016; Alto Garças e Alto Paraguai de 2008 a 2011; Porto Esperidião de 2008 a 2010; e Porto Alegre do Norte em 2008. Ressalta-se que nos anos não mencionados os respectivos municípios não integram esta faixa populacional. Estes representaram 10,67% do total.

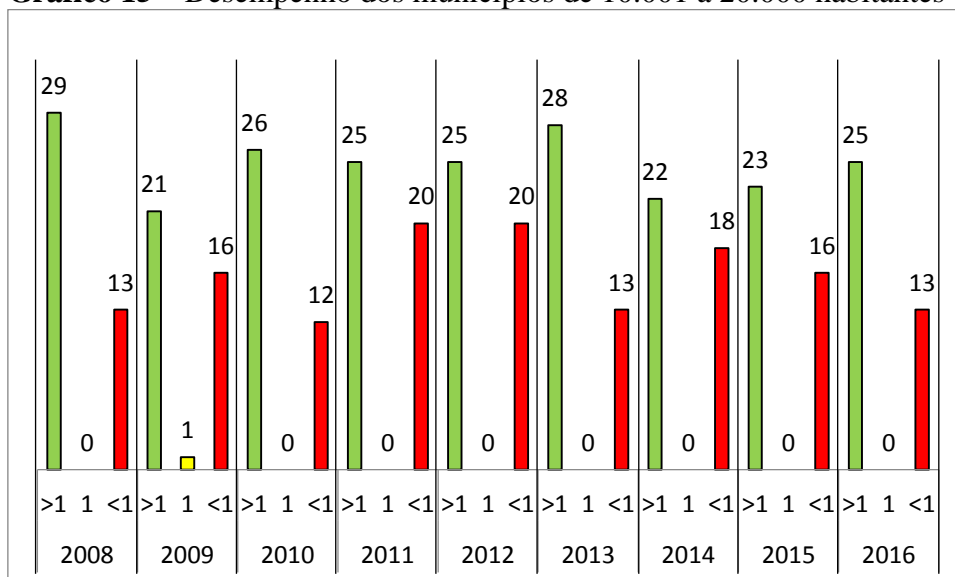
O desempenho mais comum foi a alternância entre boa e má qualidade do gasto para os municípios de até dez mil habitantes, pois 80% deles apresentaram tal desempenho. Entretanto, estes apresentaram alternâncias em graus distintos, pois há municípios que

estiveram bem durante oito anos e mau apenas em um, como é o caso dos seguintes municípios: Castanheira, Nova Monte Verde, Novo Mundo, Planalto da Serra, São Pedro da Cipa. Já alguns outros apresentaram mau desempenho por dois dos nove anos pesquisados, como é o caso de Jangada, Lambari D'Oeste, São José do Povo. E no outro extremo estão algumas cidades que estiveram com má qualidade em sete dentre os nove anos, como é o caso de Ipiranga do Norte, Tesouro, Vale de São Domingos, ou então com mau desempenho durante oito dos nove anos, tal como: Campos de Júlio, Conquista D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Itaúba, Novo Santo Antônio, Ponte Branca, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Ribeirãozinho, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha. As demais trinta e oito cidades apresentaram alternâncias maiores que as destacadas anteriormente.

A alternância nos resultados é um aspecto ruim, pois não conseguir manter um bom resultado já alcançado em determinado momento pode indicar que o município não conseguiu analisar/diagnosticar/aprender como aquele bom resultado gerado no passado, fato que facilitaria a manutenção do bom desempenho em anos futuros. Neste aspecto, a gestão da informação em conjunto com a gestão do conhecimento nas organizações pode contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de processos para criação, captura e compartilhamento de conhecimentos (JANNUZZI et al., 2016), os quais auxiliariam no aprimoramento da gestão e na obtenção de melhores resultados no futuro.

No Gráfico 15 são apresentados os resultados dos municípios que possuem faixa populacional de dez mil e um a vinte mil habitantes, que também compreende uma elevada quantidade de municípios.

Gráfico 15 – Desempenho dos municípios de 10.001 a 20.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 15 percebe-se uma prevalência de municípios com boa qualidade dos gastos públicos na área de saúde durante os anos de 2008 a 2016, aspecto considerado como positivo, pois mostra que a maior parte dos municípios deste porte fez uso eficiente dos recursos da área de saúde, característica esta almejada pela sociedade usuária e financiadora dos serviços públicos.

Alguns municípios apresentaram resultados bons e consistentes, pois estiveram com boa qualidade do gasto público durante todos os nove anos avaliados, tais municípios são: Cláudia, Nossa Senhora do Livramento e Poxoréo. Outros municípios tiveram com boa qualidade do gasto durante o período que integraram esta faixa populacional, porém não permaneceram nesta os nove anos, sendo Vila Rica e Água Boa em 2008, Tabaporã e Denise de 2008 a 2010, Porto Alegre do Norte de 2009 a 2016, as cidades de Alto Paraguai, Juruena e Alto Garças de 2011 a 2016.

O desempenho histórico mais comum dos municípios, também neste gráfico, foi a oscilação, já que uma quantidade significativa de municípios representados no Gráfico 15 oscilaram os seus resultados ao longo dos nove anos investigados, obtendo boa qualidade em alguns períodos e má qualidade em outros, totalizando 77,55% do total dos municípios que compuseram em algum momento este gráfico. Tais municípios são os seguintes: Araputanga, Arenápolis, Aripuanã, Brasnorte, Campinápolis, Canarana, Carlinda, Chapada dos Guimarães, Comodoro, Cotriguaçu, Feliz Natal, Guiratinga, Itiquira, Jauru, Juscimeira, Marcelândia, Matupa, Nobres, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Olímpia, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Porto Esperidião, Querência, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, São José do Rio Claro, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Tapurah, Terra Nova do Norte, Vera e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dentre as municipalidades que foram destaques negativos, haja vista que apresentaram má qualidade do gasto público durante os nove anos analisados por este estudo, estão São Felix do Araguaia e Alto Araguaia. A cidade de Diamantino esteve nesta faixa populacional de 2008 a 2010 e apresentou má qualidade do gasto nos três anos, bem como Sapezal de 2008 a 2012.

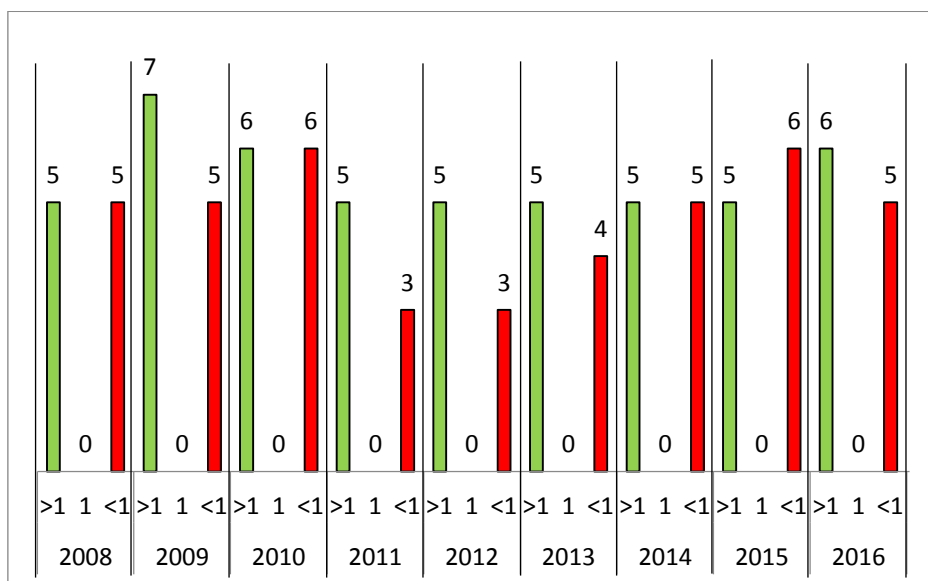
Apresentar como resultado a má qualidade do gasto público é um aspecto muito ruim, já que isto indica que tais localidades não conseguiram aprimorar a gestão de recursos públicos a ponto de passar a ter boa qualidade na sua utilização na área de saúde, fato que chama a atenção e que ressalta a necessidade de um cuidado maior com os recursos públicos nestas cidades, tanto com a quantidade de serviços prestados, como com os insumos

utilizados na produção destes, pois os resultados evidenciaram que estes não estão proporcionalmente adequados.

Reuter et al. (2016) descrevem que mesmo em municípios que defendem e incentivam a adoção de uma gestão baseada no planejamento na área de saúde, esta é uma prática não exercida, pois há a cultura do serviço público brasileiro de realizar planejamentos apenas para efeitos de obrigação legal, não sendo seguidos na realidade. A falta de planejamento é um fator que pode aumentar a incerteza dos resultados a serem alcançados, possibilitando que haja surpresas, bem como resultados ruins no futuro, comportamento que não deveria ser adotado por gestores públicos. A falta de planejamento pode ser uma possível explicação às oscilações nos resultados obtidos, situação que precisa de maiores investigações.

A seguir são apresentados os resultados dos municípios mato-grossenses que estiveram com faixa populacional de vinte mil e um a trinta mil habitantes durante alguns ou todos os anos desta pesquisa, ou seja, de 2008 a 2016. Tais resultados compõem o Gráfico 16, evidenciado a seguir.

Gráfico 16 – Desempenho dos municípios de 20.001 a 30.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se no gráfico 16 que o número absoluto de ocorrência de boa qualidade foi igual ou superior ao de má qualidade do gasto em oito anos, a única exceção foi em 2015, quando o número de ocorrência de má qualidade foi superior. Nesta perspectiva, considera-se que esta faixa populacional teve um bom desempenho ao longo dos anos investigados.

Ao realizar uma análise mais detalhada é possível destacar cidades em especial, dentre elas Jaciara, que permaneceu nesta faixa populacional por todo o tempo e sempre apresentou boa qualidade no gasto público na área de saúde. Vila Rica foi um dos casos de migração de faixa populacional, passando a integrar esta de 2009 a 2016, e em todos os anos apresentou boa qualidade, assim como havia apresentado em 2008, enquanto estava na faixa populacional de dez mil e um a vinte mil habitantes. Duas cidades com bom desempenho que estiveram pouco tempo nesta faixa foram Santo Antônio do Leverger (2009 e 2010) e Colniza (2008).

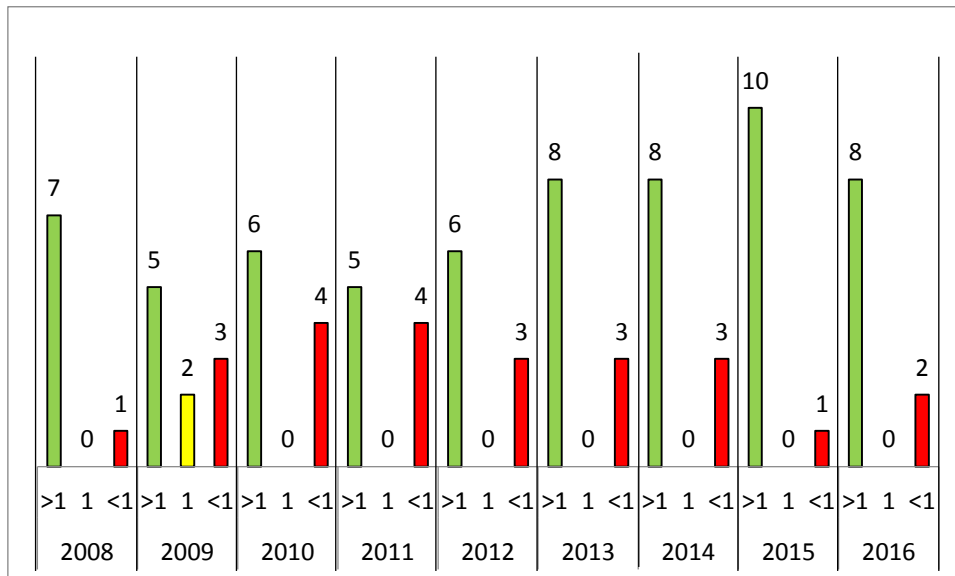
Um caso que chama a atenção é o de Mirassol D'Oeste, o qual teve boa qualidade nos gastos de 2008 a 2014, teve um mau desempenho em 2015 e logo recuperou-se e voltou a ter bom desempenho em 2016. Mostrando que soube reverter rapidamente o desempenho ruim de 2015.

Diversos municípios que integraram esta faixa populacional não conseguiram apresentar constância e/ou evolução duradoura na sua gestão, pois hora estavam bem e hora estava mau, não conseguindo permanecer com boa qualidade no gasto público na área de saúde, sendo estes: Sapezal, Diamantino, Nova Xavantina, Água Boa, Aripuanã, Paranatinga, Confresa, Campo Novo dos Parecis, Nova Mutum e Campo Verde.

Dentre os destaques negativos estão Canarana e Peixoto do Azevedo, visto que Canarana apresentou índices de qualidade do gasto abaixo de um, portanto, má qualidade no uso dos recursos, durante os dois anos que integrou esta faixa (2015 e 2016), e já vinha obtendo resultados ruins desde 2009, e a cidade de Peixoto do Azevedo esteve nesta faixa apenas em 2008 e apresentou um desempenho ruim e, nos anos seguintes, apesar de ter migrado para próxima faixa populacional (30.001 a 40.000 habitantes), oscilou entre desempenhos bons e ruins. Outro caso semelhante foi o de Nova Olímpia, que esteve mal durante a sua permanência nesta faixa populacional (2008 a 2010) e nos anos seguintes obteve uma redução populacional e passou a constar na faixa populacional anterior (de 10.001 a 20.000 habitantes), sendo que só conseguiu superar a má qualidade do gasto nos anos de 2015 e 2016.

Apesar de ter prevalecido o número de municípios com bom desempenho, é essencial que os municípios com desempenho ruim passem a rever seus modelos de gestão em busca de aperfeiçoamentos capazes de elevar a eficiência e melhorar a qualidade do gasto público.

A qualidade de utilização dos recursos públicos na área de saúde dos municípios que tiveram entre trinta mil e um habitantes a quarenta mil habitantes durante os anos de 2008 e 2016 são apresentados no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Desempenho dos municípios de 30.001 a 40.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar visualmente o quantitativo de cidades com boa qualidade e de má qualidade dos gastos, fica evidente que as com boa qualidade superaram significativamente, sendo isto um resultado muito bom, pois houve prevalência do resultado desejado.

Destaca-se o desempenho de Guarantã do Norte e Poconé, os quais apresentaram boa qualidade do gasto em todos os nove anos analisados. Outros dois destaques foram Colniza, que ingressou em 2009 nesta faixa e permaneceu até 2016, sempre com bom resultado, assim como havia obtido em 2008 (Gráfico 16), e Pontes e Lacerda que esteve nesta faixa até 2010, contando com boa qualidade nos três anos, além de obter resultados positivos até 2016, porém em outra faixa populacional.

Colíder apresentou boa qualidade do gasto em oito dos nove anos analisados, apenas em 2009 apresentou resultado equilibrado, resultados estes considerados positivos, pois apesar de não ser tão bom quanto quem obteve boa qualidade todos os anos, foi benéfico o fato de não apresentar má qualidade em nenhuma das avaliações.

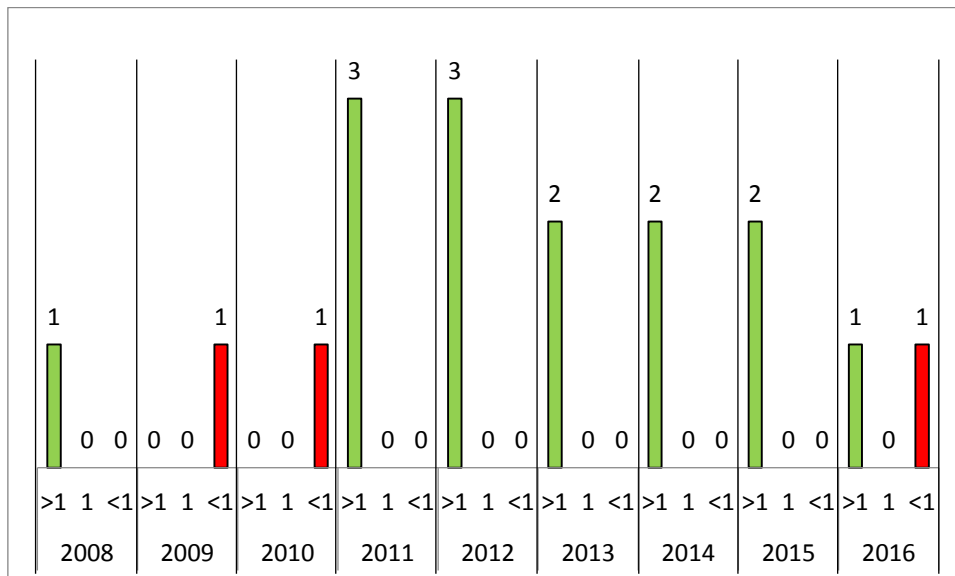
Apesar daquele resultado visual positivo relatado logo após o Gráfico 17, uma quantidade significativa de municípios, tais como Campo Novo dos Parecis, Nova Mutum, Campo Verde, Peixoto de Azevedo, Lucas do Rio Verde, Juara, Barra do Bugres e Juína, não apresentaram constância em seus resultados, oscilaram seus desempenhos entre boa e má qualidade de gasto durante os anos apurados. Entretanto, vale ressaltar que Campo Verde conseguiu manter uma boa qualidade nos anos de 2013 a 2016, Barra do Bugres e Juína de

2014 a 2016 e Peixoto de Azevedo de 2015 a 2016, fato que cria uma expectativa positiva quanto a possibilidade de manutenção destes bons resultados em anos futuros.

A oscilação entre resultados ruins e bons é um aspecto negativo, pois demonstra que não conseguiram manter as boas experiências e conhecimentos do passado, contrariando, assim, a evolução almejada pelo Ministério da Saúde (2012, não paginado), o qual aponta que “O compromisso com a melhoria da qualidade deve ser permanentemente reforçado com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de iniciativas mais adequadas aos novos desafios colocados pela realidade”, tornando essencial a constante busca pelo aperfeiçoamento da gestão e, consecutivamente, da qualidade dos serviços e da utilização dos recursos na área de saúde.

A seguir apresenta-se os resultados obtidos pelos municípios que estiveram com população de quarenta mil e um habitantes a cinquenta mil habitantes, resultados estes que originaram o Gráfico 18.

Gráfico 18 – Desempenho dos municípios de 40.001 a 50.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste gráfico destaca-se o fato de que em seis dos nove anos houve ocorrência apenas de cidades com boa qualidade do gasto, porém, existiu uma elevada movimentação de municípios que integraram e deixaram de integrar esta faixa populacional, fazendo com que seja necessário considerar o resultado individual de cada um dos municípios.

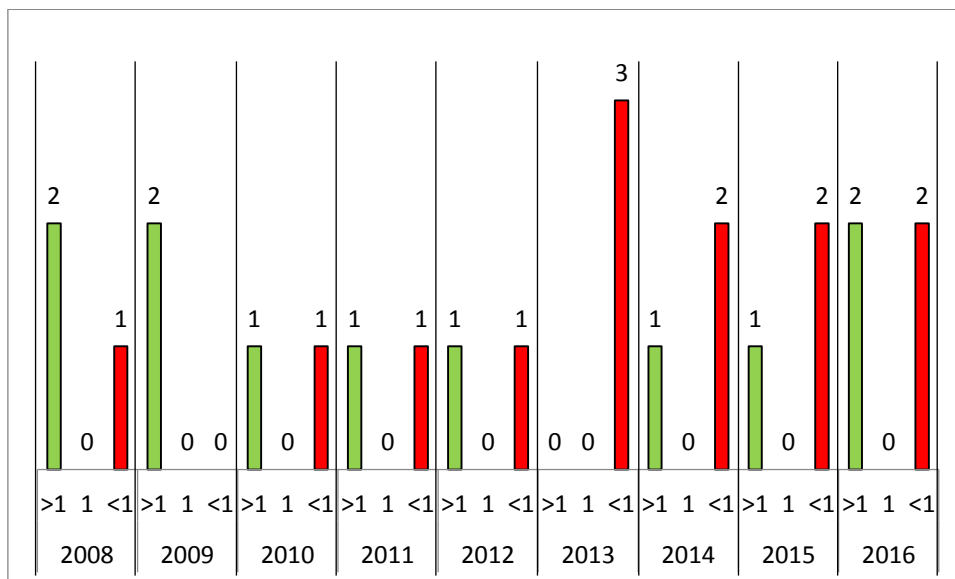
Os três primeiros anos apresentados no gráfico demonstram os resultados obtidos por Primavera do Leste, com uma boa qualidade em 2008 e má qualidade do gasto público na área

de saúde nos anos de 2009 e 2010, momento em que esta cidade passou a integrar a próxima faixa populacional, em razão de se tornar mais populosa, porém, infelizmente, continuou com má qualidade até 2016.

No período de 2011 e 2012, Lucas do Rio Verde, Pontes e Lacerda e Alta Floresta foram responsáveis pelos três resultados positivos expostos no gráfico. De 2013 até 2015 Pontes e Lacerda e Alta Floresta mantiveram os seus bons resultados. Já em 2016 Alta Floresta migrou de faixa populacional e o gráfico passou a ser composto por Pontes e Lacerda e Nova Mutum, sendo que a primeira seguiu com boa qualidade, enquanto a segunda apresentou má qualidade do gasto, dando sequência às oscilações de resultados históricos que apresentou.

O Gráfico 19, disposto a seguir, engloba as cidades que estão na região mediana, conforme as faixas populacionais utilizadas por este estudo. Gráfico este que foi composto na sua maior parte por dois municípios, mas que chegou a ter um total de quatro municípios, como pode ser observado a seguir.

Gráfico 19 – Desempenho dos municípios de 50.001 a 60.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Historicamente esta faixa populacional apresentou um resultado equilibrado entre o número de cidades com boa e má qualidade do gasto, sendo que apenas em três anos não coincidiu o número de municípios com cada possibilidade de resultado.

Dentre as cidades que integraram esta faixa populacional durante o período avaliado, a cidade de Sorriso constou apenas em 2008, quando evidenciou boa qualidade em seus gastos

com saúde. O município de Alta Floresta esteve aqui representado entre 2008 e 2010, posteriormente passou por uma redução populacional e deixou de constar nesta faixa nos anos de 2011 a 2015 e voltou a este em 2016, sempre com bons resultados.

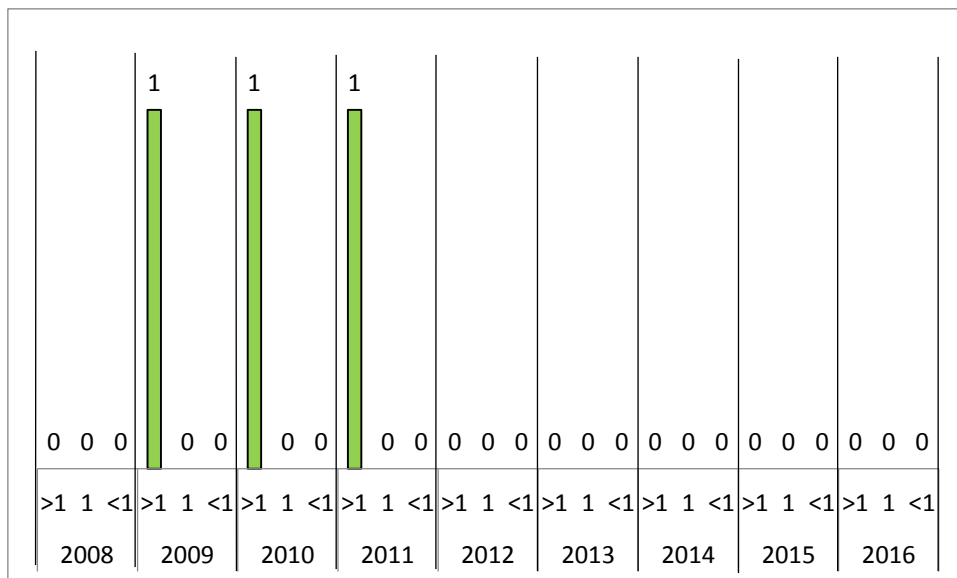
Um município que sempre esteve nesta faixa populacional foi Barra do Garças, com má qualidade nos gastos sendo intercalados em alguns momentos por boa qualidade, de maneira que não esteve bem nos anos 2008, 2010, 2013, 2014, 2015 e 2016, e apresentou bom desempenho nos anos 2009, 2011 e 2012. Ficando assim evidente a dificuldade em manter a utilização eficiente dos recursos.

Outro município que constou no Gráfico 19 de 2011 a 2016 foi Primavera do Leste, apresentando má qualidade nos gastos durante o período, tornando-se um destaque negativo, já que durante o período total analisado por esta pesquisa, este município conseguiu um bom desempenho apenas no primeiro ano e não voltou mais a alcançá-lo.

Lucas do Rio Verde passou por grande crescimento populacional durante o período de 2008 a 2016, pois se enquadrou em três diferentes faixas durante a pesquisa. Nos anos de 2013 a 2016 ele esteve nesta faixa, e após apresentar um resultado ruim no ano de 2013, conseguiu aperfeiçoar seu desempenho e ter boa qualidade nos anos de 2014 a 2016.

O Gráfico 20 apresenta o resultado obtido nos anos de 2009 a 2011 pelo único município que compôs a faixa populacional de sessenta mil e um habitantes a setenta mil habitantes.

Gráfico 20 – Desempenho dos municípios de 60.001 a 70.000 habitantes

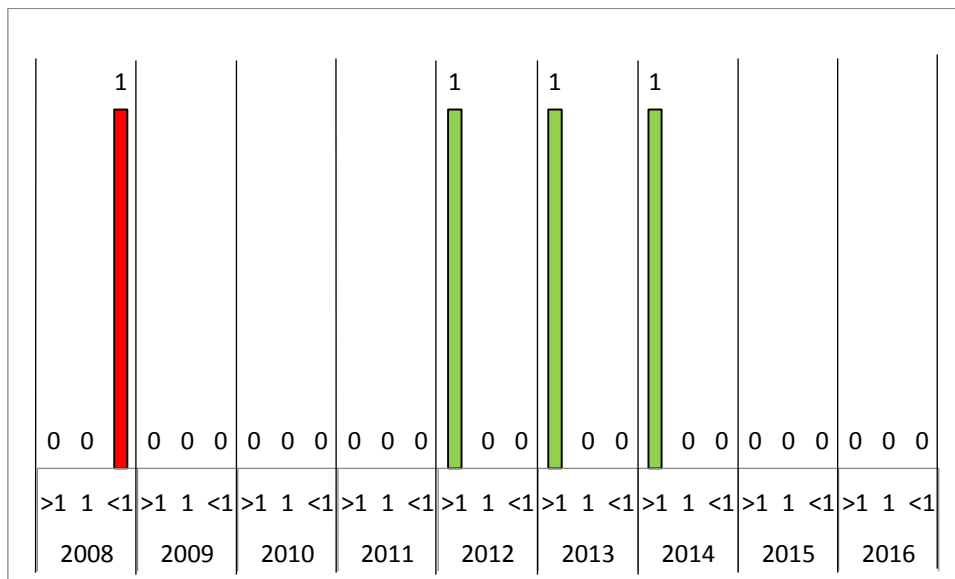


Fonte: Dados da pesquisa.

Trata-se de Sorriso, que conseguiu apresentar boa qualidade do gasto público na área de saúde nos três anos que integrou esta faixa populacional.

A seguir é apresentado o desempenho dos municípios entre setenta mil e um habitantes a oitenta mil habitantes. Nota-se que apenas em quatro dos nove anos analisados houve município compondo esta faixa populacional.

Gráfico 21 – Desempenho dos municípios de 70.001 a 80.000 habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado ruim apresentado no ano de 2008 corresponde à Tangará da Serra, município que no ano seguinte mudou de faixa populacional. Nos anos de 2012 a 2014, Sorriso demonstrou boa qualidade no gasto público, resultado igual aos obtidos de 2009 a 2011. Resultado este almejado para todos os municípios do estado, pois “a eficiência, além de reduzir gastos governamentais, pode otimizar os recursos à disposição tanto do Estado quanto dos cidadãos” (ABRUCIO, 2007, p. 82).

Os municípios com população entre oitenta mil e um habitantes e noventa mil habitantes constituíram o Gráfico 22, o qual foi integrado por três diferentes cidades ao longo do período investigado.

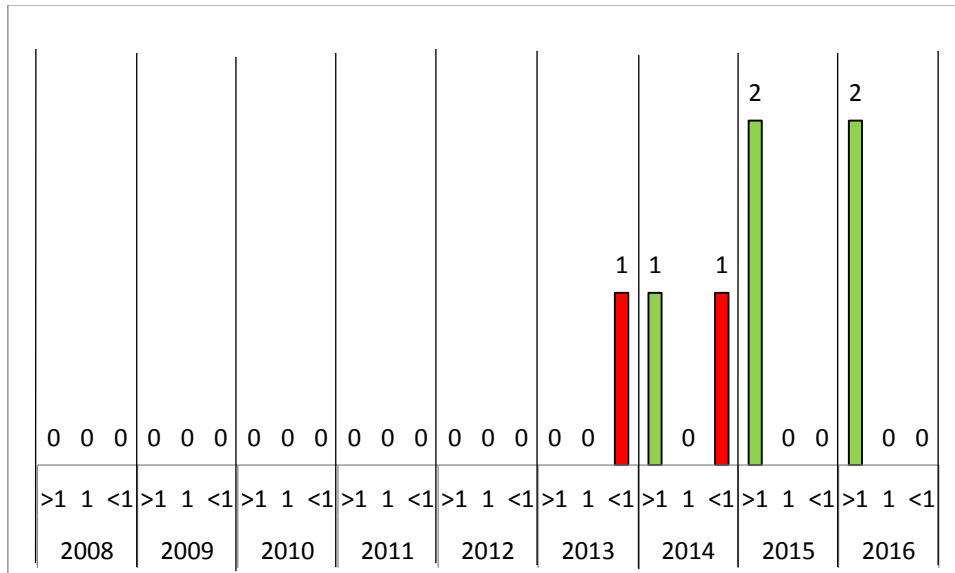
Gráfico 22 – Desempenho dos municípios de 80.001 a 90.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2008 apenas Cáceres compôs o Gráfico 22, apresentando boa qualidade do gasto público. Nos anos de 2009 a 2012 o gráfico evidencia os resultados de Cáceres e Tangará da Serra, sendo a primeira sempre com boa qualidade do gasto e a segunda com má qualidade do gasto. Em 2013, Tangará da Serra teve aumento populacional que a mudou para o Gráfico 23 e Cáceres voltou a ficar sozinha nesta faixa populacional, mantendo o bom resultado dos anos anteriores. Em 2014, Cáceres, assim como havia ocorrido com Tangará, passou a ter mais de noventa mil habitantes e passou a constar no Gráfico 23, razão para não constar nenhum município neste ano.

Os resultados que constam nos anos de 2015 e 2016 pertencem a cidade de Sorriso, a qual apresentou boa qualidade em ambos os anos, cidade esta que já teve o seu desempenho passado comentado nesta pesquisa.

No gráfico a seguir constam duas cidades que tiveram aumento populacional e deixaram de compor a faixa populacional abrangida pelo Gráfico 22 e passaram a constar no Gráfico 23, que foram as cidades de Tangará da Serra e Cáceres.

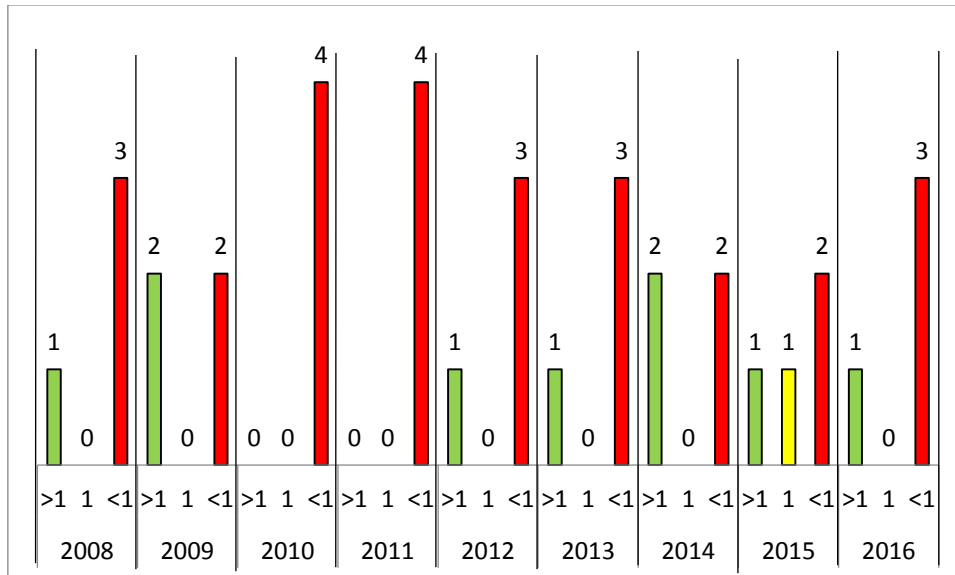
Gráfico 23 – Desempenho dos municípios de 90.001 a 100.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

O município que passou a integrar este gráfico no ano de 2013 foi Tangará da Serra, que apresentou resultado negativo, mantendo a má qualidade do gasto apresentada em anos anteriores. No ano de 2014 Tangará da Serra continuou com má qualidade e a cidade de Cáceres passou a integrar esta faixa populacional, e esta última manteve a boa qualidade no gasto de anos anteriores. Os anos de 2015 e 2016 foram positivos, pois ambas cidades tiveram bom desempenho, já que Tangará reverteu o resultado ruim histórico e passou a ter bom resultado nestes dois anos e a cidade de Cáceres manteve o bom resultado dos anos passados, evidenciando uma consistência na boa qualidade do gasto, já que manteve tal desempenho nos três anos que integrou esta faixa populacional.

De acordo com Nuintin (2014), considerando as características das entidades públicas, é comum haver escassez de recursos e excesso de demandas por serviços, tornando essencial a utilização dos recursos de maneira eficiente, para tanto, deve-se reduzir a quantidade de insumo e elevar os níveis de produção, desempenho este que deve ser buscado por todo ente público para se tornar eficiente.

O Gráfico 24 refere-se aos quatro maiores municípios do estado, sendo os que possuem mais de cem mil habitantes.

Gráfico 24 – Desempenho dos municípios com mais de 100.000 habitantes

Fonte: Dados da pesquisa.

De uma maneira ampla, o resultado que prevaleceu foi de má qualidade de gasto público na maioria dos anos investigados, apenas em 2009 e 2014 ocorreu um empate entre os municípios com boa e má qualidade dos gastos, enquanto em 2015 ocorreu o desempenho equilibrado para um município.

Dentre os municípios que integraram o Gráfico 24, o que obteve melhor desempenho foi Sinop, pois embora tenha apresentado má qualidade nos gastos nos anos 2008, 2010 e 2011, obteve bom desempenho no ano de 2009 e no período de 2012 a 2016. O fato de conseguir manter boa qualidade durante os anos de 2012 a 2016 mostra que ocorreu uma melhora consistente na qualidade do gasto, haja vista que vem perpetuando um bom desempenho consecutivo nos últimos cinco anos.

Várzea Grande foi o segundo melhor resultado, pois conseguiu bom desempenho em três anos e resultado equilibrado em um ano, mas teve má qualidade do gasto em cinco dos nove anos investigados, sendo este o resultado que mais se repetiu. Sinop foi bem em 2008 e 2009, porém de 2010 a 2013 foi ruim, e voltou a melhorar em 2014, no ano de 2015 ficou equilibrado e em 2016 piorou novamente.

Os dois municípios que apresentaram resultados ruins ao longo de todo o período analisado foram Rondonópolis e Cuiabá, fato muito negativo, pois o número populacional destas é muito significativo, conforme a realidade do estado. Em 2016, haviam 218.899

habitantes em Rondonópolis e 585.367 em Cuiabá. Além disso, gastaram elevada soma de dinheiro, Rondonópolis R\$ 201.858.218,41 e Cuiabá R\$ 659.564.707,25, ou seja, um total de 804.266 habitantes foram impactados por serviços de saúde não eficientes, serviços estes que consumiram um total de R\$ 861.422.925,66 em sua produção.

Os resultados apresentados podem evidenciar que os sistemas de gestão implantados não estão apropriados e que precisam ser revistos. Como mecanismo de aperfeiçoamento e aprendizagem, estes municípios podem buscar a criação de inteligentes coletivos, tornando-se uma opção estratégica.

Os inteligentes coletivos se constituem em espaços simultaneamente dinâmicos e potenciais, considerando-se que o conhecer se apresenta como qualitativamente superior ao informar-se, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se como base daquele, possibilitando o desenvolvimento colaborativo de competências nas diversas categorias profissionais envolvidas com a informação e com o conhecimento (PINHEIRO et al., 2016, p. 4).

Um modelo de gestão que permita a participação de diferentes profissionais, a utilização de dados para embasar as decisões, e a gestão do conhecimento podem contribuir de maneira relevante para que a gestão dos municípios consiga se aperfeiçoar, passando a apresentar melhores resultados, bem como manter um processo contínuo de aprendizagem e aperfeiçoamento, além de contribuir para que ao obter bons resultados estes sejam mantidos de maneira sustentável.

Assim como foi feito ao avaliar o IQGP da área de Educação, aqui na avaliação do IQGP da Saúde foi verificado o comparativo histórico de cada município, visando verificar se ocorreu uma melhora ou piora na qualidade do gasto de cada município ao confrontar o índice do primeiro ano (2008) com o índice do último ano (2016).

Tal comparação demonstrou que a maior parte dos municípios, equivalente a 51,77% do total, conseguiram melhorar seu índice de qualidade do gasto público. Além disso, nenhum dos municípios permaneceu com o mesmo índice no primeiro e último ano, já 48,23% apresentaram uma piora no índice.

Apesar da diferença não ser tão grande, considera-se como positivo o fato de a maior parte dos municípios terem conseguido evoluir seus índices de qualidade do gasto público na área de saúde de 2016 em relação ao de 2008, caracterizando uma evolução histórica, a qual é necessária para que os serviços ofertados sejam cada vez melhores.

Outra verificação realizada é se uma determinada faixa populacional apresentou maior média ponderada que outra, se ocorreu alguma predominância de melhor desempenho em

uma determinada faixa populacional. Tal média ponderada foi feita considerando o índice de qualidade do gasto público na área de saúde e a quantidade populacional. Os resultados são apresentados na Tabela 07.

Tabela 07 - Média ponderada do IQGP–Saúde por faixa populacional

Faixa Populacional	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Até 10.000	1,25	1,57	1,37	1,27	1,34	1,82	1,62	1,80	1,50
10.001 - 20.000	5,76	2,67	2,18	2,07	1,93	1,52	2,48	2,68	2,42
20.001 - 30.000	1,75	1,75	2,41	2,75	1,85	1,82	1,86	0,95	0,94
30.001 - 40.000	3,43	3,75	4,15	1,94	1,49	1,68	1,93	2,74	2,80
40.001 - 50.000	1,14	0,68	0,52	9,90	10,86	18,79	6,70	5,55	1,37
50.001 - 60.000	1,72	1,24	0,98	1,09	0,69	0,55	0,64	0,56	1,33
60.001 - 70.000	-	2,09	1,49	2,24	-	-	-	-	-
70.001 - 80.000	0,95	-	-	-	3,54	1,76	1,63	-	-
80.001 - 90.000	5,50	20,27	2,78	2,77	2,79	7,00	-	1,51	1,64
90.001 - 100.000	-	-	-	-	-	0,30	6,32	4,63	9,73
Mais de 100.000	2,56	2,03	0,24	0,38	0,53	0,49	0,66	0,49	0,40

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os resultados nota-se que este não foi uniforme ao longo dos nove anos, já que em 2008 foi obtida a maior média pelos municípios da faixa de dez mil e um a vinte mil habitantes. No ano seguinte o melhor desempenho foi obtido pelos municípios de oitenta mil e um a noventa mil habitantes. Em 2010, uma nova alteração, passando a obter índice médio mais alto a faixa de trinta mil e um a quarenta mil habitantes. Após este período de alternância, de 2011 a 2015 o IQGP médio mais alto foi da faixa que contempla as cidades de quarenta mil e um a cinquenta mil habitantes. E no último ano a faixa de noventa mil e um a cem mil habitantes.

Com relação a outros estudos sobre eficiência na utilização de recursos da saúde, a exemplo de Mazon et al. (2015), que pesquisaram cidades de Santa Catarina, ficou constatado que a melhor eficiência técnica foi de uma cidade que tinha, aproximadamente, cinquenta e três mil habitantes. As pesquisas de Araújo e Pontes (2017) e Godinho (2014) apontaram que os municípios menores possuem gastos proporcionalmente maiores, aspecto que afeta a eficiência destes.

Assim com feito nos resultados na área de Educação, aqui nos resultados em Saúde foi verificado o comportamento histórico dos municípios que obtiveram os dez melhores

resultados do ano de 2016. Os municípios que integraram as dez primeiras colocações são apontados na Tabela 08.

Tabela 08 - Os dez municípios com melhor desempenho na função Saúde em 2016

	Ranking 2008	Ranking 2009	Ranking 2010	Ranking 2011	Ranking 2012	Ranking 2013	Ranking 2014	Ranking 2015	Ranking 2016
Nossa Senhora do Livramento	5º	6º	23º	3º	4º	46º	22º	10º	1º
Nova Bandeirantes	6º	17º	25º	96º	92º	17º	10º	2º	2º
Cáceres	10º	1º	10º	10º	7º	6º	3º	6º	3º
Denise	50º	5º	6º	94º	20º	52º	4º	4º	4º
Acorizal	29º	23º	19º	14º	3º	9º	8º	37º	5º
São Pedro da Cipa	36º	55º	85º	19º	25º	4º	25º	12º	6º
Porto Alegre do Norte	39º	54º	24º	23º	13º	28º	57º	21º	7º
Colíder	34º	76º	15º	50º	40º	39º	27º	28º	8º
Jangada	19º	8º	5º	5º	117º	96º	16º	8º	9º
Colniza	20º	15º	7º	17º	45º	24º	5º	32º	10º

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 08 alguns casos chamam a atenção, um é de municípios com desempenhos mais estáveis, que apresentam uma boa qualidade do gasto há anos, como é o caso de Cáceres, cidade que permaneceu entre os dez melhores ao longo dos nove anos. Outro aspecto é o de municípios que apresentam resultados muito instáveis, como é o caso de, por exemplo, Denise e Jangada, que chegaram a alternar colocações melhores com períodos de colocação piores, a ponto de ocuparem colocações 94º e 117º, respectivamente, mas finalizaram entre os dez melhores.

Dentre os municípios listados como os dez melhores de 2016, apenas dois (Porto Alegre do Norte e Colíder) nunca estiveram entre os dez melhores em algum período passado, mostrando que esta seria a melhor fase destes municípios, já os outros oito já estiveram entre os dez em mais momentos, porém apenas Cáceres sempre esteve entre os dez melhores.

No outro extremo estão os dez municípios que apresentaram os piores resultados de 2016, ou seja, a pior qualidade do gasto público em saúde do estado de Mato Grosso, os quais compõem a Tabela 09.

Tabela 09 - Os dez municípios com pior desempenho na função Saúde em 2016

	Ranking 2008	Ranking 2009	Ranking 2010	Ranking 2011	Ranking 2012	Ranking 2013	Ranking 2014	Ranking 2015	Ranking 2016
Vale de São Domingos	127º	70º	95º	104º	77º	104º	105º	75º	141º
Ribeirão Cascalheira	114º	131º	128º	137º	87º	127º	135º	97º	140º
Santo Afonso	129º	120º	59º	140º	75º	60º	44º	141º	139º
Nova Nazaré	140º	128º	141º	138º	106º	118º	141º	139º	138º
Cuiabá	125º	134º	134º	135º	138º	138º	136º	136º	137º
Pedra Petra	87º	135º	30º	21º	127º	72º	122º	135º	136º
Primavera do Leste	68º	100º	110º	77º	126º	129º	128º	132º	135º
Apiacás	99º	60º	51º	101º	83º	78º	91º	55º	134º
Bom Jesus do Araguaia	26º	35º	63º	45º	136º	16º	26º	73º	133º
Campinápolis	137º	141º	140º	141º	139º	51º	129º	118º	132º

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de também ocorrer significativas oscilações em suas posições, não foram tão frequentes quanto as dos dez melhores municípios de 2016, talvez indicando que estes municípios possuem grande dificuldade em ocupar posições de destaque nesta área.

Entre os municípios listados, apenas Apiacás e Vale de São Domingos nunca haviam integrado a lista dos dez piores desempenhos, apesar de já terem apresentado baixos índices de qualidade do gasto público no passado, não chegaram a integrar esta lista. Outro aspecto significativo é a não ocorrência de municípios que permaneceram por todo o período nesta faixa dos dez piores, mostrando que, apesar de não aperfeiçoarem a ponto de se tornarem referência, conseguem apresentar evoluções ao longo dos anos, fazendo com que não permaneçam nesta faixa dos dez piores por todo o tempo.

Pinheiro et al. (2016, p. 2) destacam que por muito tempo os “municípios assumiram o papel de coletores de dados na área de saúde (...), [e] permaneciam alijados do processo de elaboração dos planejamentos, dispendo de pouca ou nenhuma experiência/autonomia para a formulação de políticas e para a tomada de decisão”, fato que proporciona maior dificuldade de realização de uma gestão planejada e eficiente nos municípios, possibilitando que estes tenham desempenhos ruins. Dentre os maiores desafios para os gestores, o uso de informações como recurso para geração de conhecimento (Idem).

Sem dúvida, o resultado almejado para todos os municípios é a obtenção de elevados índices de qualidade do gasto público, aspecto que evidenciará a utilização eficiente dos

recursos, desempenho este necessário para atender ao aumento de demanda por serviços de saúde, tanto em virtude do aumento populacional, como pelo aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Desejo este que só se tornará realidade com o aprimoramento da gestão pública municipal, aprimoramento que pode advir da adoção da gestão por resultados.

A gestão por resultados é hoje a principal arma em prol da efetividade das políticas públicas. Para tanto, é preciso orientar a administração pública por metas e indicadores. Embora estes já tenham sido introduzidos em algumas experiências brasileiras, o seu uso ainda é bem restrito, pouco conhecido do público e, pior, de pequena assimilação junto à classe política. Esta revolução gerencial dependerá, portanto, de um convencimento dos diversos atores políticos e sociais sobre a necessidade de se adotar este novo modelo de gestão. Daí que não bastarão alterações institucionais; serão necessárias mudanças na cultura política, como ocorreu no caso da responsabilidade fiscal (ABRUCIO, 2007, p. 83-84).

A utilização de indicadores de desempenho é essencial para que a gestão pública consiga conhecer as suas virtudes e disfunções e possam aprimorar e tornar-se mais eficiente, evolução esta que pode ser acelerada com a aprendizagem junto aos *benchmarks*.

Outro fator muito importante é a transparência nas informações e dados públicos, permitindo que a sociedade tenha acesso aos dados e consiga fiscalizar a utilização dos recursos públicos, “pois a administração pública brasileira só será mais eficiente e efetiva caso possa ser cobrada e controlada pela sociedade” (ABRUCIO, 2007, p. 84), tornando-se vital que avaliações sobre a gestão pública sejam realizadas e divulgadas à sociedade, assim como se pretendeu nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escassez de recursos obriga as organizações a tornarem-se eficientes para que continuem existindo, pois não há como sustentar uma situação deficitária no médio e longo prazo. Apesar deste ser um comportamento almejado, nem sempre tal fato ocorre na administração pública, pois a falta de recursos e a elevada demanda não fazem com que todos os entes públicos passem a ser eficientes. Em virtude disto, esta pesquisa visou avaliar a qualidade dos gastos públicos dos municípios mato-grossenses nas áreas de educação, ensino fundamental, e saúde. De maneira mais específica, buscou identificar os indicadores de desempenho dos serviços públicos prestados por cada município nas áreas da educação, ensino fundamental, (122 municípios) e da saúde (141 municípios); calcular o índice de qualidade dos gastos; analisar o desempenho relativo de cada município e verificar a ocorrência de ganhos de qualidade nos gastos ao longo do período investigado, sendo de 2009 a 2015 para a área de educação, ensino fundamental, e de 2008 a 2016 para a área de saúde. Objetivos que foram plenamente alcançados, como demonstrado no corpo do estudo.

Com os indicadores propostos foi possível obter dados dos municípios e calcular o Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP destes em cada ano avaliado, bem como comparar o desempenho destes de forma absoluta, permitindo conhecer o desempenho individual, além do desempenho relativo, com uso de *benchmarking*, comparando-os e segmentando-os por faixa populacional.

Na área de educação, ensino fundamental, constatou-se que a maioria dos municípios apresentou IQGP abaixo de um, indicando a existência de má qualidade do gasto público destinado a esta área, atingindo 53% no ano de 2015. Apesar do INEP (2016) apontar que, de uma maneira global, o estado de Mato Grosso atingiu as metas de desempenho do IDEB durante o período considerado por esta pesquisa, o IQGP mostrou que os recursos não foram utilizados de maneira eficiente em muitos municípios, evidenciando que os resultados não foram proporcionais ao volume de recursos utilizados. Desta forma, torna-se necessário que os municípios revejam seus processos e os recursos consumidos, visando assim aperfeiçoar a utilização destes e se tornar eficiente.

Outro aspecto relevante constatado foi a existência de grandes oscilações no resultado do índice de qualidade do gasto público de um ano para o outro, apresentando significativas alterações, como por exemplo, passando de boa qualidade do gasto para má qualidade, ou vice-versa. Aspecto este que ganha força quando se avaliou a composição das dez posições de

maior destaque no *ranking*, sendo os dez primeiros e os dez últimos no ano de 2015. Uma parcela significativa de municípios estava integrando-as pela primeira vez, já que dentre os dez melhores 50% estavam ali pela primeira vez, e no caso dos dez piores 60% nunca tinham estado nesta posição de destaque negativo. A inconstância nos resultados é um fato negativo e, portanto, deve ser findado.

A gestão pública municipal deve primar pela melhoria contínua, fazendo com que os conhecimentos e experiências obtidas sejam incorporados às práticas, bem como se dedicar a aperfeiçoamentos em todos os processos, visto que, com isso, apresentaria maior constância no desempenho e uma evolução sustentada. É possível que fatores políticos impactem negativamente nos resultados, em virtude da substituição de pessoas e equipes indicadas politicamente, aspecto que precisa ser estudado.

Ao segmentar os municípios investigados por faixas populacionais, constatou-se que os municípios menores se mostraram mais eficientes que os maiores na utilização dos recursos da educação, ensino fundamental, fato este corroborado por outras pesquisas semelhantes (MACÊDO et al, 2012 e 2015, e SAVIAN; BEZERRA, 2013). Tal resultado pode advir, dentre outros fatores, do índice de alunos matriculados por docentes, pois as cidades menores possuem um índice menor, como por exemplo, os municípios de até dez mil habitantes possuem uma média de 18,28 alunos por docente, enquanto nas cidades com mais de cem mil habitantes a média é de 23,03 alunos por docente. Esta relação causal só poderá ser comprovada por meio de pesquisas que objetivem investigar a existência ou não de tal correlação.

Ao avaliar a evolução ocorrida no índice de qualidade de cada município ao longo do período, confrontando o primeiro ano e com o resultado obtido no último ano, constatou-se que na área de educação, ensino fundamental, 51,64% dos municípios apresentaram um índice menor do que o que havia apresentado na medição inicial. Tal resultado evidencia que ocorreu uma piora na qualidade do gasto na área de educação na maior parte dos municípios mato-grossenses, resultado preocupante e que deve receber mais atenção por parte dos gestores e auditores públicos.

Já com respeito a área da saúde, os resultados gerados pelo cálculo dos IQGPs evidenciaram que, normalmente, há maior número de municípios com boa qualidade do gasto público do que com má qualidade, abrangendo 52% dos municípios em 2016, resultado positivo, que evidencia que a maior parte das localidades mato-grossenses usa os seus recursos de maneira eficiente.

Assim como ocorreu na educação, ensino fundamental, na saúde também foi constatado relevante inconstância nos resultados de cada município ao longo dos anos investigados, os quais alternavam de posição no *ranking*, bem como de boa para má qualidade do gasto, ou vice-versa, ao longo dos anos, demonstrando uma dificuldade em manter os resultados. Uma possível causa é a dificuldade em gerir de maneira planejada, além da dependência financeira que os municípios possuem do estado e da União para financiar os serviços de saúde, aspectos que carecem maiores investigações.

Constatou-se que os municípios da faixa populacional de quarenta mil e um a cinquenta mil habitantes apresentou a melhor média ponderada por mais vezes. Tal resultado pode ser decorrente de uma dificuldade dos pequenos municípios atraírem profissionais da área de saúde, bem como pela inexpressiva quantidade de equipamentos e aparelhos médicos de alta tecnologia para uso em exames e procedimentos médicos, enquanto, por outro lado, as cidades maiores, por terem melhor aparelhamento e profissionais, recebem muitos doentes de outros municípios, sobrecarregando seus centros médicos e diminuindo sua eficiência. Alternativas estas que necessitam ser avaliadas em uma futura pesquisa científica.

Dentre os destaques negativos e positivos, considerando os municípios que ocuparam as dez piores e melhores posições no ranking no ano de 2016, destaca-se a participação da capital do estado, Cuiabá, dentre as piores, bem como o fato deste município ocupar posições ruins durante muitos anos. A cidade é a que possui o maior número de habitantes e a maior quantidade de recursos gastos com saúde, o que potencializa o efeito negativo do gasto gerando impacto na vida de centenas de milhares de pessoas. Por outro lado, entre os destaques positivos, o fato de 80% dos municípios já terem constado entre os melhores em anos anteriores, mostrando que estes conseguiram repetir o bom desempenho de anos passados e permaneceram mais tempo em posições de destaque.

Em contrapartida ao observado na área da educação, ensino fundamental, em que houve piora no índice dos municípios no primeiro e no último ano, na área de saúde 51,77% dos municípios conseguiram melhorar os seus respectivos desempenhos, indicando melhor qualidade do gasto em relação ao que apresentavam no passado. A evolução positiva do índice de qualidade de um município é essencial para o aperfeiçoamento da gestão pública, porém é ainda mais importante para a melhoria do bem-estar da sociedade.

Com base nessas constatações, é possível concluir que a qualidade do gasto público dos municípios mato-grossenses, em sua maior parte, é ineficiente na educação e eficiente na saúde; bem como há um piora na qualidade do gasto público em educação, ensino

fundamental, e uma melhora na função saúde ao longo do período, para a maior parte dos municípios pesquisados.

Entende-se que a pesquisa contribui para a melhoria da gestão pública, uma vez que ao indicar o desempenho de cada município, torna-se um alerta para que estes passem a monitorar tal índice, com base na sistematização aqui utilizada. Outro aspecto é que os municípios apontados como ineficientes, ao estarem cientes do seu desempenho, podem rever seus processos, tornando-os melhores e mais eficientes no futuro.

Ao indicar a qualidade do gasto público de cada cidade do estado de Mato Grosso, contribui-se, também, com os órgãos de controle externo, os quais tendem a cobrar cada dia mais que os entes públicos passem a apresentar bons desempenhos, que deixem de ser instituições burocráticas preocupadas apenas com o princípio da legalidade e passem a adotar gestão mais preocupada com os resultados, atendendo ao princípio da eficiência e sendo eficazes na prestação de serviços públicos de qualidade.

Esta pesquisa apresentou como limitações o fato de ter considerado como verídicos os dados disponibilizados pelos entes públicos, não realizando a auditoria dos mesmos, tornando possível que em caso destes terem sido informados incorretamente, os resultados sejam diferentes. Outra limitação é que não se avaliou o resultado de cada política pública realizada nos municípios pesquisados, políticas estas que, em algumas situações, podem ter seus efeitos percebidos no médio ou longo prazo, não sendo contemplados por esta investigação, tanto na área da educação, ensino fundamental, como de saúde. A avaliação do *benchmark* foi realizada comparando os municípios que compõem o estado de Mato Grosso, tornando-se possível que os resultados sejam alterados se incluir municípios de outros estados.

Como recomendação para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizadas pesquisas qualitativas que visem conhecer os principais fatores que proporcionam a eficiência e a ineficiência do gasto público, para que os municípios com má qualidade encontrem as causas do desempenho negativo e possam corrigir tais aspectos. Recomenda-se, também, que seja analisado o desempenho de cada município em sua microrregião, verificando se aspectos geográficos afetam os resultados, como constatado por Borges (2012). Uma terceira possível pesquisa futura é a avaliação da influência dos programas nacionais na qualidade de vida da população municipal, pois estes programas podem alterar a qualidade da saúde sem a ocorrência de gastos financeiros municipais.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balance crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. **Reforma do Estado e contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.
- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças Públicas, Democracia e *Accountability*: debate teórico e o caso brasileiro. **Anais**. XXIX Encontro da Anpocs, outubro de 2005.
- ABRUCIO, F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 41, pp. 67-86, 2007.
- AGRA, W. M. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ALONSO, A; LIMA, M.; ALMEIDA, R. de. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo**. São Paulo: SESC CEBRAP, 2016.
- ARAÚJO, J. A. de; MONTEIRO, V. B.; CAVALCANTE, C. A. **Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios do Ceará**. Economia do Ceará em Debate 2010. Fortaleza, p. 176-200, 2011.
- ARAÚJO, E. C.; PONTES, E. **Análise da Eficiência do Gasto Público com Saúde**. Word Bank Group. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/images/pdf/2017/maio/26/1.a-Banco-Mundial-Eficiencia-do-Gasto-com-Saude-CIT.pdf>>. Acessado em: 11 jun. 2018
- ARAÚJO NETO, L. M.; SERRANO, A. L. M.; ROSANO-PEÑA, C.; OLIVEIRA NETO, J. C. C.; MARCINIUK, F. L. Uma análise comparativa dos gastos públicos na esfera municipal de governo. **Anais**. XXIII Congresso Brasileiro de Custos, Porto de Galinhas, PE, novembro de 2016.
- ARRETCHE, M. A Descentralização como Condição de Governabilidade: solução ou miragem. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. XVI, n.39, p. 75-87, 1996.
- ÁZARA, L. N. Eficiência dos Municípios com Relação aos Gastos Públicos na Microrregião de Varginha/MG. 77 f. **Dissertação** (Mestrado). Mestrado em Administração Pública. Universidade Federal de Alfenas. 2016. Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/unifal/2016/103_unifal_2016_leiziane-neves-de-azara.pdf>. Acessado em: 10 dez 2017.
- BALDACCI, E.; GUIN-SUI, M. T.; DE MELLO, L. More on the effectiveness of public spending on health care and education: A covariance structure model. **Journal of International Development**, v. 15(6), p. 709-725, 2003.

BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. Some models for estimating technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

BENÍCIO, A. P.; RODOPOULOS, F. M. A.; BARDELLA, F. P. **Um retrato do gasto público no Brasil**: por que se buscar a eficiência. In: BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (Org.) Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.

BOGETOFT, P. **Performance benchmarking**. New York: Springer, 2012.

BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 159-179, 2011.

BORGES, M. F. Qualidade do Gasto Público Municipal: uma abordagem microrregional para o estado do Rio Grande do Sul. 171 f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25789>>. Acessado em: 17 dez 2017.

BORGES, R. N. Qualidade do Gasto Público em Educação e Saúde: uma análise microrregional em Goiás. 2012. 101 f. **Dissertação** (Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento Regional. Faculdades Alves Farias - ALFA, Goiânia, Goiás, 2012.

BORGES, E.F.; PEREIRA, J.M. Educação Fiscal e Eficiência Pública: um estudo das suas relações a partir da Gestão de Recursos Municipais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/download/1202/972>>. Acessado em: 20 nov 2017.

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. **Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2015.

BOXWELL, R. J. **Benchmarking for competitive advantage**. New York: McGraw-Hill, 1994.

BRAGA, M. V. de A. **Debruçando-se sobre a questão da qualidade do Gasto Público**. [S.l.], 05 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/debrucando-se-sobre-a-questao-da-qualidade-do-gastopublico/67687/>>. Acesso em: 15 out 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 dez 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784/99 de 29 de janeiro de 1999. **Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>. Acesso em 20 dez 2016.

BRASIL. Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e municípios: válido para o exercício de 2013. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional, 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 95**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acessado em: 26 fev. 2018

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma Gerencial e Legitimação do Estado Social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, p. 147-156, jan. - fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. São Paulo: FGV, 2006.

BRUGUÉ, J.; SUBIRATS, J. (Ed). **Lecturas de Gestión Pública**. Madri: INAP, 1996.

BRUNET, J. F.G.; BERTÉ, A. M. de A.; BORGES, C. B. **O gasto público no Brasil: entenda a qualidade do gasto público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRUNET, J. F. G.; BERTE, A. M. A.; BORGES, C. B. **Estudo comparativo das despesas públicas dos estados brasileiros: Um Índice de qualidade do gasto público**, Technical report, Secretaria do Tesouro Nacional, 2007.

CALADO, E. (Cord.). **Coletânea de conceitos básicos de finanças públicas para utilização na aplicação de recursos orçamentários nos projetos de extensão**. Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Amazonas, 2012. Disponível em: <<http://proexti.ufam.edu.br/formularios>>. Acessado em: 02 jan 2018.

CALDAS, R. W. (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CALDERÓN, F. **Investir em educação é investir em qualidade de vida**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/05/actualidad/1496619620_234571.html>. Acessado em: 18 jun. 2018

CAMP, R. C. **Benchmarking: the search for industry best practices that lead to superior performance**. University Park, Il: Productivity Press, 2007.

CAMPANÁRIO, M. A.; SILVA, M. M. **Fundamentos de uma nova política industrial**. In: FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. (Org.). Política industrial 1. São Paulo: Publifolha, 2004. v.1: p. 13-45. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialregulacao/pagina_3.asp>. Acesso em: 05 jan 2018.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. **Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos?** Texto para discussão n° 781, IPEA, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>>. Acessado em: 03 nov 2017.

CARD, D.; KRUEGER, A. B. Labor market effects of school quality: theory and evidence. In G. Burtless, **The effect of school resources on student achievement and adult success** (p. 97-140). Washington, DC: Brookings Institution. 1996.

CASTRO, C. Política fiscal e crescimento econômico. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 3, n. 5/6, p. 87-118, 2006.

CASTRO, L. A. O. A Teoria da Escolha Pública Aplicada às Políticas Públicas de Transporte Urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 80 f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa. Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/4052>>. Acessado em: 20 dez 2018.

CHARLES, A.; COOPER, W.W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, issue 2, p. 429-444, 1978.

CHAVES, R. S. A qualidade do gasto público no Brasil: propostas para melhoria. **Boletim de Orçamento e Finanças**. Curitiba: Governet, v. 3, n. 29, p. 845-855, set. 2007.

CIENA, F. P. A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa. 301 f. **Tese** (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRUZ, R. E. da. **O Financiamento da Educação Pública no Brasil**. In: COUTINHO, A. F. (Org.). Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública. São Luís: EDUFMA, 2009.

CUNHA, C. et al. **O MEC pós-Constituição**. Brasília: Liber Livro, 2016

DANA, S. **Investir em educação aumenta a riqueza de um país?** Nobel de Economia responde. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/investir-em-educacao-aumenta-riqueza-de-um-pais-nobel-de-economia-responde.html>>. Acessado em: 20 jun. 2018

DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. **Journal of Monetary Economics**, v. 37, n. 2, p. 313-344, 1996.

DIAS, M. A. James Buchanan e a política na escolha pública. **Revista Ponto-e-Vírgula**, v. 6, p. 201-217, 2009.

DIAS, E. J. P.; SILVA, L. M. F. Indicadores de qualidade dos Gastos Públicos dos municípios da Região Norte do Brasil na área da educação. 2013. **Revista Periódica da Faculdade de Belém** v. 2, n. 2, p. 57-83, jul./dez.2013. Disponível em: <<http://www.fabelnet.com.br/portal/images/ensinagem/volume-4/INDICADORES%20DE%20QUALIDADE%20DOS%20GASTOS.pdf>>. Acessado em: 20 fev. 2018

DOMICIANO, F. L.; ALMEIDA, A. T. C. Gastos Públicos Municipais e os resultados do IDEB: evidências para os municípios paraibanos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 44-64, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/27512>>. Acessado em: 17 dez 2017.

DRUCKER, P. F. **Introdução à administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. de M.; SILVA, S. J. da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 155-177, 2008.

FERNANDES, J. L. T.; SILVA, C. A. T. **Indicadores para a avaliação da Gestão das Universidades Federais Brasileiras**: um estudo da influência dos gastos sobre a qualidade das atividades acadêmicas do período de 1998-2006. Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIVPremio/qualidade/2qualidadeXIVPTN/Monografia_Tema4_Jose_Lucio.pdf>. Acessado em: 18 ago 2017.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, L. B.; CHAGAS, S. O. A corrupção como cláusula de barreira ao acesso às licitações públicas: planejamento, finanças e controle: dificuldades das microempresas em contratar com o poder público. **Ideias & Inovação**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 69-78, Abril, 2017.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, R. L. M. Eficiência em órgãos públicos: uma proposta de indicadores. 2008. 87 f. **Dissertação** (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Curso de Mestrado em Administração Pública, Rio de Janeiro, 2008.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GODINHO, G. **Evolução do Gasto em Saúde nos Municípios Brasileiros**. 2014. Artigo. 40 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas – UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106446>>. Acessado em: 11 jun. 2018

GOMES, E. C. da S. **O Direito dos gastos públicos no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2015.

GONÇALVES, E. de A. Gastos Públicos com a Educação Superior: evolução dos gastos federais com a Universidade de Brasília entre 2003 e 2010, 2013. **Dissertação** (Mestrado). Mestrado Profissionalizante em Economia do Programa Pós- Graduação em Economia da Universidade de Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14050/1/2013_ElizaniaAraujoGoncalves.pdf>. Acessado em 11 nov 2017.

GOSMES, E. **População cresce em 80% das cidades:** Em 70 cidades o número de habitantes é inferior a 10 mil, em 12 não chega a três mil e 29 ficaram menores nos últimos sete anos. *Diário de Cuiabá*. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=507409>>. Acessado em: 30 mai. 2018.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, Â. R.; TAVARES, T. M. O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 45-58, jan/abr. 2009.

GREENE, W.H. A Gamma-Distributed Stochastic Frontier Model. *Journal of Econometrics*, v. 46, p. 141-164, 1990.

GUPTA, S.; VERHOEVEN, M.; TIONGSON, E. The effectiveness of government spending on education and health care in developing and transition economies. *European Journal of Political Economy*, 18(4), 717–737, Also reprinted in Gupta, S., Clements, B., & Inchauste G. (Eds.) (2004). *Helping countries develop: The role of fiscal policy* (pp. 184–212). Washington, DC: International Monetary Fund, 2002.

HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

HAQUE, M. S. The diminishing publicness of public servk e under the current mode of governance. *Public Administration Review*, v. 61(1), p. 65-82, January/February, 2001.

IBARRA, J.; SANDOVAL, A.; SOTRES, L. Variables que explican el desempeño de los gobiernos estatales mexicanos. *Gestión y Política Pública*, México, v. 14, n. 1, p. 169-196, 2005.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB** – Resultados e Metas. 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acessado em: 19 jun. 2018.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Desenvolvimento Fiscal**, Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos - Dirur. - v. 3, 2006.

JANNUZZI, C. S. C.; FALSARELLA, O. M.; SUGAHARA, C. R. **Gestão do conhecimento:** um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.21, n.1, p.97-118, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00097.pdf>>. Acessado em: 13 jun. 2018.

KUOSMANEN, T.; KORTELAJINEN, M. Stochastic non-smooth envelopment of data: semiparametric frontier estimation subject to shape constraints. *Journal of Productivity Analysis*, v. 38, n. 1, p. 11-28, 2012.

LIMA, L. D. Federalismo fiscal e financiamento descentralizado do SUS: balanço de uma década expandida. *Trab Educ Saude*, v. 6, n. 3, p. 573-597, 2009.

LOPES, M. C. M. Análise da Eficiência do Gasto Público em Educação para os Municípios Brasileiros. 44 f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147401>>. Acessado em: 18 nov 2017.

LOVELL, C. Production Frontiers and Productive Efficiency. In: FRIED, H.; LOVELL, C.; SCHMIDT, S. (Ed.). **The measurement of productive efficiency: techniques and applications**. New York: Oxford University Press, 1993.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPPPEL, N. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 2, abr.-jun. 2015.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPPPEL, N. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do estado de Santa Catarina. **XXXVI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ. 2012.

MAIA, A.; VALLE, A.; FROSSARD, L. B. M.; CAMPOS, L. K.; MÉLO, L.; CARVALHO, M. A. B. **A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil**: propostas práticas para alcançar este objetivo. In: II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – Painel 32: Qualidade do gasto público II, 2013. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-MELHORIA-DA-QUALIDADE-DO-GASTO-P%C3%90BLICO-NO-BRASIL-PROPOSTAS-PR%C3%81TICAS-PARA-ALCAN%C3%87AR-ESTE-OBJETIVO1.pdf>>. Acessado em: 15 out 2017.

MALENA, D. C. C. Q.; BATISTA FILHO, J. A.; OLIVEIRA, J. H.; CASTRO, D. T. **Análise situacional da eficiência do gasto público com despesas administrativas no governo do estado do Tocantins**. Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF–16 17 e 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/847/1/C6_TP_AN%C3%81LISE%20SITUACIONAL%20DA%20EFICI%C3%82NCIA.pdf>. Acessado em: 09 dez 2017.

MANZOOR, A. **A Look at Efficiency in Public Administration: past and future**. SAGE Open, p. 1-5, October-December 2014.

MARTINS, A. L.; BARBOSA, V. L. **Qualidade do Gasto Público em Educação**: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte baseada no Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP). 2015. Disponível em: <http://www.convibra.com/upload/paper/2017/38/2017_38_13710.pdf>. Acessado em: 20 nov 2017.

MATOS, P. R. F. Análise do impacto das fontes alternativas de financiamento na eficiência e na produtividade dos entes federativos subnacionais no Brasil após a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 482-508, 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAZON, L. M; MASCARENHAS, L. P. G.; DALLABRIDA, V. R. **Eficiência dos gastos públicos em saúde**: desafio para municípios de Santa Catarina, Brasil. 2015. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.1, p.23-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902015000100023&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 11 jun. 2018

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 35 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2016

MENDES, M. **Como o gasto público elevado desequilibra a economia brasileira**. Brasil Economia e Governo, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economiagoverno.org.br/2011/07/04/como-o-gasto-publico-elevado-desequilibra-a-economiabrasileira/>>. Acessado em: 23 out 2017.

MENDES, J. T. Liberalização e Universalização: tendências do *welfare state* brasileiro após a Constituição Federal de 1988. 2017. 102 f. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-RIO, Pontifícia Universidade Católica, 2017.

MENDES, M. **Gasto público eficiente**: propostas para o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Instituto Braudel, 2006.

MICHAELOWA, K. Returns to education in Low Income Countries: Evidence for Africa. In **Annual meeting of the Committee on Developing Countries of the German Economic Association**, German. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Ideb** – Apresentação. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acessado em: 10 jun. 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – (PMAQ)**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/3183>>. Acessado em 12 jun. 2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Planejamento e Investimento**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t9147>>. Acessado em: 10 de out de 2017.

MORENO, H. H. F; SILVA, G. B. **O princípio da publicidade na administração pública**. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170712145555.pdf>. Acessado em: 04 dez 2017.

MOTTA, A. R. O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norteamericano e brasileiro. 2010. 189 f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas-SP, 2010.

MUELLER, D. C. Public Choice II: a revised edition of public choice. Cambridge, Cambridge University Press. 1989. In: James Buchanan e a “política” na escolha pública. DIAS, M. A. **Revista Ponto-e-Vírgula**, v. 6, p. 201-217, 2009.

NORONHA, K. V. M. S.; ANDRADE, M. V. **A importância da saúde como um dos determinantes da distribuição de rendimentos e pobreza no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A136.pdf>>. Acessado em: 24 jun. 2018.

NOVARA, E.; BENEVIDES, E. E.; COELHO JÚNIOR, A. G.; BULOS, P. F. **Pobreza e Patrimônio: a comunidade II**. Belo Horizonte, 2003.

NUINTIN, A. A. Eficiência da aplicação de recursos públicos nas universidades federais. 2014. 170 f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/3155/1/TESE_Efici%C3%A2ncia%20da%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%20p%C3%BAblicos%20nas%20universidades%20federais.pdf>. Acessado em: 13 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás, 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acessado em: 15 dez 2017.

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração Estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, G. G. Proposição de um sistema de informação de *benchmarking* para empresas desenvolvedoras de produtos. 2017. **Tese** (Doutorado). 322 f. Programa de Pós-Graduação em Design. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158239>>. Acessado em: 20 dez 2018.

PALUDO, A. V. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PASCARELLI FILHO, M. **A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança**. São Paulo: DVS, 2011.

PEÑA, C. R.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; DAHER, C. Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios goianos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, p. 845-865, 2012.

PEREIRA, P. T. A Teoria da Escolha Pública (public choice): uma abordagem neo-liberal? **Análise Social**, v. 32, n. 2, p. 419-442, 1997.

PEREIRA, J. G.; RAIMUNDO, T. A. **O Princípio da Moralidade Administrativa**. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170601132509.pdf>. Acessado em: 04 dez 2017.

PIERRE, J. Reinventing governance, reinventing democracy? **Policy & Politics**, v. 37, n. 4, p. 591-609, 2009.

PINHEIRO, A. L. S.; ANDRADE, K. T. S.; SILVA, D. O.; ZACHARIAS, F. C. M.; GOMIDE, M. F. S.; PINTO, I. C. **Gestão da Saúde: o uso dos sistemas de informação e o**

compartilhamento de conhecimento para tomada de decisão. *Texto Contexto Enferm*, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n3/pt_0104-0707-tce-25-03-3440015.pdf>. Acessado em: 12 jun. 2018.

RAY, S.C. **Data Envelopment Analysis: theory and techniques for Economics and Operation Research**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

REUTER, C. L. O.; SANTOS, V. C. F.; BOTTEGA, C.G.; ROESE, A. **Práticas de monitoramento na gestão municipal em saúde e uma interface com a enfermagem**. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37nspe/0102-6933-rgenf-1983-14472016esp2016-0019.pdf>>. Acessado em: 12 jun. 2018.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau-SC, v. 1, n. 1, p.1-2, 2005.

RIBEIRO, M. B.; JÚNIOR, W. R. **Eficiência do Gasto Público na América Latina**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Boletim de Desenvolvimento Fiscal 03. Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos – Dirur. Dezembro de 2006.

RIBEIRO, M. B. **Desempenho e eficiência do gasto público**: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

ROCHA, F. Ajuste Fiscal, composição de gasto público e crescimento econômico. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente**: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do Gasto Público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, 2007.

RODRIGUES, M. Â. V. Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, L. S. A. **Novos caminhos da administração pública no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K222414.pdf>. Acessado em: 10 mar. 2017.

RUTGERS, M. R.; VAN DER MEER, H. The origins and restriction of efficiency in public administration: regaining efficiency as the core value of public administration. **Administration & Society**, v. 42, p. 755-779, 2010.

SANCHEZ, O. A. Os controles internos da administração pública: a e-governança e a construção de controles no governo do estado de São Paulo. **Tese (Doutorado)**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

SANTOS, R. **Presidente do CNS debate financiamento SUS no 3º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/05maio04_PresidenteCNS_financiamento_SUS_3CBPPGsaude.html>. Acessado em 26 fev. 2018

SANTOS, T. M. Qualidade do Gasto no Setor Público: um estudo na Fundação Universidade de Brasília. 2015. 94 f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/18987>>. Acessado em: 17 dez 2017.

SANTOS, É. G. F. de A. Uma Avaliação Comparativa da Eficiência dos Gastos Públicos com Saúde nos Municípios brasileiros. 2008. **Dissertação** (Mestrado), Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-13012009-152753/pt-br.php>>. Acessado em: 26 dez 2016.

SAVIAN, P. G. S.; BEZERRA, F. M. Análise de Eficiência dos Gastos Públicos com Educação no Ensino Fundamental no Estado do Paraná. **Economia & Região**, 1: 26-47, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO – SEPLAN. **Estudos e Informações**: PIB Mato Grosso e Municípios. Disponível em <http://www.seplan.mt.gov.br/-/3934855-pib-mato-grosso-e-municipios?ciclo=cv_gestao_inf>. Acessado em: 28 mai 2018

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, R. A. Evolução e dinâmica dos gastos do governo federal brasileiro no período 1995-2005. 2007, 92 f. **Dissertação** (Mestrado). Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3413/1/2007_RomildoAraujodaSilva.pdf>. Acessos em: 09 out. 2017.

SILVA FILHO, L. A. **Análise Multidimensional do Gasto Público nos Municípios Cearenses**. 2012. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1378>. Acessado em: 25 nov 2017.

SILVA, T. S.; LIMA, A. A. T. F. C.; GOMIDE, C. S. A. Inovação na Administração Pública: um meta-estudo dos anais do ENANPAD. **Revista Capital Científico** – Eletrônica (RCCe). v. 15, n. 1, Janeiro/Março 2017.

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. **Indicadores Municipais**: população por ano segundo municípios. Disponível em: <<http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/tabcgi.exe?SIOPS/serhist/municipio/indicMT.def>>. Acessado em: 30 mai. 2018

SOARES, W; MEIRELLES, E. **Por que o Brasil precisa investir mais em Educação?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2780/por-que-o-brasil-precisa-investir-mais-em-educacao>>. Acessado em: 21 jun. 2018.

SOUSA, T. R. V.; LEITE FILHO, P. A. M. Análise por dados em painel do status de saúde no Nordeste Brasileiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 5, p. 796-804, 2008.

STAPENHURST, T. **The benchmarking book: a how-to-guide to best practice for managers and practitioners**. Boston: Elsevier/Butterworth-Heinemann, 2009.

TÁMEZ, C. A.; MORAES, J. J. **Finanças Públicas: teoria e mais de 350 questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 20 dez 2017.

TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. A influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v. 15, n. 1, Janeiro/Março 2017.

TESOURO NACIONAL. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=d>>. Acessado em: 11 dez 2017.

TIRONI, L.; SILVA, L.; VIANNA, S.; MÉDICI, A. **Critérios para Geração de indicadores de Qualidade e Produtividade no Serviço Público**. IPEA texto para discussão nº 238, Brasília, outubro de 1991. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0238.pdf>. Acessado em: 27 ago 2017.

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. **Government failure: a primer in public choice**. Cato Institute, 2002.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Brasil fez avanços graduais na educação, mas ainda busca cumprir objetivos de 1988**. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/17-05-2018-13-45-brasil-fez-avancos-graduais-na-educacao-mas-ainda-busca-cumprir-objetivos-de-1988>>. Acessado em: 30 mai. 2018

VARELA, P. S. Financiamento e controladoria dos municípios paulistas no setor saúde: uma avaliação efetiva. 2008. 223 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19012009.../Tese_Patricia.pdf>. Acessado em: 23 fev. 2018

VARELA ALVÁREZ, E. J. **Las Administraciones Públicas Contemporáneas em Espanha: una visión multidisciplinar desde el Estado de Las Autonomias**. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo Atlas, 2014.

VILLELA, R. A qualidade do gasto público. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 3, n. 18, p. 22, jan. 2006.

WELCH, J. **Coletânea de melhores práticas de Gestão do Gasto Público**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Federal. Brasília, maio de 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/prog_eficiencia/Coletanea_Melhores_Praticas.pdf>. Acessado em: 10 nov 2017.

WINSTEN, C. Discussion on Mr. Farrell's Paper. *Journal of the Royal Statistical Society*, Series A, General, 120, p. 282-284, 1957.

APÊNDICE A - Declaração do autor

Durante a realização desta pesquisa o autor ocupou o cargo efetivo de auditor público interno, no Poder Legislativo, em um município do interior do estado de Mato Grosso, porém, não houve nenhum conflito de interesse na realização da mesma.

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(*Continua*)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
Acorizal	-3,96	19	0,03	76	0,25	106	-1,70	39	-0,06	73	0,53	94
Água Boa	4,24	107	-0,34	50	2,14	31	1,52	95	-0,35	53	1,79	31
Alta Floresta	1,00	82	4,37	121	0,68	80	1,13	87	5,44	121	0,72	78
Alto Araguaia	-2,61	29	-0,02	70	0,41	96	0,83	85	-0,36	50	1,70	33
Alto Boa Vista	2,53	99	-0,35	49	2,02	34	2,68	107	-0,33	54	1,98	30
Alto Garças	33,56	120	-0,67	12	10,00	8	0,01	72	-0,42	46	1,57	38
Alto Paraguai	-1,63	45	-0,19	58	0,78	76	-2,05	32	-0,41	48	0,67	82
Alto taquari	4,19	106	-0,50	29	3,66	22	2,07	101	-0,73	21	4,81	14
Apiacás	-3,00	27	-0,68	11	2,45	28	-1,11	51	-1,00	3	17,00	4
Araguaiana	4,64	108	-0,50	30	3,60	23	-57,62	1	-0,36	51	0,02	122
Araputanga	21,43	118	0,21	93	1,27	46	-2,31	30	0,32	94	0,32	102
Arenápolis	-1,10	51	8,45	122	0,42	95	-20,38	5	5,54	122	0,04	119
Aripuanã	3,22	103	0,58	112	0,92	66	-0,05	70	0,91	108	0,65	88
Barão de Melgaço	-3,39	21	0,23	96	0,22	110	-4,63	17	0,07	82	0,21	111
Barra do Bugres	-2,35	32	0,07	78	0,41	97	-0,36	63	-0,16	64	0,98	63
Barra do Garças	-0,68	54	0,99	115	0,47	91	-1,30	47	0,86	106	0,44	98
Bom Jesus do Araguaia	10,65	116	0,66	113	1,03	58	-7,09	12	-0,82	16	0,75	77
Brasnorte	-1,95	39	-0,01	73	0,53	87	-2,02	34	0,94	109	0,31	103
Cáceres	-2,01	38	-0,44	40	0,95	62	-1,22	48	-0,30	55	0,87	67
Campinápolis	-2,21	34	0,05	77	0,44	93	-0,35	64	0,75	104	0,62	90

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
Campo Novo do Parecis	-11,16	5	-0,38	46	0,11	114	-4,79	16	-0,20	62	0,26	108
Campo Verde	0,34	72	-0,24	56	1,29	45	2,29	103	-0,93	7	14,71	5
Campos de Júlio	10,00	115	-0,78	5	23,00	3	3,26	113	-0,67	27	4,19	15
Canarana	0,97	81	-0,49	33	2,45	29	-2,20	31	-0,97	5	6,20	11
Carlinda	0,23	70	-0,62	14	5,00	15	0,65	82	-0,69	23	3,57	19
Castanheira	-10,98	6	-0,10	65	0,09	116	-0,59	59	0,52	99	0,60	92
Chapada dos Guimarães	63,63	121	-0,06	67	1,81	36	-1,34	46	-0,46	43	1,07	56
Cláudia	-0,09	61	-0,08	66	0,92	65	-3,04	20	0,14	88	0,23	110
Cocalinho	24,31	119	0,42	108	1,10	54	-0,50	61	0,59	101	0,60	91
Colíder	-10,02	7	0,22	95	0,07	118	-0,87	54	0,09	83	0,65	86
Colniza	-1,91	41	0,40	106	0,39	98	-1,50	43	0,35	95	0,45	96
Comodoro	0,16	68	-0,51	27	2,52	27	0,75	84	-0,72	22	3,82	17
Confresa	-0,84	53	0,30	100	0,53	88	-1,46	44	-0,26	57	0,77	75
Cotriguaçu	-3,28	25	-0,02	71	0,35	100	-1,41	45	-0,64	30	1,50	41
Cuiabá	5,85	111	0,25	97	1,14	51	1,26	90	0,02	78	1,15	50
Cuverlândia	-4,19	18	0,01	75	0,24	107	7,38	118	0,46	97	1,22	45
Denise	-1,77	44	0,16	90	0,49	90	0,23	76	-0,12	69	1,10	52
Diamantino	-4,59	17	-0,17	60	0,28	103	4,72	116	-0,02	77	1,51	40
Dom Aquino	0,02	66	1,94	120	0,55	85	0,86	86	2,39	120	0,72	79
Feliz Natal	0,08	67	1,01	116	0,58	84	-2,42	28	0,64	102	0,27	106
Figueirópolis D'Oeste	0,19	69	0,13	85	0,81	75	-0,69	55	-0,62	33	1,67	34
Gaúcha do Norte	-0,04	63	-0,01	72	0,88	71	-0,63	56	0,13	86	0,65	85

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
Glória D'Oeste	1,46	87	0,09	81	1,07	56	1,28	91	1,67	118	0,77	76
Guarantã do Norte	-1,27	47	0,18	91	0,52	89	0,32	80	0,49	98	0,82	71
Indiavaí	0,55	77	-0,12	63	1,22	49	-7,45	11	0,13	87	0,13	113
Ipiranga do Norte	3,98	105	-0,36	48	2,19	30	0,73	83	0,04	81	1,02	60
Itanhangá	-5,97	11	-0,45	37	0,30	102	4,41	115	-0,95	6	19,17	3
Itaúba	1,49	88	-0,51	25	3,52	24	-2,97	23	-0,21	61	0,38	100
Itiquira	-0,58	56	0,21	92	0,61	82	-21,47	4	0,99	110	0,04	120
Jaciara	0,90	79	-0,56	19	4,16	18	0,31	79	-0,85	14	5,64	13
Jangada	9,39	114	-0,53	22	5,18	13	-3,03	22	-0,62	34	0,65	89
Jauru	1,96	95	-0,84	2	47,50	2	1,14	88	-0,91	8	11,00	6
Juara	1,06	83	-0,67	13	6,38	9	2,48	105	-0,54	36	2,92	23
Juína	0,55	76	-0,58	15	5,07	14	6,59	117	-0,81	17	6,88	9
Juruena	0,68	78	-0,54	21	3,71	20	1,82	99	-0,49	41	2,41	27
Juscimeira	-1,40	46	0,43	109	0,42	94	-0,45	62	1,55	116	0,53	93
Lambari D'Oeste	-5,09	13	-0,68	10	1,30	43	-2,00	35	-0,78	20	1,75	32
Lucas do Rio Verde	-0,03	64	-0,13	62	1,03	57	2,88	110	-0,84	15	7,33	8
Luciara	-5,21	12	-0,79	3	4,00	19	-4,25	18	-0,67	26	0,69	80
Marcelândia	-0,27	57	-0,19	59	0,97	61	-0,13	67	-0,27	56	1,20	46
Matupá	2,02	96	-0,72	6	16,00	5	-1,65	40	-0,97	4	10,00	7
Mirassol D'Oeste	2,07	97	0,07	79	1,23	48	1,48	94	-0,10	71	1,32	43
Nobres	1,17	86	-0,26	55	1,56	38	0,06	73	-0,11	70	1,04	57
Nortelândia	1,59	90	-0,14	61	1,48	39	3,08	111	-0,54	37	3,00	21

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
Nossa Senhora do Livramento	-1,95	40	-0,49	31	1,29	44	11,56	119	-0,06	74	1,61	37
Nova Bandeirantes	-1,22	49	-0,53	23	2,13	32	-0,56	60	-0,91	9	6,67	10
Nova Canaã do Norte	3,03	102	0,22	94	1,09	55	1,97	100	0,88	107	0,93	64
Nova Guarita	-4,97	14	-0,11	64	0,22	111	-0,61	58	0,10	85	0,68	81
Nova Lacerda	-4,77	15	1,05	117	0,13	112	-1,16	50	1,25	113	0,44	99
Nova Maringá	2,84	101	-1,03	1	101,0	1	-1,95	36	-0,59	35	1,03	58
Nova Monte Verde	0,91	80	-0,41	43	1,86	35	-3,04	21	-0,63	32	0,66	83
Nova Mutum	-3,87	20	0,12	84	0,24	108	-6,38	14	1,77	119	0,12	114
Nova Olímpia	-1,26	48	-0,27	53	0,91	69	-0,63	57	-0,91	10	5,70	12
Nova Santa Helena	0,24	71	-0,47	35	2,03	33	2,87	109	-0,13	67	1,63	36
Nova Ubiratã	-2,47	31	-0,19	57	0,54	86	0,28	77	-0,17	63	1,22	44
Nova Xavantina	-0,20	59	-0,29	52	1,13	52	-0,09	68	-0,05	75	0,91	65
Novo Horizonte do Norte	6,91	113	-0,45	38	2,97	25	1,64	96	-1,13	1	96,00	1
Novo Mundo	5,02	110	1,18	118	0,93	64	-2,63	25	0,84	105	0,24	109
Novo São Joaquim	-0,89	52	-0,33	51	1,02	59	-0,03	71	-0,41	47	1,51	39
Paranaíta	2,22	98	0,40	107	0,92	67	1,38	93	1,49	115	0,81	72
Paranatinga	-20,72	3	0,46	111	0,03	121	3,25	112	-0,48	42	2,67	25
Pedra Preta	-2,51	30	0,14	86	0,35	101	3,48	114	0,74	103	1,11	51
Peixoto de Azevedo	-1,79	43	-0,45	39	1,10	53	-1,80	37	-0,64	31	1,19	47
Planalto da Serra	1,15	85	0,45	110	0,77	77	-0,32	65	0,10	84	0,77	74
Poconé	-0,26	58	-0,37	47	1,23	47	-1,59	41	-0,53	38	1,08	55
Pontal do Araguaia	1,08	84	0,16	89	0,94	63	-1,05	52	0,04	80	0,65	87

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
Ponte Branca	1,94	94	-0,46	36	2,61	26	2,16	102	1,65	117	0,87	68
Pontes e Lacerda	-2,20	35	0,27	98	0,36	99	0,50	81	-0,12	68	1,19	48
Porto Alegre do Norte	2,60	100	-0,56	17	5,88	11	0,30	78	0,18	89	0,88	66
Porto dos Gaúchos	15,80	117	-0,50	28	4,18	17	2,74	108	-0,51	39	2,77	24
Porto Esperidião	0,55	75	0,14	88	0,85	73	2,65	106	-0,50	40	2,65	26
Porto Estrela	96,08	122	-0,70	9	13,56	7	-8,25	10	-0,86	12	0,83	69
Poxoréo	-4,73	16	-0,57	16	1,00	60	2,36	104	-0,42	45	2,31	28
Primavera do Leste	-2,23	33	1,18	119	0,28	104	-9,58	9	1,32	114	0,08	117
Querência	-0,16	60	-0,03	69	0,87	72	-49,32	2	-0,43	44	0,05	118
Reserva do Cabaçal	-3,34	23	0,28	99	0,23	109	1,67	97	-0,67	24	4,04	16
Rio Branco	1,88	93	0,33	102	0,91	68	-0,15	66	-0,21	60	1,10	53
Rondolândia	-11,19	4	0,11	82	0,05	119	-9,97	8	0,57	100	0,08	116
Rondonópolis	1,83	91	-0,05	68	1,34	42	-0,94	53	-0,35	52	1,02	61
Salto do Céu	1,54	89	-0,52	24	3,71	21	1,17	89	-0,66	28	3,18	20
Santa Carmem	-0,01	65	0,14	87	0,75	78	-1,57	42	0,28	92	0,46	95
Santa Cruz do Xingu	-0,68	55	-0,49	32	1,72	37	-1,72	38	-0,86	13	2,92	22
Santa Rita do Trivelato	0,52	74	0,39	105	0,70	79	0,17	75	0,29	93	0,81	73
Santa Terezinha	3,70	104	-0,71	7	14,86	6	13,68	120	-0,25	58	2,07	29
Santo Antônio do Leverger	-6,91	9	0,01	74	0,12	113	-5,28	15	-0,03	76	0,20	112
São Felix do Araguaia	-2,72	28	-0,55	20	1,40	41	0,17	74	-0,09	72	1,03	59
São José do Rio Claro	-3,37	22	0,12	83	0,27	105	-2,04	33	0,22	91	0,36	101
São José do Xingu	-1,21	50	-0,49	34	1,47	40	-11,01	7	-0,67	25	0,28	105

APÊNDICE B – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2009 e 2011
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2009	Pontos	Índice Insumo 2009	Pontos	IQGP 2009	Ranking	Índice Bem-Estar 2011	Pontos	Índice Insumo 2011	Pontos	IQGP 2011	Ranking
São José dos Quatro Marcos	-0,05	62	-0,26	54	1,15	50	-27,75	3	0,19	90	0,03	121
São Pedro da Cipa	-91,97	1	0,94	114	0,01	122	28,68	121	1,07	111	1,09	54
Sapezal	-6,86	10	0,34	103	0,10	115	-16,53	6	-0,13	66	0,09	115
Sinop	-1,86	42	-0,70	8	5,25	12	-6,68	13	-0,87	11	1,18	49
Sorriso	-2,13	36	-0,39	44	0,82	74	-3,54	19	-0,64	29	0,66	84
Tabaporã	1,84	92	0,39	104	0,88	70	1,28	92	1,17	112	0,82	70
Tangara da Serra	-44,17	2	-0,39	45	0,04	120	-2,51	27	-0,80	18	1,50	42
Tapurah	6,44	112	-0,51	26	4,31	16	1,76	98	-0,21	59	1,66	35
Terra Nova do Norte	4,84	109	-0,56	18	6,06	10	35,27	122	-1,06	2	61,00	2
Torixoréu	-8,54	8	0,31	101	0,08	117	-2,85	24	0,02	79	0,30	104
Várzea Grande	-3,29	24	-0,43	41	0,59	83	-2,34	29	-0,14	65	0,45	97
Vera	-3,04	26	-0,42	42	0,62	81	-1,18	49	-0,40	49	1,00	62
Vila Bela da Santíssima Trindade	-2,10	37	0,09	80	0,46	92	-2,55	26	0,40	96	0,27	107
Vila rica	0,41	73	-0,79	4	18,25	4	-0,07	69	-0,80	19	3,63	18

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(*Continua*)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Acorizal	4,84	117	0,27	93	1,26	47	-1,57	42	-0,20	60	0,70	72
Água Boa	-0,27	65	-0,53	37	1,76	35	2,26	107	-0,87	16	6,69	11
Alta Floresta	1,97	103	4,60	122	0,84	72	0,60	82	5,80	122	0,67	74
Alto Araguaia	-0,61	59	0,00	78	0,76	75	1,46	94	0,54	96	0,98	58
Alto Boa Vista	-1,90	37	-0,46	43	0,86	69	-4,69	16	-0,27	53	0,30	105
Alto Garças	1,26	98	-0,72	26	3,77	15	-6,09	10	-0,84	20	0,50	93
Alto Paraguai	-0,47	62	-0,26	57	1,09	54	13,60	121	-0,86	17	7,12	10
Alto Taquari	1,41	99	-1,01	11	9,00	5	-1,15	48	-0,84	21	2,29	26
Apiacás	-3,36	23	-1,14	6	3,83	14	0,46	79	-0,91	12	6,58	12
Araguaiana	-3,67	22	-0,75	22	1,00	62	-4,80	15	0,35	92	0,16	115
Araputanga	-1,84	40	0,57	99	0,40	103	0,13	73	-0,37	45	1,62	38
Arenápolis	2,49	109	1,66	114	0,96	64	-0,28	64	3,09	121	0,53	92
Aripuanã	0,39	81	0,02	80	1,01	59	-0,10	67	1,40	114	0,59	86
Barão de Melgaço	0,02	71	-0,29	55	1,29	46	-4,97	14	-0,19	61	0,23	109
Barra do Bugres	-6,15	11	-0,98	13	0,85	71	2,10	106	-0,90	13	8,15	9
Barra do Garças	0,08	73	1,28	110	0,66	81	0,49	81	0,40	94	0,86	63
Bom Jesus do Araguaia	-3,99	19	-0,30	53	0,36	105	-4,14	21	-0,30	50	0,42	95
Brasnorte	-3,93	20	0,58	100	0,20	112	-1,41	46	0,10	82	0,56	90
Cáceres	-2,14	34	-0,16	66	0,52	95	-2,02	35	-0,36	46	0,76	68
Campinápolis	-1,48	46	0,05	84	0,55	90	-3,51	27	1,15	107	0,25	108
Campo Novo do Parecis	-2,37	31	3,71	121	0,26	110	-4,63	17	0,72	101	0,17	114
Campo Verde	2,02	104	-0,75	24	4,33	11	0,64	83	-1,08	5	16,60	4

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Campos de Júlio	4,54	114	-0,94	18	6,33	8	1,34	90	-0,93	11	8,18	8
Canarana	0,03	72	-1,40	2	36,00	2	-8,71	4	-1,12	4	1,00	57
Carlinda	2,27	107	-0,63	31	3,45	17	1,95	104	-0,31	48	2,17	29
Castanheira	-1,98	35	2,00	116	0,30	107	0,11	72	2,30	120	0,60	85
Chapada dos Guimarães	-0,86	57	-0,01	77	0,74	76	-0,81	55	-0,29	52	1,06	51
Cláudia	0,36	80	0,19	89	0,90	66	0,72	85	0,52	95	0,89	60
Cocalinho	-266,42	1	0,03	82	0,01	122	-4,39	20	-0,05	75	0,27	107
Colíder	1,06	91	-0,23	59	1,54	39	-0,05	69	-0,63	35	1,97	30
Colniza	-0,10	68	-0,08	69	0,99	63	-0,42	61	0,26	89	0,69	73
Comodoro	-0,10	67	-0,02	74	0,91	65	-1,55	44	-0,74	27	1,63	37
Confresa	-2,18	32	-0,21	61	0,52	93	-1,58	41	-2,02	1	41,00	2
Cotriguaçu	-0,34	64	-0,18	63	1,02	58	1,56	96	-0,70	33	2,91	23
Cuiabá	0,41	82	2,44	120	0,68	78	1,64	99	-0,06	73	1,36	44
Cuverlândia	22,74	120	-0,32	50	2,40	26	4,32	117	-0,11	68	1,72	36
Denise	1,10	94	-0,48	41	2,29	28	0,28	78	-0,47	43	1,81	32
Diamantino	0,80	86	-0,33	48	1,79	33	2,58	111	-0,73	28	3,96	19
Dom Aquino	-0,21	66	1,58	113	0,58	87	2,47	109	0,96	104	1,05	53
Feliz Natal	0,19	75	2,02	117	0,64	83	-0,64	59	1,01	105	0,56	89
Figueirópolis D'Oeste	-0,70	58	1,13	107	0,54	91	1,56	97	1,31	113	0,86	65
Gaúcha do Norte	-2,82	26	-0,26	58	0,45	99	-2,86	31	0,06	79	0,39	96
Glória D'Oeste	1,11	95	1,54	112	0,85	70	-0,03	70	1,25	110	0,64	77
Guarantã do Norte	2,93	111	-0,32	49	2,27	29	3,55	115	-0,78	24	4,79	14

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Indiavaí	-3,25	24	0,85	103	0,23	111	-3,01	30	0,63	99	0,30	104
Ipiranga do Norte	3,55	112	1,16	109	1,03	56	3,08	113	1,21	109	1,04	56
Itanhangá	0,97	89	-0,18	64	1,39	44	-10,79	3	-0,54	37	0,08	119
Itaúba	0,01	70	-0,51	40	1,75	36	-1,21	47	-0,04	76	0,62	81
Itiquira	-1,06	53	0,88	105	0,50	96	-7,86	5	2,14	118	0,04	121
Jaciara	0,57	83	-0,61	32	2,59	23	1,81	101	-0,83	23	4,39	16
Jangada	-2,41	30	-0,20	62	0,48	97	-2,22	34	1,11	106	0,32	102
Jauru	0,24	77	-1,60	1	77,00	1	1,36	92	-1,47	2	46,00	1
Juara	1,16	96	-0,52	38	2,53	25	1,36	91	-0,30	51	1,78	33
Juína	0,75	85	-0,29	56	1,52	40	2,06	105	-0,73	29	3,62	20
Juruena	1,55	101	0,02	81	1,25	48	-0,39	62	-0,27	55	1,13	48
Juscimeira	-41,20	5	1,03	106	0,05	121	0,25	77	0,63	98	0,79	66
Lambari D'Oeste	4,55	115	0,86	104	1,11	52	-1,57	43	-0,11	69	0,62	80
Lucas do Rio Verde	3,67	113	-0,94	16	7,06	6	2,49	110	-0,50	42	2,62	24
Luciara	-4,97	13	-1,13	8	1,63	37	-4,14	22	-0,94	10	2,20	28
Marcelândia	-1,30	51	-0,47	42	1,21	49	6,66	118	-0,12	67	1,76	34
Matupá	-8,83	9	-1,25	4	2,25	30	1,92	103	-1,29	3	34,33	3
Mirassol D'Oeste	-7,81	10	-0,12	67	0,15	115	2,83	112	-0,07	72	1,56	40
Nobres	-1,55	43	-0,01	76	0,57	89	-5,30	12	-0,78	25	0,48	94
Nortelândia	1,74	102	-0,67	28	3,64	16	1,89	102	-0,27	54	1,89	31
Nossa Senhora do Livramento	-4,45	14	-0,75	23	0,61	85	-0,65	58	-0,30	49	1,18	47
Nova Bandeirantes	2,78	110	-0,74	25	4,40	10	1,63	98	-1,02	6	16,33	5

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Nova Canaã do Norte	2,25	106	0,41	95	1,12	51	1,76	100	1,54	116	0,86	62
Nova Guarita	-37,68	6	0,05	85	0,07	120	-0,48	60	0,06	80	0,75	70
Nova Lacerda	-1,32	50	1,53	111	0,45	98	0,68	84	1,18	108	0,78	67
Nova Maringá	60,18	121	0,70	101	1,20	50	9,98	120	-0,72	30	4,00	18
Nova Monte Verde	-1,29	52	0,50	96	0,54	92	-1,91	37	-0,21	59	0,63	78
Nova Mutum	-4,02	18	1,85	115	0,16	114	7,98	119	1,25	111	1,07	49
Nova Olímpia	0,58	84	-0,39	45	1,87	32	0,83	86	-0,69	34	2,53	25
Nova Santa Helena	1,08	92	-0,17	65	1,42	43	-0,91	51	0,27	90	0,57	88
Nova Ubiratã	-1,56	41	-0,31	52	0,79	74	-0,90	52	0,16	86	0,60	84
Nova Xavantina	0,14	74	0,16	88	0,84	73	-7,19	6	-0,15	63	0,10	118
Novo Horizonte do Norte	-0,06	69	-0,58	34	2,03	31	-3,54	26	-0,85	18	1,44	41
Novo Mundo	2,28	108	-0,08	68	1,59	38	28,96	122	-0,83	22	5,55	13
Novo São Joaquim	18,29	119	-0,39	46	2,59	24	1,55	95	0,31	91	1,04	55
Paranaíba	0,29	79	2,36	118	0,67	80	-4,61	18	1,26	112	0,16	116
Paranatinga	-1,44	47	-0,07	70	0,67	79	2,32	108	0,24	88	1,23	46
Pedra Preta	1,10	93	-0,55	35	2,66	22	0,22	76	-0,09	71	1,07	50
Peixoto de Azevedo	-1,95	36	-1,00	12	3,00	20	-0,82	54	-0,89	15	3,60	21
Planalto da Serra	0,83	87	0,01	79	1,10	53	-3,60	24	-0,13	66	0,36	98
Poconé	-15,20	8	0,15	87	0,09	118	-6,42	9	-0,89	14	0,64	75
Pontal do Araguaia	-2,45	29	-0,05	71	0,41	101	-3,37	28	0,03	78	0,36	99
Ponte Branca	-0,87	56	0,56	98	0,57	88	0,01	71	0,69	100	0,71	71
Pontes e Lacerda	-1,35	48	-0,04	73	0,66	82	0,96	87	-0,17	62	1,40	43

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Porto Alegre do Norte	-1,56	42	-0,22	60	0,70	77	-1,06	49	-0,24	56	0,88	61
Porto dos Gaúchos	-0,98	54	-0,30	54	1,00	60	1,09	89	-0,22	57	1,56	39
Porto Esperidião	1,48	100	0,54	97	1,03	55	3,79	116	0,07	81	1,43	42
Porto Estrela	-4,09	17	-0,90	19	0,89	67	-29,51	1	-0,38	44	0,02	122
Poxoréo	1,00	90	-0,52	39	2,31	27	-0,70	57	-0,85	19	3,00	22
Primavera do Leste	-1,35	49	-1,02	10	4,90	9	-1,95	36	0,78	102	0,35	100
Querência	16,15	118	-0,94	17	6,94	7	-6,53	8	-0,62	36	0,22	111
Reserva do Cabaçal	-31,86	7	0,04	83	0,08	119	-0,86	53	0,15	85	0,62	79
Rio Branco	2,08	105	-0,04	72	1,46	42	-0,20	66	-0,54	38	1,74	35
Rondolândia	0,27	78	0,20	90	0,87	68	-4,06	23	-0,06	74	0,31	103
Rondonópolis	-85,61	3	-1,27	3	1,00	61	1,46	93	-0,50	41	2,27	27
Salto do Céu	-4,37	15	-0,65	29	0,52	94	-14,98	2	-0,51	40	0,05	120
Santa Carmem	-2,18	33	0,80	102	0,32	106	1,08	88	0,12	84	1,05	54
Santa Cruz do Xingu	0,88	88	-0,70	27	3,26	18	-0,91	50	-0,52	39	1,28	45
Santa Rita do Trivelato	66,71	122	2,43	119	1,03	57	-3,56	25	1,50	115	0,22	112
Santa Terezinha	4,76	116	-1,08	9	12,89	4	-5,55	11	-0,71	32	0,34	101
Santo Antônio do Leverger	-3,17	25	-0,97	14	1,79	34	-5,29	13	0,94	103	0,13	117
São Felix do Araguaia	-3,70	21	-0,31	51	0,41	100	-4,56	19	0,37	93	0,20	113
São José do Rio Claro	-1,54	44	-0,01	75	0,59	86	-6,72	7	-0,71	31	0,23	110
São José do Xingu	-2,57	28	-1,14	7	4,00	13	-0,24	65	-0,96	7	9,29	6
São José dos Quatro Marcos	1,21	97	-0,59	33	2,94	21	-1,53	45	-0,01	77	0,58	87
São Pedro da Cipa	-1,86	39	1,13	108	0,36	104	0,48	80	0,22	87	0,92	59

APÊNDICE C – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Educação, ensino fundamental 2013 e 2015
(Continuação)

Município	Índice Bem-Estar 2013	Pontos	Índice Insumo 2013	Pontos	IQGP 2013	Ranking	Índice Bem-Estar 2015	Pontos	Índice Insumo 2015	Pontos	IQGP 2015	Ranking
Sapezal	-191,12	2	-0,80	21	0,10	117	-1,76	39	-0,15	64	0,61	83
Sinop	0,21	76	-1,17	5	15,20	3	-1,72	40	-0,95	9	4,44	15
Sorriso	-0,41	63	-0,38	47	1,34	45	-0,38	63	0,11	83	0,76	69
Tabaporã	-1,89	38	0,31	94	0,40	102	0,18	75	1,60	117	0,64	76
Tangara da Serra	-0,87	55	0,13	86	0,64	84	-1,78	38	0,57	97	0,39	97
Tapurah	-47,46	4	-0,55	36	0,11	116	-0,78	56	-0,15	65	0,86	64
Terra Nova do Norte	-0,51	61	-0,88	20	3,05	19	3,33	114	-0,77	26	4,38	17
Torixoréu	-2,76	27	0,24	91	0,30	108	0,14	74	-0,10	70	1,06	52
Várzea Grande	-1,51	45	-0,64	30	1,50	41	-3,24	29	-0,34	47	0,62	82
Vera	-5,46	12	-0,41	44	0,27	109	-2,82	32	-0,21	58	0,55	91
Vila Bela da Santíssima Trindade	-4,26	16	0,25	92	0,17	113	-2,61	33	2,26	119	0,28	106
Vila Rica	-0,57	60	-0,95	15	4,00	12	-0,07	68	-0,96	8	8,50	7

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continua)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Acorizal	0,44	79	-0,65	35	2,26	29	1,53	115	-0,52	48	2,40	23	-0,03	74	-0,80	25	2,96	19
Água Boa	-0,23	61	-0,58	41	1,49	48	-1,40	36	-0,07	80	0,45	114	-1,02	39	-0,07	81	0,48	115
Alta Floresta	3,44	136	-0,61	39	3,49	22	-0,14	72	-0,45	57	1,26	57	-0,08	72	-0,48	51	1,41	50
Alto Araguaia	1,09	96	2,46	136	0,71	101	-0,09	73	3,48	140	0,52	108	0,77	99	3,40	140	0,71	98
Alto Boa Vista	2,24	122	0,12	92	1,33	56	1,52	114	0,06	87	1,31	53	8,21	141	-0,36	61	2,31	29
Alto Garças	3,11	134	-0,29	67	2,00	33	0,90	99	-0,48	54	1,83	33	5,09	138	-0,52	49	2,82	20
Alto Paraguai	-1,58	32	-1,06	8	4,00	16	-2,44	18	-1,06	12	1,50	44	-1,58	25	-0,92	16	1,56	44
Alto Taquari	-2,69	17	2,28	135	0,13	134	-1,87	22	2,92	137	0,16	132	-3,22	9	2,75	137	0,07	138
Apiacás	-0,76	48	-0,29	66	0,73	99	0,58	87	-0,27	70	1,24	60	0,41	89	-0,30	64	1,39	51
Araguaiana	3,17	135	0,85	122	1,11	71	-0,22	66	0,46	110	0,60	103	-0,68	50	0,24	99	0,51	113
Araguainha	-0,66	52	3,39	138	0,38	119	0,73	93	2,94	138	0,67	101	2,53	127	4,27	141	0,90	82
Araputanga	-2,88	16	-0,74	27	0,59	104	-2,05	20	-0,64	38	0,53	106	-0,87	42	-0,77	31	1,35	53
Arenópolis	0,23	75	-1,00	13	5,77	8	2,11	124	-1,01	14	8,86	7	-0,68	49	-0,77	30	1,63	42
Aripuanã	-0,17	63	-0,38	55	1,15	67	-0,19	70	-0,18	74	0,95	81	-1,71	21	-0,56	46	0,46	118
Barão de Melgaço	-1,00	44	-0,93	17	2,59	27	-1,64	25	-1,12	9	2,78	20	-1,30	35	-0,88	19	1,84	37
Barra do Bugres	0,63	86	-0,22	76	1,13	70	-0,33	60	-0,41	60	1,00	77	-0,54	57	-0,30	66	0,86	87
Barra do Garças	-1,35	36	0,06	90	0,40	116	1,18	105	0,05	86	1,22	62	-0,62	51	0,04	87	0,59	105
Bom Jesus do Araguaia	2,76	132	-0,45	49	2,69	26	1,33	109	-0,39	63	1,73	35	0,47	91	-0,19	76	1,20	63
Brasnorte	-1,78	30	-0,04	84	0,36	120	1,43	113	0,13	91	1,24	61	0,04	76	0,21	96	0,79	92
Cáceres	-3,36	11	-1,52	2	5,50	10	-1,09	39	-1,59	1	39,00	1	-4,42	5	-1,61	1	5,00	10
Campinápolis	-3,65	9	0,14	93	0,10	137	-5,19	1	0,16	92	0,01	141	-5,51	2	0,22	97	0,02	140
Campo Novo do Parecis	0,58	83	0,21	98	0,85	89	1,38	111	0,07	88	1,26	58	-0,12	70	0,14	93	0,75	96
Campo Verde	0,82	92	0,38	107	0,86	88	4,90	140	0,28	99	1,41	46	-0,76	43	0,02	84	0,51	112
Campos de Júlio	-4,44	5	1,74	132	0,04	138	-2,77	14	1,30	129	0,11	137	-5,41	3	1,62	130	0,02	139
Canabrava do Norte	-0,44	58	0,27	101	0,57	105	0,92	101	-0,18	73	1,38	48	0,45	90	2,04	134	0,67	100
Canarana	1,44	107	0,17	97	1,10	72	-1,61	26	0,72	116	0,22	129	0,88	102	0,54	113	0,90	81

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Carlinda	-0,21	62	-0,73	28	2,21	30	-2,51	16	-0,69	31	0,52	109	0,54	94	-0,81	24	3,92	16
Castanheira	0,07	70	-0,90	20	3,50	21	-0,07	74	-0,63	39	1,90	31	-0,32	61	-0,67	35	1,74	41
Chapada dos Guimarães	-0,80	47	-0,46	48	0,98	79	0,65	89	-1,15	5	17,80	2	-0,56	55	-0,45	54	1,02	72
Cláudia	0,32	77	-0,62	37	2,08	32	1,31	108	-0,34	66	1,64	38	0,14	83	-0,29	67	1,24	61
Cocalinho	-1,97	25	-0,25	72	0,35	122	-1,08	40	-0,50	51	0,78	94	0,75	98	-0,30	65	1,51	46
Colíder	-2,99	14	-1,09	7	2,00	34	-2,77	13	-1,02	13	1,00	76	-0,58	52	-0,99	13	4,00	15
Colniza	-2,61	18	-1,13	5	3,60	20	-3,34	7	-1,42	2	3,50	15	-2,27	14	-1,28	2	7,00	7
Comodoro	-4,45	4	-0,62	38	0,11	136	-0,23	65	-0,43	58	1,12	67	-0,05	73	-0,65	39	1,87	36
Confresa	0,14	72	-0,55	43	1,67	41	-3,32	8	-0,39	62	0,13	136	0,10	80	-0,65	40	2,00	34
Conquista D'Oeste	-0,58	55	1,28	130	0,42	113	9,22	141	1,51	131	1,08	71	-0,71	46	1,66	131	0,35	124
Cotriguaçu	0,30	76	-0,49	46	1,65	43	-0,21	69	-0,59	43	1,60	39	0,78	100	-0,55	48	2,08	33
Cuiabá	-2,30	23	0,23	99	0,23	125	-2,47	17	0,52	113	0,15	134	-2,24	15	0,50	110	0,14	134
Curvelândia	-4,09	7	-0,36	58	0,12	135	0,49	85	-0,86	23	3,70	14	1,72	118	-0,50	50	2,36	28
Denise	-3,00	13	-1,04	9	1,44	50	0,62	88	-1,12	7	12,57	5	-1,41	30	-1,18	4	7,50	6
Diamantino	1,88	113	0,53	115	0,98	78	0,20	82	0,74	118	0,69	99	0,88	103	0,93	123	0,84	88
Dom Aquino	2,10	118	-0,33	61	1,93	37	-0,14	71	-0,43	59	1,20	63	2,07	122	-0,42	58	2,10	32
Feliz Natal	2,18	120	-0,25	73	1,64	44	-0,46	54	-0,40	61	0,89	86	-0,18	65	-0,61	43	1,51	45
Figueirópolis D'Oeste	-3,62	10	-0,16	77	0,13	133	-1,81	23	0,43	106	0,22	130	-1,53	27	0,33	102	0,26	129
Gaúcha do Norte	-1,93	26	0,47	112	0,23	126	-1,45	34	0,30	100	0,34	121	-0,75	45	0,66	120	0,38	123
General Carneiro	-4,48	3	0,44	111	0,03	139	-4,13	3	0,25	97	0,03	139	-3,24	8	0,15	95	0,08	137
Glória D'Oeste	-0,57	56	0,79	121	0,46	110	-1,01	43	0,20	94	0,46	112	0,91	105	0,02	85	1,24	62
Guarantã do Norte	0,71	90	-0,68	31	2,90	25	-0,04	75	-0,69	32	2,34	24	2,88	133	-0,86	20	6,65	9
Guiratinga	1,11	98	-0,81	25	3,92	17	-2,77	12	-1,13	6	2,00	30	-2,06	18	-0,75	32	0,56	106
Indiavaí	0,98	95	1,13	128	0,74	97	-0,44	55	1,40	130	0,42	117	0,06	77	1,05	126	0,61	102
Ipiranga do Norte	2,76	133	0,67	117	1,14	69	-0,23	64	0,89	122	0,52	107	1,34	111	0,57	114	0,97	76
Itanhangá	2,73	131	-0,63	36	3,64	18	-1,28	37	0,97	124	0,30	125	-0,23	64	0,41	106	0,60	104

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Itaúba	0,54	82	0,34	104	0,79	95	2,50	129	0,33	102	1,26	56	0,53	93	0,60	118	0,79	93
Itiquira	2,30	124	0,87	123	1,01	75	2,42	127	0,43	107	1,19	65	1,87	120	0,52	111	1,08	70
Jaciara	1,99	116	0,01	88	1,32	58	1,74	120	-0,27	71	1,69	36	1,17	109	-0,40	60	1,82	40
Jangada	1,56	109	-0,71	30	3,63	19	3,52	135	-1,00	16	8,44	8	2,72	131	-0,90	17	7,71	5
Jauru	-1,26	38	-0,80	26	1,46	49	1,66	119	-0,67	35	3,40	16	-1,34	33	-0,78	29	1,14	66
Juara	-0,15	66	-0,26	70	0,94	83	-0,44	56	-0,10	77	0,73	97	-1,25	36	-0,21	74	0,49	114
Juína	1,26	103	-0,32	62	1,66	42	-0,03	76	-0,07	81	0,94	84	-0,70	47	0,24	100	0,47	116
Juruena	-1,56	33	-0,68	33	1,00	77	-0,26	63	-0,72	29	2,17	25	-0,13	68	-0,84	21	3,24	18
Juscimeira	0,70	89	-0,89	21	4,24	14	-2,13	19	-0,69	33	0,58	104	2,22	124	-0,70	33	3,76	17
Lambari D'Oeste	-3,30	12	0,07	91	0,13	132	0,67	91	-0,11	76	1,20	64	1,69	117	-0,03	82	1,43	49
Lucas do Rio Verde	1,81	112	-0,06	82	1,37	54	0,68	92	0,24	96	0,96	80	7,50	140	0,38	104	1,35	54
Luciara	4,30	138	0,42	110	1,25	60	2,92	132	1,13	128	1,03	72	-1,57	26	1,21	128	0,20	132
Marcelândia	-0,10	67	-0,43	50	1,34	55	-1,42	35	-0,50	52	0,67	102	-1,66	22	-0,79	27	0,81	90
Matupa	2,32	125	-0,30	65	1,92	38	1,14	103	-0,30	69	1,49	45	1,56	113	-0,48	52	2,17	31
Mirassol D'Oeste	-2,93	15	-1,28	3	5,00	11	-3,18	9	-1,29	3	3,00	19	-2,29	12	-1,17	5	2,40	27
Nobres	0,09	71	-0,71	29	2,45	28	-0,73	49	-0,58	44	1,11	69	1,64	115	-0,31	63	1,83	39
Nortelândia	-3,95	8	-0,43	51	0,16	130	-0,39	59	-0,61	42	1,40	47	-2,27	13	-0,42	59	0,22	130
Nossa Senhora do Livramento	0,48	80	-1,00	12	6,67	5	1,15	104	-1,10	10	10,40	6	-1,65	23	-1,09	9	2,56	23
Nova Bandeirantes	1,89	114	-0,92	19	6,00	6	0,40	83	-0,83	26	3,19	17	-0,48	58	-0,82	23	2,52	25
Nova Brasilândia	-1,05	43	-0,10	80	0,54	106	3,40	133	-0,09	79	1,68	37	1,65	116	0,10	90	1,29	57
Nova Canaã do Norte	0,68	87	-0,93	18	4,83	12	-0,62	52	-0,99	17	3,06	18	-0,57	53	-0,99	12	4,42	14
Nova Guarita	0,15	73	-0,41	53	1,38	53	0,08	78	-0,33	68	1,15	66	-0,12	69	-0,12	77	0,90	83
Nova Lacerda	2,29	123	0,29	102	1,21	63	3,84	136	0,46	109	1,25	59	-0,55	56	0,47	107	0,52	109
Nova Marilândia	1,25	102	0,93	125	0,82	91	0,92	100	0,89	121	0,83	91	-0,46	59	1,25	129	0,46	117
Nova Maringá	-5,33	1	-0,02	85	0,01	141	4,45	138	0,42	105	1,31	52	2,69	129	0,15	94	1,37	52

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Nova Monte Verde	2,61	130	0,41	109	1,19	65	0,14	79	-0,51	50	1,58	40	3,24	136	-0,44	55	2,47	26
Nova Mutum	0,90	94	-0,26	71	1,32	57	0,42	84	-0,62	40	2,10	28	0,00	75	0,04	86	0,87	86
Nova Nazaré	-5,13	2	0,70	119	0,02	140	-1,60	29	0,78	119	0,24	128	-6,28	1	1,18	127	0,01	141
Nova Olímpia	-0,95	45	-0,31	63	0,71	100	-1,49	33	-0,06	83	0,40	119	-1,12	38	-0,27	72	0,53	108
Nova Santa Helena	-1,17	40	0,05	89	0,45	111	1,74	121	-0,10	78	1,55	42	-0,09	71	0,07	89	0,80	91
Nova Ubiratã	1,10	97	0,15	95	1,02	74	1,96	123	0,18	93	1,32	50	1,72	119	0,49	108	1,10	69
Nova Xavantina	0,49	81	-0,42	52	1,56	46	-0,68	50	-0,48	53	0,94	82	5,89	139	-0,46	53	2,62	21
Novo Horizonte do Norte	-1,28	37	0,17	96	0,39	118	-1,61	27	0,45	108	0,25	127	-2,23	16	-0,01	83	0,19	133
Novo Mundo	-0,08	68	-0,02	86	0,79	94	2,37	126	-0,25	72	1,75	34	1,19	110	-0,29	70	1,57	43
Novo Santo Antônio	0,63	85	2,06	134	0,63	103	-0,22	67	2,05	134	0,50	111	0,89	104	1,66	132	0,79	94
Novo São Joaquim	2,57	129	0,38	108	1,19	64	2,16	125	0,21	95	1,32	51	-0,56	54	-0,09	80	0,68	99
Paranaíta	-1,39	35	-0,87	23	1,52	47	-0,88	47	-0,90	22	2,14	26	1,07	107	-0,84	22	4,86	12
Paranatinga	-1,13	42	-0,37	57	0,74	98	-1,56	30	-0,11	75	0,40	118	0,11	81	-0,32	62	1,31	56
Pedra Petra	-0,30	59	-0,28	68	0,87	87	-3,40	6	-0,61	41	0,15	135	-0,92	41	-0,89	18	2,28	30
Peixoto de Azevedo	-1,89	27	-0,68	32	0,84	90	-0,88	46	-0,83	25	1,84	32	-1,35	32	-0,67	36	0,89	84
Planalto da Serra	2,32	126	0,27	100	1,26	59	-0,30	62	0,46	111	0,56	105	2,09	123	0,50	109	1,13	67
Poconé	-0,63	53	-1,20	4	13,25	2	-0,22	68	-1,18	4	17,00	3	0,55	95	-1,16	6	15,83	1
Pontal do Araguaia	1,44	108	-0,40	54	2,00	35	2,48	128	-0,81	27	4,74	12	0,37	87	-0,68	34	2,56	22
Ponte Branca	-0,25	60	3,42	139	0,43	112	2,59	131	2,72	136	0,96	79	3,08	135	1,95	133	1,02	73
Pontes e Lacerda	-0,16	64	-0,98	14	4,57	13	1,91	122	-1,00	15	8,13	9	-0,93	40	-1,13	8	5,00	11
Porto Alegre do Norte	1,33	104	-0,37	56	1,86	39	-0,76	48	-0,65	37	1,30	54	0,70	97	-0,65	38	2,55	24
Porto dos Gaúchos	-0,75	50	0,34	105	0,48	108	0,76	96	0,50	112	0,86	88	1,61	114	0,59	116	0,98	75
Porto Esperidião	3,57	137	-0,50	45	3,04	24	4,61	139	-0,48	55	2,53	21	1,16	108	-0,42	57	1,89	35
Porto Estrela	1,95	115	0,69	118	0,97	80	1,62	118	0,73	117	1,01	74	0,69	96	0,26	101	0,95	77
Poxoró	-0,47	57	-1,03	10	5,70	9	-0,54	53	-0,90	21	2,52	22	0,81	101	-0,94	15	6,73	8
Primavera do Leste	1,13	99	-0,02	87	1,14	68	-0,40	58	0,04	85	0,68	100	-0,70	48	0,13	92	0,52	110
Querência	-2,53	19	0,36	106	0,18	128	0,67	90	0,61	114	0,79	93	-2,45	11	0,54	112	0,10	135

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Reserva do Cabaçal	0,62	84	0,52	113	0,74	96	-1,08	41	0,99	125	0,33	122	2,67	128	0,58	115	1,11	68
Ribeirão Cascalheira	-1,80	29	-0,27	69	0,42	114	-3,48	5	-0,75	28	0,18	131	-3,66	7	-0,79	26	0,27	128
Ribeirãozinho	2,21	121	1,71	131	0,92	85	1,42	112	1,72	133	0,84	90	0,13	82	2,10	135	0,61	103
Rio Branco	1,42	106	-0,24	74	1,43	51	0,18	81	0,70	115	0,70	98	-0,16	66	-0,11	79	0,84	89
Rondolândia	-1,15	41	0,74	120	0,34	123	0,82	97	0,38	103	0,94	83	-0,32	62	0,65	119	0,52	111
Rondonópolis	-0,05	69	-0,15	78	0,88	86	-0,94	45	0,11	90	0,50	110	-1,72	20	0,11	91	0,22	131
Rosário Oeste	2,10	119	-1,94	1	119,00	1	2,51	130	-1,12	8	16,25	4	-1,60	24	-1,27	3	8,00	4
Salto do Céu	4,76	139	0,53	114	1,22	62	0,74	94	0,32	101	0,93	85	3,06	134	0,99	125	1,07	71
Santa Carmem	1,70	111	-0,31	64	1,73	40	0,82	98	-0,34	65	1,51	43	-1,44	28	-0,25	73	0,38	122
Santa Cruz do Xingu	-1,45	34	1,90	133	0,26	124	-4,45	2	1,67	132	0,02	140	2,01	121	0,36	103	1,17	65
Santa Rita do Trivelato	5,96	140	3,05	137	1,02	73	1,55	116	2,49	135	0,86	87	2,25	125	2,90	138	0,91	80
Santa Terezinha	-4,27	6	-0,59	40	0,15	131	-1,68	24	-0,70	30	0,80	92	-2,09	17	-0,65	41	0,41	121
Santo Afonso	-2,46	20	0,61	116	0,17	129	-1,51	31	-0,02	84	0,37	120	1,51	112	0,05	88	1,27	59
Santo Antônio do Leste	-0,82	46	1,27	129	0,36	121	0,76	95	0,90	123	0,77	96	0,38	88	0,60	117	0,75	97
Santo Antônio do Leverger	-0,60	54	-0,94	16	3,38	23	1,12	102	-0,94	20	5,10	11	0,06	78	-1,16	7	11,14	2
São Felix do Araguaia	-0,75	49	0,99	126	0,39	117	-1,50	32	0,81	120	0,27	126	-1,31	34	0,82	122	0,28	127
São José do Povo	0,80	91	0,15	94	0,97	81	0,56	86	0,10	89	0,97	78	3,65	137	-0,19	75	1,83	38
São José do Rio Claro	-2,40	22	-0,48	47	0,47	109	0,05	77	-0,52	49	1,57	41	0,17	84	-0,43	56	1,50	47
São José do Xingu	0,19	74	3,65	141	0,52	107	-0,33	61	3,63	141	0,43	116	-0,27	63	3,30	139	0,45	119
São José dos Quatro Marcos	-0,67	51	-1,10	6	8,50	4	-2,85	11	-1,10	11	1,00	75	-3,07	10	-1,00	11	0,91	79
São Pedro da Cipa	2,00	117	-0,33	60	1,95	36	-0,41	57	-0,58	45	1,27	55	-1,20	37	-0,63	42	0,88	85
Sapezal	1,22	101	0,91	124	0,81	92	1,29	107	1,06	126	0,85	89	-0,16	67	0,96	124	0,54	107
Serra Nova Dourada	9,06	141	3,50	140	1,01	76	-1,02	42	3,23	139	0,30	124	2,45	126	2,55	136	0,93	78
Sinop	-1,66	31	-0,50	44	0,70	102	-0,68	51	-0,84	24	2,13	27	-1,41	29	-0,59	44	0,66	101
Sorriso	1,38	105	-0,23	75	1,40	52	1,61	117	-0,46	56	2,09	29	1,05	106	-0,28	71	1,49	48
Tabaporã	2,56	128	-0,14	79	1,62	45	1,35	110	-0,06	82	1,34	49	0,10	79	-0,11	78	1,01	74
Tangará da Serra	-2,45	21	-0,88	22	0,95	82	-2,64	15	-0,53	47	0,32	123	-1,94	19	-0,58	45	0,42	120

APÊNDICE D – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2008 a 2010

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2008	Pontos 2008	Índice Insumo 2008	Pontos 2008	IQGP 2008	Ranking	Índice de Bem-Estar 2009	Pontos 2009	Índice Insumo 2009	Pontos 2009	IQGP 2009	Ranking	Índice de Bem-Estar 2010	Pontos 2010	Índice Insumo 2010	Pontos 2010	IQGP 2010	Ranking
Tapurah	-2,03	24	-0,34	59	0,41	115	-1,99	21	-0,53	46	0,46	113	-3,74	6	-0,29	68	0,09	136
Terra Nova do Norte	1,22	100	-0,83	24	4,17	15	-1,60	28	-0,66	36	0,78	95	2,87	132	-0,79	28	4,71	13
Tesouro	-0,15	65	-0,07	81	0,80	93	-1,01	44	0,25	98	0,45	115	-1,37	31	0,39	105	0,30	125
Torixoréu	0,42	78	-0,05	83	0,94	84	-3,61	4	-0,34	67	0,06	138	0,35	86	-0,29	69	1,25	60
União do Sul	2,49	127	0,33	103	1,23	61	1,24	106	0,40	104	1,02	73	2,71	130	0,24	98	1,33	55
Vale de São Domingos	-1,86	28	1,05	127	0,22	127	4,11	137	1,09	127	1,08	70	0,51	92	0,69	121	0,76	95
Várzea Grande	1,67	110	-1,02	11	10,00	3	3,51	134	-0,97	18	7,44	10	-4,70	4	-0,96	14	0,29	126
Vera	0,87	93	-0,56	42	2,21	31	-3,09	10	-0,34	64	0,16	133	-0,75	44	-0,66	37	1,19	64
Vila Bela da Santíssima Trindade	-1,26	39	-0,68	34	1,15	66	-1,25	38	-0,68	34	1,12	68	-0,41	60	-0,56	47	1,28	58
Vila Rica	0,68	88	-0,96	15	5,87	7	0,15	80	-0,95	19	4,21	13	0,28	85	-1,01	10	8,50	3

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013
(Continua)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Acorizal	3,21	130	-0,65	32	4,06	14	2,53	119	-0,94	12	9,92	3	-0,05	73	-1,06	14	5,21	9
Água Boa	0,28	76	0,28	99	0,77	92	-1,05	48	-0,07	83	0,58	108	1,31	106	0,31	98	1,08	71
Alta Floresta	-0,48	59	-0,54	48	1,23	52	0,31	87	-0,96	11	7,91	5	0,38	82	-1,34	4	20,50	2
Alto Araguaia	0,75	92	2,33	135	0,68	100	1,81	113	1,84	132	0,86	84	-0,76	53	1,74	134	0,40	121
Alto Boa Vista	3,46	133	-0,14	81	1,64	40	3,09	128	0,27	101	1,27	49	1,34	107	-0,22	71	1,51	44
Alto Garças	3,55	134	-0,43	62	2,16	29	0,80	97	-0,13	80	1,21	55	0,61	91	-0,51	46	1,98	27
Alto Paraguai	-1,81	26	-1,27	3	8,67	4	-3,16	9	-1,19	5	1,80	38	0,07	75	-0,97	19	3,95	11
Alto Taquari	-0,56	57	1,98	131	0,44	117	-1,87	24	1,85	133	0,18	132	-1,92	25	1,08	126	0,20	134
Apiacás	-1,13	41	-0,44	61	0,67	101	-1,01	50	-0,41	58	0,86	83	-0,91	48	-0,47	50	0,96	78
Araguaiana	1,44	110	0,52	109	1,01	68	4,04	135	0,92	123	1,10	64	2,18	123	-0,04	81	1,52	43
Araguainha	7,40	140	3,77	141	0,99	70	5,23	139	4,50	141	0,99	72	1,80	116	4,32	141	0,82	87
Araputanga	-3,38	12	-0,64	34	0,35	122	-1,27	41	-0,39	63	0,65	100	-0,65	60	-0,67	34	1,76	31
Arenápolis	1,18	104	-0,73	21	4,95	11	1,01	105	-0,69	31	3,39	16	-1,91	26	-0,77	29	0,90	84
Aripuanã	-0,94	47	-0,57	42	1,12	59	-1,79	27	-0,36	65	0,42	119	-1,22	41	-0,54	44	0,93	79
Barão de Melgaço	-0,11	67	-0,90	18	3,72	16	-0,42	66	-0,57	42	1,57	44	-2,46	18	-0,85	24	0,75	95
Barra do Bugres	-0,12	66	-0,21	72	0,92	82	-0,13	74	-0,22	73	1,01	70	-0,72	56	0,37	99	0,57	112
Barra do Garças	1,48	111	0,13	92	1,21	56	-0,14	72	-0,28	69	1,04	68	-0,50	63	0,20	93	0,68	100
Bom Jesus do Araguaia	3,41	131	0,10	90	1,46	45	-3,24	7	-0,46	55	0,13	136	1,47	108	-0,60	40	2,70	16
Brasnorte	-1,37	33	0,29	100	0,33	124	-0,77	55	0,28	103	0,53	110	2,63	128	0,28	96	1,33	54
Cáceres	-4,47	5	-1,77	1	5,00	10	-3,32	5	-1,66	1	5,00	7	-3,32	7	-1,87	1	7,00	6
Campinápolis	-7,65	1	-0,06	87	0,01	141	-6,71	1	-0,73	28	0,04	139	-2,65	15	-1,12	11	1,36	51
Campo Novo do Parecis	0,93	96	-0,24	70	1,37	46	0,49	89	-0,22	72	1,24	52	1,50	111	-0,06	80	1,39	49
Campo Verde	0,34	79	-0,13	83	0,95	79	-0,16	71	-0,15	79	0,90	81	4,01	135	0,00	83	1,63	38
Campos de Júlio	0,16	71	2,62	137	0,52	112	-0,59	60	1,74	131	0,46	113	-0,67	59	1,56	131	0,45	116
Canabrava do Norte	1,03	99	0,14	93	1,06	63	-3,08	12	-0,11	81	0,15	134	5,04	138	0,43	102	1,35	53
Canarana	-2,10	20	0,23	97	0,21	131	-3,29	6	-0,24	70	0,09	137	-2,32	20	0,20	94	0,21	133

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Carlinda	0,71	90	-0,46	60	1,50	42	-1,67	32	-0,45	56	0,57	109	-0,31	67	-0,35	60	1,12	66
Castanheira	-1,32	35	-0,62	37	0,95	80	-0,32	69	-0,80	21	3,29	17	2,49	127	-0,39	58	2,19	21
Chapada dos Guimarães	1,83	118	-0,35	68	1,74	37	-0,61	59	-0,22	71	0,83	86	-1,52	36	-0,41	55	0,65	103
Cláudia	3,44	132	-0,51	52	2,54	24	7,59	141	-0,52	47	3,00	22	-1,15	43	-0,79	28	1,54	42
Cocalinho	2,15	120	0,23	96	1,25	51	2,55	121	0,05	93	1,30	48	2,70	130	0,26	95	1,37	50
Colíder	-2,64	17	-0,96	13	1,31	50	-2,47	17	-1,02	10	1,70	40	-2,71	14	-1,13	9	1,56	39
Colniza	-2,54	18	-1,27	5	3,60	17	-4,27	3	-1,42	2	1,50	45	-3,46	6	-1,48	3	2,00	24
Comodoro	-0,73	55	-0,57	41	1,34	48	0,24	83	-0,32	68	1,22	54	-1,53	35	-0,33	61	0,57	111
Confresa	-3,58	10	-0,71	25	0,40	121	-2,63	15	-0,39	62	0,24	131	-1,89	27	-0,52	45	0,60	108
Conquista D'Oeste	-1,08	43	1,17	126	0,34	123	-0,82	54	1,05	124	0,44	116	-0,80	52	1,25	128	0,41	120
Cotriguaçu	-1,23	38	-0,60	39	0,97	76	1,27	109	-0,79	23	4,74	8	-3,93	4	-0,86	23	0,17	136
Cuiabá	-2,65	16	0,54	116	0,14	135	-3,17	8	0,29	104	0,08	138	-2,97	13	0,57	112	0,12	138
Curvelândia	0,31	77	-0,72	22	3,50	18	-0,12	75	-0,74	25	3,00	21	-1,54	34	-0,90	20	1,70	35
Denise	-3,63	9	-0,97	12	0,75	94	-1,37	39	-0,94	13	3,00	20	-2,08	23	-1,02	17	1,35	52
Diamantino	-0,20	64	0,51	108	0,59	108	0,81	99	0,30	105	0,94	79	0,26	80	0,47	106	0,75	94
Dom Aquino	0,59	85	-0,47	58	1,47	44	2,55	120	-0,61	37	3,24	18	1,98	121	-0,72	32	3,78	12
Feliz Natal	-1,60	30	-0,62	36	0,83	90	-0,92	52	-0,73	27	1,93	37	0,49	86	-0,84	25	3,44	13
Figueirópolis D'Oeste	-0,89	51	0,34	102	0,50	115	-1,82	26	0,41	107	0,24	130	-0,85	49	-0,03	82	0,60	109
Gaúcha do Norte	0,57	84	0,80	123	0,68	99	3,42	131	0,53	112	1,17	58	-2,35	19	0,04	84	0,23	132
General Carneiro	-1,99	22	0,56	117	0,19	133	-4,44	2	-0,01	89	0,02	141	-1,87	29	-0,18	75	0,39	122
Glória D'Oeste	-0,92	49	-0,13	82	0,60	107	0,30	86	-0,19	76	1,13	62	-1,56	33	0,67	120	0,28	128
Guarantã do Norte	0,15	70	-0,94	15	4,67	12	-1,21	43	-0,74	26	1,65	43	5,88	139	-0,39	57	2,44	19
Guiratinga	1,42	109	-0,54	47	2,32	25	4,24	136	-0,47	51	2,67	26	2,39	125	-0,40	56	2,23	20
Indiavaí	-1,20	39	1,26	128	0,30	125	0,25	84	1,45	130	0,65	102	-0,82	51	0,54	111	0,46	115
Ipiranga do Norte	-1,77	27	0,38	105	0,26	129	2,70	124	0,57	115	1,08	67	0,76	97	0,93	125	0,78	91
Itanhangá	0,52	83	-0,20	74	1,12	58	0,55	90	-0,62	36	2,50	29	-0,36	66	-0,11	77	0,86	85

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Itaúba	-1,85	25	0,39	106	0,24	130	-1,44	37	0,28	102	0,36	125	0,52	88	0,83	124	0,71	99
Itiquira	2,56	124	1,19	127	0,98	74	2,18	117	1,43	129	0,91	80	3,16	131	0,65	119	1,10	68
Jaciara	0,43	82	-0,56	44	1,86	33	-0,10	76	-0,41	60	1,27	50	0,16	78	-0,45	52	1,50	45
Jangada	2,02	119	-0,95	14	8,50	5	-2,04	20	-0,53	46	0,43	117	-1,89	28	-0,62	38	0,74	96
Jauru	-2,49	19	-0,40	63	0,30	126	-0,55	65	-0,17	78	0,83	85	-0,70	57	-0,59	41	1,39	48
Juara	-0,34	61	-0,34	69	0,88	86	-0,07	77	-0,56	43	1,79	39	0,68	93	-0,41	54	1,72	34
Juína	0,72	91	-0,16	78	1,17	57	0,75	95	-0,03	87	1,09	65	0,14	77	0,72	122	0,63	106
Juruena	1,57	113	-1,21	6	18,83	2	0,37	88	-1,19	7	12,57	2	-1,96	24	-1,11	12	2,00	25
Juscimeira	1,80	116	-0,69	28	4,14	13	0,59	91	-0,79	22	4,14	12	0,17	79	-0,45	51	1,55	41
Lambari D'Oeste	0,28	75	-0,53	51	1,47	43	-1,89	23	-0,68	33	0,70	97	1,47	110	-0,29	63	1,75	33
Lucas do Rio Verde	4,30	136	-0,55	45	3,02	20	2,67	123	-0,46	52	2,37	32	-1,12	44	-0,32	62	0,71	98
Luciara	2,94	128	1,60	129	0,99	71	0,72	94	1,39	128	0,73	94	0,48	85	1,44	129	0,66	102
Marcelândia	-1,29	36	-0,77	20	1,80	34	-1,30	40	-0,68	32	1,25	51	-0,69	58	-0,42	53	1,09	69
Matupá	1,75	115	-0,46	59	1,95	32	5,44	140	-0,40	61	2,30	33	1,02	102	-0,09	78	1,31	55
Mirassol D'Oeste	-1,63	29	-1,27	4	7,25	6	-2,36	18	-1,27	4	4,50	10	-2,53	17	-1,23	6	2,83	15
Nobres	-0,04	68	-0,05	88	0,77	91	0,82	100	-0,41	59	1,69	41	1,72	115	-0,18	74	1,55	40
Nortelândia	-1,37	32	-0,63	35	0,91	83	1,94	115	-0,55	44	2,61	27	-4,02	3	-0,23	70	0,04	140
Nossa Senhora do Livramento	0,94	97	-0,99	11	8,82	3	1,68	112	-0,92	14	8,00	4	-1,73	32	-0,89	22	1,45	46
Nova Bandeirantes	-1,33	34	-0,55	46	0,74	96	-2,67	14	-0,88	18	0,78	92	-0,19	69	-0,81	27	2,56	17
Nova Brasilândia	-1,10	42	0,32	101	0,42	119	-1,21	44	0,22	98	0,45	114	3,92	134	0,44	104	1,29	58
Nova Canaã do Norte	2,84	127	-0,47	56	2,27	26	-1,08	46	-0,20	74	0,62	103	1,25	105	-0,29	64	1,64	36
Nova Guarita	0,20	72	-0,64	33	2,18	28	-0,91	53	-0,34	66	0,80	89	-2,98	12	-0,27	66	0,18	135
Nova Lacerda	1,56	112	0,45	107	1,05	64	2,76	125	0,51	110	1,14	61	0,12	76	0,37	100	0,76	93
Nova Marilândia	-4,06	7	0,53	113	0,06	139	-1,54	34	0,86	122	0,28	128	3,53	132	0,40	101	1,31	56
Nova Maringá	-0,77	53	-0,19	76	0,70	98	-1,47	36	-0,02	88	0,41	121	0,50	87	-0,22	72	1,21	62

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Nova Monte Verde	0,70	89	-0,57	43	2,07	30	0,01	79	-0,69	29	2,72	24	-1,74	30	-0,62	37	0,81	90
Nova Mutum	1,61	114	-0,40	64	1,78	35	-0,35	67	0,13	96	0,70	96	1,03	103	0,18	92	1,12	65
Nova Nazaré	-3,19	13	0,70	120	0,11	138	-0,65	58	0,24	99	0,59	106	-0,98	47	0,48	108	0,44	118
Nova Olímpia	-0,74	54	-0,20	73	0,74	95	-0,69	57	0,06	94	0,61	105	-3,06	11	-0,17	76	0,14	137
Nova Santa Helena	-1,18	40	-0,16	79	0,51	113	-1,17	45	0,48	109	0,41	120	-0,74	54	0,11	87	0,62	107
Nova Ubiratã	5,05	138	0,37	104	1,33	49	0,68	93	0,34	106	0,88	82	-0,98	46	0,12	88	0,52	113
Nova Xavantina	1,16	103	-0,53	50	2,06	31	1,35	110	-0,52	48	2,29	34	-2,30	21	-0,62	36	0,58	110
Novo Horizonte do Norte	-2,70	15	0,54	114	0,13	136	0,83	101	1,36	127	0,80	90	-1,39	38	0,62	117	0,32	124
Novo Mundo	0,61	86	-0,23	71	1,21	54	0,29	85	-0,58	40	2,13	36	4,75	137	-0,70	33	4,15	10
Novo Santo Antônio	5,54	139	2,46	136	1,02	66	3,88	134	2,57	137	0,98	74	-1,22	40	2,45	136	0,29	126
Novo São Joaquim	3,17	129	0,70	121	1,07	62	4,84	137	0,73	120	1,14	60	2,43	126	0,46	105	1,20	63
Paranaíta	0,81	94	-0,49	54	1,74	36	2,92	127	1,98	134	0,95	78	1,82	117	1,24	127	0,92	83
Paranatinga	-0,21	63	0,16	95	0,66	102	0,81	98	0,00	90	1,09	66	0,32	81	-0,20	73	1,11	67
Pedra Petra	0,11	69	-0,71	24	2,88	21	-2,50	16	-0,46	53	0,30	127	-1,09	45	-0,57	42	1,07	72
Peixoto de Azevedo	-1,96	23	-0,47	57	0,40	120	-1,55	33	-0,46	54	0,61	104	-2,63	16	-0,23	69	0,23	131
Planalto da Serra	4,44	137	0,53	112	1,22	53	3,57	132	0,41	108	1,22	53	7,37	140	1,67	133	1,05	74
Poconé	-0,90	50	-1,16	9	5,56	8	-1,83	25	-1,19	6	4,17	11	-1,37	39	-1,14	7	5,57	8
Pontal do Araguaia	-0,99	46	-0,60	38	1,21	55	0,90	104	-0,65	35	2,97	23	0,78	99	-0,50	48	2,06	23
Ponte Branca	2,34	122	3,29	140	0,87	88	0,85	102	3,24	140	0,73	95	4,68	136	2,67	137	0,99	76
Pontes e Lacerda	-0,66	56	-1,32	2	28,00	1	-0,13	73	-1,30	3	24,33	1	0,40	84	-1,24	5	16,80	3
Porto Alegre do Norte	0,23	73	-0,71	27	2,70	23	0,14	81	-0,86	20	4,05	13	-0,03	74	-0,62	39	1,90	28
Porto dos Gaúchos	-1,85	24	0,66	119	0,20	132	-0,58	61	1,18	125	0,49	112	1,53	112	1,58	132	0,85	86
Porto Esperidião	-1,06	45	-0,71	26	1,73	38	0,86	103	-0,69	30	3,43	15	-0,17	70	-0,56	43	1,63	37
Porto Estrela	2,28	121	0,85	124	0,98	75	-0,33	68	0,65	117	0,58	107	-0,83	50	0,75	123	0,41	119
Poxoréo	-1,07	44	-0,93	16	2,75	22	1,21	107	-0,67	34	3,15	19	-0,09	72	-0,90	21	3,43	14
Primavera do Leste	0,36	81	-0,09	84	0,96	77	-1,77	29	0,05	92	0,32	126	-1,73	31	0,57	113	0,27	129

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Querência	-0,54	58	0,37	103	0,56	109	-2,70	13	0,19	97	0,13	135	1,02	101	0,53	109	0,93	81
Reserva do Cabaçal	1,26	107	0,58	118	0,91	85	-3,35	4	1,26	126	0,03	140	0,54	89	0,61	116	0,77	92
Ribeirão Cascalheira	-3,46	11	-0,08	85	0,13	137	-1,06	47	-0,43	57	0,82	87	-3,07	10	-0,64	35	0,29	127
Ribeirãozinho	1,07	100	2,01	132	0,76	93	1,20	106	2,36	136	0,78	91	1,61	113	2,69	138	0,82	88
Rio Branco	1,10	101	0,27	98	1,03	65	3,32	129	-0,05	86	1,50	46	1,98	120	-0,26	67	1,79	30
Rondolândia	1,32	108	-0,38	65	1,66	39	-1,51	35	0,01	91	0,38	123	3,70	133	0,43	103	1,29	57
Rondonópolis	-1,24	37	-0,36	67	0,55	110	-1,73	30	-0,33	67	0,45	115	-0,72	55	0,07	86	0,64	105
Rosário Oeste	-6,31	3	-1,19	7	0,43	118	-2,19	19	-1,17	8	2,38	30	2,05	122	-1,02	16	7,63	5
Salto do Céu	0,31	78	0,53	110	0,71	97	2,88	126	0,56	114	1,11	63	1,64	114	0,47	107	1,07	73
Santa Carmem	-0,93	48	0,11	91	0,53	111	3,35	130	0,51	111	1,17	57	0,39	83	0,61	115	0,72	97
Santa Cruz do Xingu	1,80	117	2,24	134	0,87	87	-1,94	22	2,33	135	0,16	133	2,65	129	3,38	140	0,92	82
Santa Rita do Trivelato	4,20	135	3,14	138	0,98	73	1,24	108	3,02	139	0,78	93	0,63	92	3,19	139	0,66	101
Santa Terezinha	-0,82	52	-0,50	53	0,98	72	-1,95	21	-0,48	50	0,42	118	-0,64	61	-0,49	49	1,24	59
Santo Afonso	-7,26	2	0,06	89	0,02	140	0,20	82	-0,06	84	0,98	75	1,47	109	0,12	89	1,22	60
Santo Antônio do Leste	2,58	125	0,86	125	1,00	69	-1,69	31	0,66	118	0,26	129	-6,84	1	0,16	90	0,01	141
Santo Antônio do Leverger	0,99	98	-0,90	19	5,16	9	-0,06	78	-0,92	15	5,20	6	-2,16	22	-0,98	18	1,22	61
São Felix do Araguaia	-2,00	21	1,60	130	0,16	134	-1,78	28	-0,19	77	0,36	124	-3,24	8	0,16	91	0,09	139
São José do Povo	1,12	102	-0,19	75	1,36	47	2,25	118	0,25	100	1,18	56	1,83	118	-0,27	65	1,82	29
São José do Rio Claro	-1,53	31	-0,53	49	0,63	106	-0,71	56	-0,50	49	1,14	59	-0,51	62	-0,73	31	2,00	26
São José do Xingu	0,62	87	2,12	133	0,65	105	0,10	80	0,61	116	0,69	98	2,26	124	0,60	114	1,09	70
São José dos Quatro Marcos	-0,14	65	-0,91	17	3,82	15	-1,40	38	-0,91	16	2,38	31	-3,55	5	-1,03	15	0,33	123
São Pedro da Cipa	2,70	126	-0,58	40	3,15	19	2,63	122	-0,54	45	2,71	25	0,95	100	-1,07	13	7,69	4
Sapezal	1,23	105	0,54	115	0,91	84	-1,05	49	0,74	121	0,40	122	0,73	96	0,63	118	0,81	89
Serra Nova Dourada	7,76	141	3,15	139	1,01	67	3,86	133	3,02	138	0,96	76	9,48	141	2,20	135	1,04	75

APÊNDICE E – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2011 a 2013

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2011	Pontos 2011	Índice Insumo 2011	Pontos 2011	IQGP 2011	Ranking	Índice de Bem-Estar 2012	Pontos 2012	Índice Insumo 2012	Pontos 2012	IQGP 2012	Ranking	Índice de Bem-Estar 2013	Pontos 2013	Índice Insumo 2013	Pontos 2013	IQGP 2013	Ranking
Sinop	-1,73	28	-0,68	30	0,93	81	-0,58	62	-0,74	24	2,58	28	-0,40	65	-0,83	26	2,50	18
Sorriso	2,43	123	-0,48	55	2,24	27	4,98	138	-0,60	39	3,54	14	1,14	104	-0,36	59	1,76	32
Tabaporã	1,25	106	-0,38	66	1,61	41	1,51	111	-0,09	82	1,35	47	-1,16	42	-1,59	2	21,00	1
Tangará da Serra	-3,07	14	-0,66	31	0,45	116	-3,12	10	-0,87	19	0,53	111	-3,11	9	-0,74	30	0,30	125
Tapurah	0,68	88	-0,14	80	1,10	61	-0,96	51	-0,20	75	0,68	99	0,72	94	-0,06	79	1,19	64
Terra Nova do Norte	0,87	95	-0,07	86	1,10	60	-0,57	63	-0,39	64	0,98	73	0,58	90	0,30	97	0,93	80
Tesouro	-0,29	62	0,14	94	0,66	103	-0,31	70	-0,05	85	0,82	88	-1,41	37	0,06	85	0,44	117
Torixoréu	0,27	74	-0,18	77	0,96	78	0,76	96	0,12	95	1,01	71	1,83	119	0,70	121	0,98	77
União do Sul	0,77	93	0,53	111	0,84	89	2,07	116	0,55	113	1,03	69	-0,49	64	1,50	130	0,49	114
Vale de São Domingos	0,35	80	0,73	122	0,66	104	1,81	114	0,68	119	0,96	77	-0,15	71	0,54	110	0,65	104
Várzea Grande	-4,63	4	-1,18	8	0,50	114	-3,11	11	-0,88	17	0,65	101	-4,42	2	-1,13	8	0,25	130
Vera	-4,42	6	-0,72	23	0,26	128	-0,56	64	-0,60	38	1,68	42	0,78	98	-0,51	47	2,09	22
Vila Bela da Santíssima Trindade	-3,65	8	-0,69	29	0,28	127	0,60	92	-0,58	41	2,24	35	0,72	95	-0,24	68	1,40	47
Vila Rica	-0,41	60	-1,04	10	6,00	7	-1,26	42	-1,04	9	4,67	9	-0,24	68	-1,12	10	6,80	7

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continua)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Acorizal	0,88	96	-1,12	14	6,86	8	-1,62	31	-0,85	19	1,63	37	2,40	122	-1,02	17	7,18	5
Água Boa	1,58	107	0,40	102	1,05	71	0,05	76	0,05	89	0,85	90	-1,23	38	0,34	99	0,38	121
Alta Floresta	0,80	95	-1,13	13	7,31	6	1,56	106	-0,69	27	3,93	15	0,29	82	-0,94	20	4,10	13
Alto Araguaia	-0,51	56	2,22	135	0,41	117	-1,23	46	1,07	128	0,36	120	1,73	113	1,21	128	0,88	87
Alto Boa Vista	2,74	128	-0,59	39	3,28	17	1,81	110	-0,43	60	1,83	33	1,04	98	-0,41	57	1,72	32
Alto Garças	0,64	91	-0,52	45	2,02	32	0,63	87	-0,09	78	1,12	66	2,12	119	-0,35	63	1,89	28
Alto Paraguai	1,20	104	-1,26	7	14,86	2	-1,96	25	-1,16	5	5,00	9	-3,50	12	-1,19	8	1,50	44
Alto Taquari	1,01	100	0,62	115	0,87	84	-1,19	48	0,31	105	0,46	117	-1,10	41	0,37	102	0,40	120
Apiacás	-0,78	48	-0,30	58	0,83	91	-0,64	64	-0,51	50	1,28	55	-3,71	8	-0,52	50	0,16	134
Araguaiana	0,69	92	0,47	108	0,85	89	-3,40	6	0,63	115	0,05	138	-1,45	32	0,91	122	0,26	129
Araguainha	-6,19	2	2,96	137	0,01	140	1,37	104	3,51	140	0,74	98	2,64	125	3,85	141	0,89	85
Araputanga	0,09	79	-0,25	63	1,25	62	-1,56	35	-0,52	49	0,71	102	-2,57	18	-0,90	24	0,75	96
Arenápolis	3,54	135	-0,72	35	3,86	13	0,68	89	-0,66	35	2,54	25	-1,41	34	-0,71	35	0,97	78
Aripuana	-1,74	25	-0,57	41	0,61	106	-1,72	30	-0,48	52	0,58	110	-0,58	58	-0,68	38	1,53	42
Barão de Melgaço	-1,39	34	-1,15	12	2,83	21	-1,77	29	-1,07	11	2,64	22	-1,31	36	-1,10	12	3,00	19
Barra do Bugres	-0,27	65	-0,44	51	1,27	59	-1,20	47	-0,67	32	1,47	44	-0,29	70	-1,04	15	4,67	12
Barra do Garças	-1,58	29	-0,08	74	0,39	120	-3,03	10	0,32	106	0,09	137	-1,45	33	0,41	104	0,32	126
Bom Jesus do Araguaia	2,24	121	-0,40	53	2,28	26	-0,35	69	-0,36	65	1,06	73	-3,39	13	-0,21	69	0,19	133
Brasnorte	-1,87	23	0,56	113	0,20	132	0,75	92	0,31	104	0,88	88	0,14	78	0,22	95	0,82	92
Cáceres	-2,83	12	-1,88	1	12,00	3	-3,39	7	-1,46	1	7,00	6	-2,83	16	-1,44	1	16,00	3
Campinápolis	-3,63	7	-0,82	29	0,24	129	-3,10	9	-0,78	23	0,39	118	-3,73	7	-0,70	36	0,19	132
Campo Novo do Parecis	0,48	88	-0,07	75	1,17	65	1,06	99	0,14	92	1,08	71	-0,85	47	-0,18	72	0,65	106
Campo Verde	1,75	112	-0,16	72	1,56	45	1,85	113	0,21	95	1,19	62	1,09	99	-0,11	78	1,27	55
Campos de Júlio	1,88	115	2,20	134	0,86	86	5,09	138	1,99	134	1,03	76	4,75	137	1,91	133	1,03	71
Canabrava do Norte	-1,26	37	0,17	93	0,40	118	1,20	102	0,58	113	0,90	87	5,12	139	0,79	119	1,17	62
Canarana	-4,47	4	0,21	95	0,04	138	-2,67	15	0,24	97	0,15	133	-2,45	20	0,36	101	0,20	130

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Carlinda	1,65	111	-0,89	24	4,63	11	-1,47	40	-0,68	30	1,33	51	-0,56	59	-0,80	27	2,19	22
Castanheira	-1,29	36	-1,00	17	2,12	29	-0,16	73	-0,78	22	3,32	17	0,37	84	-0,54	49	1,71	33
Chapada dos Guimarães	0,21	83	-0,37	54	1,54	48	-0,51	67	-0,56	45	1,49	43	0,67	91	-0,64	44	2,07	24
Cláudia	0,96	98	-0,81	30	3,27	18	1,35	103	-0,71	24	4,29	13	-0,29	68	-0,47	54	1,26	56
Cocalinho	5,55	141	0,16	92	1,53	49	2,42	121	0,28	98	1,23	56	-0,51	61	0,56	110	0,55	110
Colíder	-1,82	24	-1,17	11	2,18	27	-1,59	32	-1,02	14	2,29	28	0,28	81	-1,07	14	5,79	8
Colniza	-2,48	15	-1,38	2	7,50	5	-2,93	11	-1,14	6	1,83	32	-3,58	11	-1,39	2	5,50	10
Comodoro	-3,07	9	-0,55	42	0,21	131	-2,92	12	-0,43	58	0,21	129	-1,56	31	-0,64	43	0,72	99
Confresa	-2,10	19	-0,84	28	0,68	102	-1,53	36	-0,70	26	1,38	47	-2,43	22	-0,40	58	0,38	123
Conquista D'Oeste	-0,03	76	0,45	107	0,71	99	-1,34	43	0,76	120	0,36	121	-0,62	55	0,77	118	0,47	116
Cotriguaçu	-2,85	11	-1,32	3	3,67	14	0,26	80	-1,07	12	6,67	7	-2,46	19	-1,12	10	1,90	27
Cuiabá	-2,98	10	0,66	117	0,09	136	-2,82	13	0,83	123	0,11	136	-3,09	15	0,74	117	0,13	137
Curvelândia	-1,39	33	-0,54	43	0,77	95	-2,02	23	-0,59	43	0,53	112	-0,65	54	-0,65	42	1,29	53
Denise	-0,53	55	-1,30	6	9,17	4	2,41	119	-1,09	9	13,22	4	0,40	87	-1,15	9	9,67	4
Diamantino	-0,36	59	0,52	111	0,53	110	2,40	118	0,42	109	1,08	70	0,77	93	1,50	131	0,71	100
Dom Aquino	2,04	117	-0,27	62	1,89	36	2,64	123	-0,62	39	3,15	18	-0,05	76	-0,37	61	1,25	57
Feliz Natal	-0,66	51	-0,58	40	1,28	58	-1,32	44	-0,65	36	1,22	58	0,89	96	-0,74	32	3,00	20
Figueirópolis D'Oeste	-0,16	70	-0,06	76	0,92	79	-2,73	14	-0,21	73	0,19	131	-0,27	71	-0,15	74	0,96	82
Gaúcha do Norte	-1,11	42	0,27	97	0,43	115	-1,85	27	0,31	103	0,26	126	-0,66	53	0,12	88	0,60	107
General Carneiro	-3,53	8	0,33	98	0,08	137	1,85	114	0,29	101	1,13	64	-1,01	44	0,21	93	0,47	115
Glória D'Oeste	0,08	78	-0,25	64	1,22	63	-0,66	61	-0,29	67	0,91	86	0,05	77	0,02	83	0,93	83
Guarantã do Norte	2,39	124	-0,24	65	1,91	33	0,29	82	-0,48	54	1,52	40	-0,73	50	-0,73	33	1,52	43
Guiratinga	-0,25	67	-0,50	47	1,43	53	-2,65	16	-0,53	47	0,34	122	-0,17	75	-0,70	37	2,03	25
Indiavaí	-4,47	3	0,45	106	0,03	139	-0,95	54	0,52	110	0,49	114	-0,60	57	0,94	123	0,46	117
Ipiranga do Norte	-0,12	72	0,88	122	0,59	108	1,10	101	0,71	117	0,86	89	-0,47	62	0,53	109	0,57	109
Itanhangá	2,65	127	0,01	83	1,53	50	6,42	140	-0,62	40	3,50	16	1,13	101	-0,42	56	1,80	30

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Itaúba	-1,42	32	0,92	124	0,26	127	0,71	91	1,52	132	0,69	106	-1,75	27	2,78	138	0,20	131
Itiquira	-0,36	60	1,51	132	0,45	114	0,37	84	1,50	131	0,64	108	2,86	126	1,18	127	0,99	75
Jaciara	0,45	87	-0,23	67	1,30	56	0,04	75	-0,39	63	1,19	61	-1,40	35	-0,81	26	1,35	49
Jangada	-0,64	53	-1,01	16	3,31	16	0,27	81	-1,03	13	6,23	8	-0,24	73	-1,08	13	5,62	9
Jauru	-1,31	35	0,06	88	0,40	119	-1,24	45	-0,47	56	0,80	95	-0,86	46	-0,39	59	0,78	93
Juara	-2,30	16	-0,28	60	0,27	126	-1,48	39	-0,04	82	0,48	115	-0,38	66	-0,11	76	0,87	88
Juína	2,61	126	0,22	96	1,31	55	1,56	107	-0,10	77	1,39	46	4,39	136	0,06	86	1,58	38
Juruena	4,50	137	-1,30	4	34,25	1	-1,01	53	-1,35	2	26,50	1	-3,86	5	-1,37	3	1,67	34
Juscimeira	0,31	85	-0,44	52	1,63	42	3,21	127	-0,43	59	2,15	29	0,39	86	-0,26	66	1,30	51
Lambari D'Oeste	-0,47	57	-0,33	56	1,02	72	-0,80	59	-0,70	25	2,36	27	2,05	118	-0,35	64	1,84	29
Lucas do Rio Verde	1,20	105	-0,04	80	1,31	54	2,42	120	0,01	85	1,41	45	1,39	106	0,15	91	1,16	63
Luciara	-0,24	68	0,56	114	0,60	107	0,65	88	1,05	127	0,69	104	1,87	114	1,73	132	0,86	89
Marcelândia	-1,74	26	-0,22	70	0,37	121	-2,28	20	-0,40	62	0,32	124	-0,21	74	-0,17	73	1,01	72
Matupá	1,98	116	-0,04	79	1,47	51	-1,16	49	-0,24	71	0,69	105	-1,20	39	-0,18	71	0,55	111
Mirassol D'Oeste	-0,06	75	-0,91	23	3,26	19	-3,69	5	-1,00	15	0,33	123	-2,27	24	-0,97	18	1,33	50
Nobres	2,10	120	-0,28	59	2,03	31	-0,32	71	-0,17	74	0,96	83	3,14	130	-0,37	60	2,17	23
Nortelândia	2,32	123	-0,22	69	1,78	40	1,69	109	-0,60	42	2,60	23	1,99	116	0,41	105	1,10	67
Nossa Senhora do Livramento	-1,66	28	-1,18	10	2,80	22	-0,11	74	-0,99	16	4,63	10	1,39	105	-1,23	5	21,00	1
Nova Bandeirantes	-0,95	45	-1,22	8	5,63	10	-0,66	63	-1,26	3	21,00	2	4,84	138	-1,21	7	19,71	2
Nova Brasilândia	-1,99	22	0,53	112	0,20	134	0,47	85	0,03	88	0,97	82	-0,38	65	-0,09	79	0,82	91
Nova Canaã do Norte	-2,01	21	-0,75	33	0,64	104	-0,33	70	-0,47	57	1,23	57	-1,58	30	-0,63	45	0,67	104
Nova Guarita	2,26	122	-0,24	66	1,85	37	0,29	83	-0,05	81	1,02	77	-0,55	60	0,02	85	0,71	102
Nova Lacerda	1,13	102	-0,03	81	1,26	61	2,99	126	-0,03	83	1,52	41	2,86	127	-0,04	81	1,57	39
Nova Marilândia	4,75	138	1,09	127	1,09	69	0,48	86	0,11	91	0,95	85	1,31	103	0,48	107	0,96	80
Nova Maringá	5,38	140	0,14	91	1,54	47	7,37	141	-0,27	69	2,04	30	1,11	100	-0,20	70	1,43	47

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Nova Monte Verde	-1,05	44	-0,95	21	2,10	30	2,10	117	-0,69	29	4,03	14	-0,24	72	-0,55	48	1,50	46
Nova Mutum	-0,74	49	0,06	87	0,56	109	2,01	116	-0,02	84	1,38	48	0,50	89	0,13	90	0,99	76
Nova Nazaré	-7,40	1	0,39	100	0,01	141	-7,02	2	0,02	87	0,02	139	-3,76	6	0,22	94	0,06	138
Nova Olímpia	-0,66	50	-0,23	68	0,74	98	-0,69	60	-0,48	55	1,09	67	1,91	115	-0,76	31	3,71	15
Nova Santa Helena	3,19	132	0,04	85	1,55	46	-2,28	19	0,14	93	0,20	130	0,62	90	0,34	100	0,90	84
Nova Ubiratã	3,44	133	0,42	105	1,27	60	-1,52	38	0,28	100	0,38	119	1,73	112	0,27	97	1,15	65
Nova Xavantina	0,13	81	-0,62	38	2,13	28	-1,44	41	-0,49	51	0,80	94	-0,43	64	-0,66	40	1,60	37
Novo Horizonte do Norte	2,78	129	1,10	128	1,01	73	6,09	139	0,30	102	1,36	49	1,40	107	0,43	106	1,01	73
Novo Mundo	1,85	114	-0,85	27	4,22	12	2,68	124	-0,52	48	2,58	24	2,02	117	-0,50	51	2,29	21
Novo Santo Antônio	-1,43	31	1,30	130	0,24	130	-6,67	3	5,05	141	0,02	140	1,62	111	1,34	130	0,85	90
Novo São Joaquim	-0,56	54	0,94	125	0,43	116	-1,57	33	0,92	125	0,26	125	-0,46	63	1,25	129	0,49	114
Paranaíta	2,05	118	1,21	129	0,91	80	2,54	122	1,19	129	0,95	84	2,15	120	0,64	114	1,05	69
Paranatinga	-1,13	40	-0,51	46	0,87	83	-0,93	55	-0,61	41	1,34	50	-2,35	23	-0,60	46	0,50	112
Pedra Petra	-2,22	17	-0,49	49	0,35	122	-3,15	8	-0,37	64	0,13	135	-3,64	9	-0,29	65	0,14	136
Peixoto de Azevedo	-0,79	47	-0,49	48	0,98	75	-1,15	51	-0,68	31	1,65	35	-0,71	51	-0,72	34	1,50	45
Planalto da Serra	4,80	139	0,85	121	1,15	67	3,74	130	0,67	116	1,12	65	3,58	133	0,68	115	1,16	64
Poconé	0,71	94	-0,80	31	3,03	20	4,79	137	-1,10	8	17,13	3	-2,45	21	-1,25	4	5,25	11
Pontal do Araguaia	-1,25	38	-0,95	20	1,90	34	-1,56	34	-0,92	17	2,00	31	-0,36	67	-0,91	22	3,05	18
Ponte Branca	1,64	110	2,97	138	0,80	92	3,98	135	2,53	137	0,99	81	2,44	123	2,95	139	0,88	86
Pontes e Lacerda	1,59	108	-1,00	18	6,00	9	-1,03	52	-1,11	7	7,43	5	-0,70	52	-0,79	30	1,73	31
Porto Alegre do Norte	-0,06	74	-0,31	57	1,30	57	3,50	128	-0,58	44	2,91	21	3,30	131	-0,92	21	6,24	7
Porto dos Gaúchos	1,17	103	1,87	133	0,77	93	0,85	94	1,88	133	0,71	103	-1,09	42	2,12	134	0,31	127
Porto Esperidião	-1,25	39	-0,54	44	0,89	82	2,70	125	-0,69	28	4,46	11	-1,19	40	-0,44	55	0,73	97
Porto Estrela	-0,38	58	0,64	116	0,50	111	-1,83	28	1,26	130	0,22	128	-1,04	43	0,63	113	0,38	122
Poxoréo	0,95	97	-0,66	37	2,62	23	-0,62	65	-0,41	61	1,07	72	0,71	92	-0,89	25	3,68	16
Primavera do Leste	-1,56	30	0,80	120	0,25	128	-2,05	22	1,03	126	0,17	132	-2,72	17	0,70	116	0,15	135

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Querência	1,62	109	0,51	110	0,99	74	0,07	77	0,23	96	0,80	96	1,57	109	0,19	92	1,18	61
Reserva do Cabaçal	0,57	90	0,70	119	0,76	96	1,49	105	0,85	124	0,85	91	0,38	85	0,60	111	0,77	94
Ribeirão Cascalheira	-3,90	5	-0,69	36	0,14	135	-1,87	26	-0,66	34	0,76	97	-4,71	1	-0,55	47	0,02	140
Ribeirãozinho	-0,81	46	2,33	136	0,34	123	0,71	90	2,44	136	0,66	107	6,28	141	3,11	140	1,01	74
Rio Branco	0,98	99	0,05	86	1,15	66	1,64	108	-0,34	66	1,64	36	-0,80	48	-0,26	68	0,71	101
Rondolândia	0,28	84	1,04	126	0,67	103	3,85	131	0,80	121	1,08	69	2,87	128	0,37	103	1,24	58
Rondonópolis	-0,26	66	-0,05	77	0,86	87	-2,00	24	0,18	94	0,26	127	-2,00	26	0,11	87	0,30	128
Rosário Oeste	-1,69	27	-1,03	15	1,80	38	-0,62	66	-0,78	21	3,14	19	-2,01	25	-1,02	16	1,56	41
Salto do Céu	2,53	125	0,69	118	1,06	70	3,60	129	0,81	122	1,06	74	0,44	88	0,85	121	0,73	98
Santa Carmem	-0,15	71	0,39	101	0,70	100	1,84	111	0,57	112	0,99	79	2,30	121	1,03	126	0,96	81
Santa Cruz do Xingu	2,92	130	3,24	139	0,94	78	1,06	98	2,16	135	0,73	100	3,85	134	2,77	137	0,98	77
Santa Rita do Trivelato	-1,13	41	3,62	141	0,29	124	-2,22	21	3,19	139	0,15	134	0,20	79	2,76	136	0,58	108
Santa Terezinha	-0,20	69	-0,01	82	0,84	90	-1,52	37	-0,28	68	0,54	111	-1,29	37	-0,14	75	0,49	113
Santo Afonso	3,02	131	0,01	84	1,56	44	-7,12	1	0,09	90	0,01	141	-4,24	3	0,13	89	0,03	139
Santo Antônio do Leste	0,49	89	0,40	103	0,86	85	1,02	96	0,76	119	0,81	93	-0,61	56	0,98	124	0,45	118
Santo Antônio do Leverger	-2,66	13	-0,99	19	0,68	101	-0,66	62	-0,80	20	3,10	20	-1,71	28	-0,79	29	0,97	79
São Felix do Araguaia	-1,05	43	0,18	94	0,46	113	-0,86	56	0,35	107	0,52	113	0,26	80	0,81	120	0,67	105
São José do Povo	-0,35	63	-0,35	55	1,15	68	-0,49	68	-0,48	53	1,28	54	6,17	140	-0,66	39	3,59	17
São José do Rio Claro	0,17	82	-0,79	32	2,56	24	-1,15	50	-0,54	46	1,09	68	1,21	102	-0,50	52	1,96	26
São José do Xingu	0,69	93	0,48	109	0,85	88	3,93	133	0,54	111	1,20	60	3,03	129	0,51	108	1,19	60
São José dos Quatro Marcos	0,39	86	-0,87	25	3,44	15	-2,51	17	-0,65	37	0,46	116	-3,61	10	-0,90	23	0,43	119
São Pedro da Cipa	-0,64	52	-0,91	22	2,36	25	0,21	79	-0,90	18	4,39	12	2,54	124	-0,96	19	6,53	6
Sapezal	1,07	101	0,41	104	0,97	77	-0,31	72	0,28	99	0,73	99	1,33	104	0,31	98	1,06	68
Serra Nova Dourada	4,18	136	3,46	140	0,97	76	4,64	136	2,61	138	0,99	80	-0,98	45	2,37	135	0,33	125

APÊNDICE F – Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público na Saúde 2014 a 2016

(Continuação)

Municípios	Índice de Bem-Estar 2014	Pontos 2014	Índice Insumo 2014	Pontos 2014	IQGP 2014	Ranking	Índice de Bem-Estar 2015	Pontos 2015	Índice Insumo 2015	Pontos 2015	IQGP 2015	Ranking	Índice de Bem-Estar 2016	Pontos 2016	Índice Insumo 2016	Pontos 2016	IQGP 2016	Ranking
Sinop	-0,36	61	-0,73	34	1,79	39	-0,80	58	-0,64	38	1,53	39	-0,78	49	-0,65	41	1,20	59
Sorriso	2,05	119	-0,14	73	1,63	43	1,91	115	-0,16	76	1,51	42	1,61	110	-0,26	67	1,64	35
Tabaporã	1,27	106	-0,27	61	1,74	41	-1,37	42	-0,22	72	0,58	109	-1,59	29	-0,11	77	0,38	124
Tangará da Serra	-2,08	20	-0,86	26	0,77	94	0,18	78	-0,67	33	2,36	26	1,50	108	-0,79	28	3,86	14
Tapurah	0,10	80	0,09	90	0,89	81	1,03	97	-0,06	80	1,21	59	0,30	83	-0,06	80	1,04	70
Terra Nova do Norte	3,46	134	-0,16	71	1,89	35	3,90	132	0,02	86	1,53	38	3,48	132	-0,01	82	1,61	36
Tesouro	1,79	113	-0,05	78	1,45	52	-0,82	57	-0,08	79	0,72	101	-0,29	69	-0,50	53	1,30	52
Torixoréu	-0,10	73	0,34	99	0,74	97	0,96	95	0,61	114	0,83	92	4,31	135	0,23	96	1,41	48
União do Sul	-0,31	64	1,45	131	0,49	112	3,98	134	0,72	118	1,14	63	0,84	95	1,03	125	0,76	95
Vale de São Domingos	0,03	77	0,89	123	0,63	105	1,85	112	0,40	108	1,04	75	-4,57	2	0,61	112	0,02	141
Várzea Grande	-3,88	6	-1,30	5	1,20	64	-4,92	4	-1,25	4	1,00	78	-3,88	4	-1,23	6	0,67	103
Vera	-2,58	14	-0,45	50	0,28	125	0,84	93	-0,25	70	1,33	53	0,95	97	-0,35	62	1,56	40
Vila Bela da Santíssima Trindade	-2,12	18	0,09	89	0,20	133	1,07	100	-0,17	75	1,33	52	0,79	94	0,02	84	1,12	66
Vila Rica	-0,36	62	-1,20	9	6,89	7	-2,35	18	-1,09	10	1,80	34	-3,19	14	-1,12	11	1,27	54